



**ISPA** | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**A DELINQUÊNCIA JUVENIL  
CONTADA POR AMBOS OS  
GÊNEROS:  
ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O  
CRIME, A VIOLÊNCIA E A  
MUDANÇA**

**RAQUEL OLIVEIRA MARTINS**

**Orientadora de Dissertação:  
PROF.<sup>a</sup> DOUTORA LÚCIA G. PAIS**

**Coordenadora de Seminário de Dissertação:  
PROF.<sup>a</sup> DOUTORA LÚCIA G. PAIS**

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:  
MESTRE EM Psicologia  
Especialidade em Psicologia Clínica**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof. Doutora Lúcia G. Pais, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 e Setembro de 2006.

## Agradecimentos

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais, por me ter orientado na elaboração deste trabalho e pela partilha enriquecedora de conhecimento.

À Direcção-Geral de Reinserção Social, por ter consentido e autorizado a realização do nosso estudo.

Ao Centro Educativo e a todos os que me receberam e colaboraram para que a recolha das entrevistas corresse da melhor forma.

Aos Educandos que aceitaram voluntariamente participar no nosso estudo, pois sem eles a concretização do trabalho não seria possível.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional que sempre me deram, por estarem sempre comigo, e por fazerem parte de mim e de todas as minhas conquistas.

À minha família e à “tia” Isabel, por estarem sempre comigo.

Ao Simão, pelo que passamos juntos, pela partilha, amizade e amor.

À Mafalda, pela amizade, pelas nossas vivências académicas e pessoais dentro e fora de Portugal e pelo apoio.

À Nokas, pela nossa amizade desde sempre, pelos nossos momentos.

Ao Tiago, ao Luís, à Jo, ao Manel, à Sandra, à Marta pela vossa amizade, pelas nossas histórias, por me terem incentivado e apoiado.

A todos os meus colegas que partilharam e que me acompanharam em todo este trajecto.

## Resumo

A delinquência juvenil é, actualmente, um fenómeno crescente que tem um impacto directo nas nossas sociedades. Estes adolescentes encontram no crime e na violência um escape de uma história de vida marcada pelo sofrimento psíquico e por vivências traumáticas, nomeadamente ao nível familiar. Muitos estudos centram-se na delinquência juvenil masculina, mas será que as raparigas delinquentes olham da mesma forma para o crime e a violência, característicos do seu comportamento delinvente? Como será que rapazes e raparigas encaram a sua experiência de internamento em Centro Educativo? Será essa uma mudança com perspectiva futura? Optando por uma abordagem qualitativa e com base num guião semi-estruturado, entrevistámos 18 rapazes e raparigas, com idades compreendidas entre os 14 e 18 anos, a cumprir medida de internamento num Centro Educativo. Com o intuito de compreender se existem diferenças nas suas percepções subjectivas relativas aos temas considerados, demos voz aos protagonistas de ambos os géneros. As 18 entrevistas transcritas constituíram o *corpus* para a análise de conteúdo. No tema do crime, as raparigas debruçam-se sobre as causas dos comportamentos delituosos, sendo que os rapazes expõem claramente que o objectivo principal é a aquisição de bens materiais, mesmo que para isso tenham que usar a violência. Ambos os géneros referem-se à mudança experienciada durante o internamento, se bem que as raparigas estão mais ligadas à escola e à mudança efectiva que os rapazes. Concluímos que existem diferenças entre os géneros relativamente à vivência da delinquência juvenil, devendo estas ser consideradas nos programas de intervenção.

Palavras-chave: Delinquência juvenil, adolescência, crime, violência, mudança

## Abstract

Currently, juvenile delinquency is an increasing phenomenon with a direct impact in our society. These teenagers find in crime and violence an escape from a history of life carved by the psychic suffering and traumatic experiences, namely at the family level. Many studies concentrate themselves on masculine juvenile delinquency, but is it possible that delinquent girls look the same way at crime and violence, characteristics of their delinquent behaviour? How do boys and girls face their experience during their detention inside youth detention centers? Is that a change with future perspectives? Opting for a qualitative approach and with a semi-structured guide as base, we interviewed 18 boys and girls with ages ranging from 14 to 18 years, detained in a youth detention center. Aiming to understand if there are differences in their subjective perceptions about the considered subjects, we gave voice to protagonists of both genders. The 18 transcribed interviews compose the *corpus* for the content analysis. On the crime topic, girls focused on the causes of criminal behaviour and boys clearly state that the main objective is the acquisition of material goods, even if they have to use violence. Both genders refer to change experienced during detention, although girls are more connected to school and effective change than boys. We conclude that there are differences between genders regarding experience with juvenile delinquency that should be considered on intervention plans.

Key-words: Juvenile delinquency, adolescence, crime, violence, change

## Índice

Introdução .....	1
I. Enquadramento teórico .....	3
1. Delinquência juvenil .....	3
1.1. Abordagem psicodinâmica da delinquência juvenil .....	3
1.2. O contributo da família para o comportamento anti-social .....	6
1.2.1. A relação com a mãe .....	8
1.2.2. A ausência do pai .....	10
1.3. Escola: o papel da sociedade .....	11
1.4. Delinquentes à margem? O grupo de pares transformado em bando .....	12
1.5. A diferença entre géneros .....	13
2. Adolescência .....	15
2.1. Abordagem psicodinâmica da adolescência .....	15
2.2. Adolescência e transgressão: o trajecto para a delinquência .....	17
2.3. Adolescência e violência agida .....	19
3. Delinquência: continuidade ou mudança? .....	20
4. Formulação do problema .....	22
II. Método .....	26
1. Uma abordagem qualitativa .....	26
2. Participantes .....	27
3. <i>Corpus</i> .....	27
4. Instrumentos .....	28
4.1. Entrevista .....	28
4.2. Análise de conteúdo .....	30
5. Procedimento .....	33
III. Análise e discussão dos resultados .....	36
a) Crime .....	39
b) Violência .....	47
c) Mudança .....	52

IV. Conclusão .....	58
Referências .....	63
Anexos .....	69

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Totais de ocorrências das unidades de registro (u.r.) nas pré-categorias .....	37
Tabela 2. Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes ao crime .....	39
Tabela 3. Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes à violência .....	48
Tabela 4. Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes ao mudança .....	52

## Índice de Anexos

Anexo 1. Carta de consentimento da Direcção-Geral de Reinserção Social .....	69
Anexo 2. Exemplos de questões dos guiões das entrevistas .....	70
Anexo 3. Excertos de respostas de três sujeitos às questões dos guiões das entrevistas .....	71
Anexo 4. Grelha categorial adaptada de Serrão (2004/2005) e exemplos de unidades de registo (u.r.) provenientes das entrevistas .....	73
Anexo 5. Tabelas correspondentes aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas pré-categorias, do presente estudo e de Serrão (2004/2005) .....	101
Anexo 6. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas categorias .....	102
Anexo 7. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas sub-categorias .....	104
Anexo 8. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas categorias do estudo de Serrão (2004/2005) .....	109
Anexo 9. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas sub-categorias do estudo de Serrão (2004/2005) .....	111
Anexo 10. Glossário .....	116

## Introdução

Quantas vezes nos questionamos acerca dos actos criminosos e da agressividade que irradiam a cada esquina da nossa sociedade? Se pensarmos que alguns desses crimes são cometidos por menores adolescentes, imediatamente nos questionamos e procuramos uma razão. Como alerta Negreiros (2001), a actividade desviante cometida por jovens delinquentes tem vindo a crescer e a tomar características próprias. Sendo a delinquência juvenil um tema tão actual, urge, então, intervir.

Antes de mais, importa tomar consciência de que muitos comportamentos ou manifestações sociais variam consoante a época e a sociedade onde se fazem sentir, pelo que Carvalho (2005) encara a delinquência juvenil como um conceito multidisciplinar, que pode ser definido e discutido através de uma perspectiva psicológica, social, legal, etc. Olhando para o jovem delincente, não podemos deixar de reflectir acerca das causas que o conduzem até um mundo completamente “à margem” da sociedade (Mucchielli, 1979), bem como acerca da forma como esta tenta contornar a actividade delincente quando falamos de menores considerados inimputáveis à luz da lei penal (Peres e Gonçalves, 2006). Mas, porque é que os jovens cometem crimes? Quais as razões que os conduzem ao mundo da delinquência? Mais ainda, considerando que a delinquência juvenil feminina está a ganhar terreno (Worrall, 2005), como é que esta se expressa?

Perante estas questões, devemos fazer um levantamento teórico no que respeita à etiologia da delinquência juvenil. Para tal, no capítulo respeitante ao enquadramento teórico, considerámos uma abordagem psicodinâmica do tema para expor como a delinquência se transcreve no funcionamento psíquico do sujeito. Assim sendo, expusemos as variáveis psíquicas inerentes ao comportamento anti-social, debruçando-nos também nos sistemas que sustentam o indivíduo, sendo eles: a família e o seu contributo para o comportamento social, nomeadamente no que respeita à relação com a mãe e às consequências da ausência da imago paterna; a escola, como reflectora do primeiro sistema de socialização da criança; e, o grupo de pares, que no caso dos delinquentes juvenis, por vezes, se transforma em bando com actividades criminosas. Valorizando a pertinência do estudo de Serrão (2004/2005) e querendo desenvolver as considerações feitas acerca da delinquência juvenil feminina, achámos imprescindível abordar a influência do género na delinquência juvenil, tentando antecipar algumas diferenças entre o comportamento anti-social dos rapazes e das raparigas. Será que existem diferenças entre os rapazes e raparigas delinquentes? Como é que cada género olha para o comportamento desviante?

Uma vez que nos debruçamos sobre o comportamento desviante nos menores, não podemos deixar de abordar a fase do desenvolvimento em que se encontram, a adolescência, aprofundando ainda como a transgressão e a violência se expressam nesta etapa de vida, desenhando um caminho para a delinquência. Perante este trajecto desviante, a sociedade reage à criminalidade juvenil recorrendo à acção dos Centros Educativos, que se destinam à educação e ressocialização dos menores que são devolvidos ao seu meio após o cumprimento de uma medida de internamento (Lei Tutelar Educativa, 1999; adiante: LTE). Mas será que apesar da acção reeducativa do Estado, o comportamento delinquento permanece (Negreiros, 2001) ou existe uma mudança efectiva dessas condutas? Quem melhor que os próprios protagonistas para abordar o tema da delinquência juvenil, no que respeita ao crime, à violência e à mudança como perspectiva futura?

Posto isto, o segundo capítulo deste trabalho destina-se às questões metodológicas utilizadas, onde consideramos uma breve exposição relativa às vantagens de uma abordagem qualitativa para obter e abrir novos caminhos em relação ao tema escolhido, bem como a caracterização dos participantes entrevistados e a definição do *corpus*. Dentro deste capítulo, definimos também os instrumentos de recolha e de análise, a entrevista e a análise de conteúdo, respectivamente. Segue-se o procedimento, onde estão expostos todos os passos necessários para garantir a validade e fidelidade de uma eventual replicação do presente estudo.

Numa terceira parte, optámos por apresentar a análise e discussão de resultados no mesmo capítulo, onde fomos evidenciando e discutindo as diferenças entre os géneros quanto ao tema do crime, da violência e da mudança sentida através da permanência dos entrevistados em centro educativo. Os resultados foram apresentados do geral para o particular, considerando as pré-categorias, categorias e sub-categorias preenchidas pelas unidades de registo codificadas através da grelha categorial construída por Serrão (2004/2005).

O quarto capítulo diz respeito à conclusão, onde tecemos as considerações finais provenientes do nosso trabalho, que pretendeu, sobretudo, abrir caminho e contribuir para uma intervenção sensível às questões do género. Não obstante as limitações encontradas no decurso deste estudo, deixa-se ideias para eventuais estudos futuros relativos à temática da delinquência juvenil.

## I. Enquadramento teórico

### 1. A delinquência juvenil

#### 1.1. Abordagem psicodinâmica da delinquência juvenil

Actualmente, a delinquência juvenil surge como um tema bastante importante na nossa sociedade, uma vez que o sofrimento psíquico conduz os jovens ao comportamento anti-social que, por sua vez, se espelha na sociedade. Assim sendo, urge debruçarmo-nos sobre este fenómeno, tornando-nos mais capazes de reagir e obter estratégias interventivas.

Começando por definir o verbo delinquir, do latim *delinquere*, este significa cometer falta ou delito, errar (Harrati, Vavassori e Villerbu, 2006; Moita, 1985). Refere-se, também, à transgressão da lei de acordo com a visão da criminologia (Duarte-Fonseca, 2005), ou ainda ao facto de cometer delito em relação à sociedade, desrespeitando o que esta estabeleceu como termos legais, como nos diz Matos (2005). Do lado da psiquiatria podemos referir-nos à delinquência como uma perturbação do comportamento clinicamente significativa, ou seja, um comportamento anti-social (Negreiros, 2001).

O jovem delinvente tem que ser compreendido como um todo, nomeadamente em termos do sofrimento psíquico que é a génese do funcionamento anti-social, alargando ainda essa compreensão ao nível das suas ligações afectivas, do meio sócio-cultural e do seu projecto de vida (Soares, 2005, p. 106).

Strecht (2003) define a via delinvente como uma maneira de fazer transparecer o sofrimento interno que a sociedade teima em não considerar, visto esta ser uma patologia que incomoda o outro. O jovem, perante o seu sofrimento psíquico primitivo, age imediatamente como forma de exteriorizar a dor, mantendo o conflito fora da consciência mórbida. É o outro “quem vê, quem ouve, reconhece sempre a existência. Ou um sinal dela” (Strecht, 2003, p. 37). Este sofrimento interno, próprio da delinquência juvenil, tem sempre aliado falhas maternas e sócio-familiares que originam estruturas frágeis de personalidade e características defensivas, de forma a lidar com as vivências emocionais traumáticas (Kernberg, 1995; Soares, 2005).

De acordo com Winnicott (2005), a tendência anti-social pode surgir em qualquer idade e não só nas primeiras fases do desenvolvimento, num indivíduo dito normal, neurótico ou psicótico. Ou seja, independentemente do registo nosológico característico do sujeito, o que importa é compreender todo o caminho que o levou até à passagem ao acto e à transgressão que interfere com o funcionamento social. Mais, acrescenta De Greeff (cit. in Harrati, Vavassori e

Villerbu, 2006), devemos ir ao encontro de um contexto, de um momento, para obter a explicação do crime.

Sá (2001) interpreta a delinquência juvenil como escape aos sucessivos conflitos, frustrações e privações, nomeadamente como sendo uma fuga à privação emocional fruto das relações atribuladas com as figuras parentais. Trata-se de uma solidão primária, que coloca em causa as relações primárias, estruturantes da criança, mais concretamente com a mãe. Naturalmente que a privação deixará marcas e feridas psíquicas. Instalam-se o medo, a raiva e a tristeza, accionam-se os mecanismos de defesa e adaptação, numa esperança de contrariar a fragilidade do Eu, num desespero de sobreviver perante um meio adverso (De Matos, 2007).

Segundo De Matos (2002), os traços característicos da delinquência prendem-se com a inexistência de um objecto interno suficientemente estável e, aliada à inconstância da relação de objecto, o “dinamismo psíquico é caracterizado pela não elaboração mental da frustração imposta pela realidade, consumindo-se toda a energia pulsional no agir” (De Matos, 2002, p. 56). Ainda De Matos (2007), numa perspectiva dinâmica, olha para a delinquência como fruto de uma lacuna estrutural ao nível do Superego, aniquiladora de eventuais sentimentos de culpa, aliada a um *self* clivado, que oscila entre uma imagem diminuta e idealizada de si. A ausência de relação triangular acrescenta ao funcionamento do delinquente uma fragilidade funcional, um vez que a constância de amor pelo objecto é inexistente. Em suma, as perdas afectivas, a ausência de modelos de identificação, bem como a desorganização de um Superego oprimido são algumas das causas que estão na base da delinquência.

Na maioria das vezes começa a dar os primeiros sinais na puberdade, atingindo um pico entre os 15 e os 17 anos (Benavente, 2002; Garcia et al., 2000; Matos, 2005; Negreiros, 2001, Worrall, 2005). Segundo Negreiros (2001, p. 47), “a idade em que ocorrem as primeiras manifestações anti-sociais tem vindo a ser reconhecida como um factor crucial para compreender os processos transgressivos mais graves e persistentes”.

A delinquência juvenil pode também ser discutida como um comportamento desviante que se distancia dos padrões sociais, sendo um acto de transgressão dos valores morais, sociais e legais (Carvalho, 1992; Carvalho, 2005). Importa fazer referência ao forte peso social que este conceito transporta, visto que as normas morais mudam consoante a sociedade em que o menor está integrado. O significado social atribuído ao comportamento é frequentemente visto como sendo “mais importante que o próprio comportamento considerado na sua realidade objectiva” (Carvalho, 1992, p. 14). Focando-nos no comportamento, Winnicott (2005, p. 130) considera que

a criança anti-social está simplesmente a olhar um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios do seu crescimento emocional.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Ferreira (1997) considera que a delinquência juvenil reporta a comportamentos que implicam a transgressão da lei durante a infância ou adolescência, vistos como um desafio ao outro, à norma, à sociedade. Por vezes, estes comportamentos escondem a incapacidade da família e da escola participarem no processo contínuo de socialização dos seus jovens, sendo a delinquência vista como uma “falta de controlo, uma demissão do mundo adulto das suas responsabilidades em relação à geração mais nova” (Ferreira, 1997, p. 913).

De acordo com Broadwin (s. d.), o conceito de delinquência juvenil pode ser discutido segundo os parâmetros da sociedade ou de acordo com o ponto de vista clínico. Assim sendo, o autor define a criança delinvente como a que “comete qualquer acto que, cometido por adulto, constituiria crime (...) [ou como a que] se entrega a qualquer ocupação que constitui uma violação da lei” (Broadwin, s. d., p. 141). O referido autor defende, sobretudo, que as perturbações de conduta podem ser explicadas e devem ser vistas através das motivações, ou seja, das respostas às necessidades emocionais do jovem, que nestes casos parecem ser bastante vincadas.

Mucchielli (1979) dá-nos outra perspectiva, considerando a delinquência como uma patologia mental caracterizada pela inadaptação dos jovens ao papel social. Os delinquentes são descritos como dissociados que enveredam por diversos caminhos, com a semelhança de todos serem vistos como percursos solitários, onde os adolescentes estão constantemente a fugir do passado e em busca de algo, numa estrada “à margem” da sociedade.

As leis do desvio são impostas pela sociedade, a mesma que dita a norma, mas também é certo que o que a sociedade considera como normativo hoje, pode ser o desviante no futuro. Devemos, então, ter em atenção a “variabilidade da percepção de norma e de desvio de sociedade para sociedade, de época para época” (Carvalho, 2005, p. 130).

Assim, o desvio deve ser tratado como um conceito transdisciplinar, uma vez que o comportamento do sujeito suscita interações entre indivíduos, sociedades, sistemas, quebrando a ordem inicialmente prevista. Quer-se com isto dizer que o acto desviante só é assim reconhecido caso despolette uma reacção social (Carvalho, 2005). A norma e o desvio surgem como extremos que vão variando de forma contrária; no entanto, fazem parte do mesmo problema social, pois para haver desvio significa que uma norma foi violada, da mesma forma que a existência de normas considera a probabilidade social de desvio.

Ficamos com a ideia de Winnicott (2005) de que a delinquência é uma manifestação de esperança que permanece. Uma esperança em forma de pedido de ajuda inconsciente, que muitas vezes é requisitado sob a forma de um ataque contra a sociedade, esperando o seu controlo. Assim sendo, será que os jovens com comportamentos anti-sociais esperam da sociedade o que a família não lhes conseguiu transmitir?

## 1.2. O contributo da família para o comportamento anti-social

Desde o nascimento que a família tem um papel fundamental no desenvolvimento do bebé. É através dela que o bebé começa a ter ligação com o resto do mundo (Andrews e Bonta, 2003). Segundo Bowlby (1998) a qualidade da vinculação às figuras afectivas irá condicionar as interações da criança com os outros e com o meio. Considerando que o meio em que as crianças nascem é bastante característico de cada família, seria difícil encontrar um único padrão de vinculação que preencha os requisitos necessários para um bom desenvolvimento social, comum a todos os casos.

No entanto, é possível identificar padrões gerais de interação mãe-filho mais propícios ao desenvolvimento (Cole, Cole e Lightfoot, 2005; Moita, 1985). Se, por um lado, existem mães que se tornam bases seguras para o desenvolvimento das suas crianças, certo é que também podemos encontrar relações entre mãe e bebé cuja qualidade de vinculação compromete um desenvolvimento psíquico estruturado, potenciando perturbações da estrutura do Eu, mais ou menos graves (Bowlby, 1998; Cole, Cole e Lightfoot, 2005; Oliveira, 2000).

Concordando com Oliveira (2000), a família tem uma função mediadora entre a criança e o meio que a acolhe, função essa imprescindível para o desenvolvimento. Mais ainda, a família, vista como um microsistema social (Bronfenbrenner e Crouter, 1983), tem um papel de sustento, de protecção, devendo proporcionar condições de sobrevivência, de educação, de aprendizagem, de suporte afectivo, papéis estes moldados pela base cultural onde as famílias se inserem.

Quer-se com isto dizer que, independentemente do estilo familiar que as caracterizam, todas as famílias transmitem valores sociais, culturais e morais, que influenciam o desenvolvimento psíquico da criança. Estes valores podem enquadrar-se dentro do que é aceite socialmente, ou serem indicativos de famílias problemáticas e delinquentes, onde emergem cenários de maus tratos, violência e privações emocionais (Andrews e Bonta, 2003; Carvalho, 2005).

É certo que nem todas as crianças expostas a este ambiente terão necessariamente um futuro que passe pela delinquência, já que “cada trajectória está entrecruzada por outras vidas, por

outros sujeitos, inscrita num quadro de relações de interdependências que apelam a indicadores mais vastos ao nível familiar e de redes de sociabilidade no meio envolvente” (Carvalho, 2005, p. 134). A ocorrência de comportamentos desviantes não pode ser só considerada tendo em conta os factos ilícitos cometidos, mas também deve ser enquadrada quer do ponto de vista social quer cultural, considerando o meio envolvente onde estes jovens se inserem. Contudo, se um jovem nasce num meio familiar e social desfavorecido, terá mais probabilidade de ter problemas com a justiça (Andrews e Bonta, 2003; Carvalho, 2005). Andrews e Bonta (2003, p. 210) considera que “uma relação familiar pobre e um controlo e monitorização inadequados são percursos importantes da conduta criminal”.

Ferreira (1997) analisa a família característica do jovem delinvente como sendo incapaz de controlar e impor limites e de supervisionar o adolescente, passando este a reger-se por um sistema de auto-gestão, de vadiagem com o grupo, onde o ócio e o abandono escolar predominam sobre a construção social e moral (Carvalho, 2005). A família afasta-se, então, da estrutura simbólica, mediadora entre o meio e a criança, acabando os adolescentes por colocar os progenitores “no papel de grandes ou pequenos, perseguidores ou perseguidos, pais que amam ou pais que abandonam” (Coelho, 1997, p. 88). No entanto, segundo De Matos (2007), o jovem delinvente insiste em idealizar a imago parental, apesar da perda traumática do objecto ideal, que o decepcionou e abandonou durante o seu percurso de crescimento.

Estamos perante agregados familiares onde é comum encontrar um nível sócio-económico baixo em que, na maioria das vezes, a vulnerabilidade familiar ganha terreno e a autoridade dos pais não é reconhecida, pois é substituída pelos maus tratos e agressões físicas e verbais (Bowlby, 1998; Caetano, 2001; Carvalho, 2005; De Matos, 2002; Ferreira, 1997; Garcia et al., 2000; Leve e Chamberlain, 2004). Assim, a ausência de relações afectivas positivas no seio da família e a privação emocional que se vai acentuando fazem aumentar a probabilidade da criança vir a enveredar por comportamentos disruptivos.

Através da realização do desenho da família, Caetano (2001) comprova que estas crianças, privadas de afecto, manifestam atitudes agressivas, de rejeição à escola e comportamentos mal adaptativos. Sá (2001) aponta para a privação emocional a que a maioria dos jovens delinquentes foram sujeitos durante a sua infância, uma vez que “a relação triangular, quando esboçada, não representa um verdadeiro Édipo, mas uma edificação, em que o ciúme traduz uma vivência de estar cheio de ódio ao rival” (De Matos, 2007, p. 303).

A relação insatisfatória com as figuras parentais, fruto da inconstância e incoerência dos laços afectivos, direcciona-nos para uma série de experiências negativas no curto caminho até a

adolescência, que inevitavelmente abrem uma ferida psíquica que marca e condiciona o resto do seu desenvolvimento e posterior fase adulta (De Matos, 2002).

Em suma, muitos jovens delinquentes foram vítimas de maus tratos, de traumas, sofreram angústias de abandono sempre que tentaram procurar o afecto e a protecção e apenas encontraram pais negligentes, que se escaparam à sua função parental, pois a ausência de autoridade, de imposição de limites e a pouca supervisão, levaram os seus filhos à fuga contra a invasão de sentimentos de perda, desorganizadores do mundo interno. Compreende-se, então, que estamos perante a ausência total da função educativa e afectiva-emocional atribuída às figuras parentais, que muitas vezes incentivam, ainda que inconscientemente, a distorção da identidade social dos próprios filhos (Carvalho, 2005; Oliveira, 2000; Sá, 2001).

Estamos perante “um contínuo de intensas perdas relativamente a quem se esperaria que pudesse estar mais próximo: os próprios pais” (Carvalho, 2005, p. 155).

#### 1.2.1. A relação com a mãe

Para a compreensão da influência que as figuras de vinculação têm na conduta desviante, é premente chamar a atenção para a importância da figura materna como sendo alvo do primeiro objecto de amor (Oliveira, 2000; Winnicott, 2005).

Nos primeiros momentos de vida, o bebé funde-se com a mãe através da amamentação, onde o seio funciona como elo de ligação, de continuidade. Esta primeira relação afectiva com a mãe, serve de molde para todas as futuras relações da criança, assim como estabelece desde logo um padrão para o desenvolvimento da sua personalidade e desempenho social (Cole, Cole e Lightfoot, 2005; Oliveira, 2000).

Eventuais transformações desta percepção do objecto de amor alterarão a realidade psíquica, condicionando a estrutura da personalidade do bebé. Uma mãe perturbada, que pouco investe afectivamente no seu bebé, age como um mau objecto, devolvendo-lhe insegurança e falta de protecção e ressonância emocional, o que terá consequências graves quer ao nível interno quer ao nível relacional (Oliveira, 2000; Sá, 2001). Winnicott (2005) fala de uma mãe que falha na adaptação às necessidades do ego do seu bebé, vindo este a sofrer a privação emocional fruto da ausência de um ambiente potenciador e acolhedor. De acordo com De Matos (2002, p. 57),

trata-se de mães que não se preocupam e não se inquietam com a necessidade de evolução original do filho; não se interrogam sobre os seus (do filho) desejos próprios e genuínos, prejudicando seriamente, deste modo, a sua individuação e a correlata formação de uma individualidade própria – condicionando assim a constituição de uma falsa personagem.

Mucchielli (1979) refere-se à dissociabilidade familiar que tem origem desde muito cedo aquando da vinculação do bebé à mãe que, por algum motivo, não é retribuída da forma que o bebé necessita e espera, ou seja, o bebé procura a relação com a mãe, aguardando dela uma resposta relacional adequada que satisfaça as suas necessidades básicas e de afecto (Carvalho, 2005; Matos, 2005). Se a primeira relação falha, todas as seguintes serão também desajustadas. A ligação com o outro, com o social, vê-se assim comprometida.

Seguindo o raciocínio de Caetano (2001, p. 69), “a figura materna é, nesta fase inicial do processo de desenvolvimento, vivida e sentida como um todo, um ser conjunto, definido como um primeiro marco essencial para o despertar da consciência da criança”. Assim sendo, a ausência de contacto físico com a mãe é sentida como uma total falta de afecto, comprometendo o desenvolvimento saudável desse bebé, que se tornará uma criança incapaz de se sentir amada e de amar o outro, já que, como nos refere Strecht (2003), sentirá a ausência sistemática de experiências de amor.

Uma mãe que não sente, que não ouve, que não percebe o choro do seu bebé, não é capaz de lhe proporcionar experiências agradáveis, de ensiná-lo, mimá-lo, gostá-lo, nem de ser o fio condutor entre o seu filho e o resto do mundo, comprometendo seriamente o seu relacionamento com o outro. Instala-se a tristeza, a raiva, o ódio, a depressão que removem no interior destas crianças e que rapidamente se revoltam contra o exterior.

A incapacidade de sustentar tais sentimentos no seu mundo psíquico e a progressiva organização narcísica negativa levam a que cada vez se torne mais fácil a passagem ao acto, num agir sofrido, com a “noção de que o meio exterior lhes deve algo” (Strecht, 2003, p. 41). Sá (2001) atribui às relações parentais perturbadas, em particular com a figura materna, uma das causas da conduta desviante, no sentido em que a mãe não dá à criança o suporte que esta realmente precisa, quer seja de ordem económica, cultural ou afectiva.

Se numa família estiverem presentes carências desta natureza, mais facilmente estarão reunidas as condições para o adolescente se afastar da mãe e da família desestruturada, ficando mais perto da solidão e, muitas vezes, confrontando-se com o facto de terem que se auto-proteger e governar. Carvalho (2005, p. 144) considera esta autonomia precoce, na medida em que este processo de automatização não é “consistente, estruturado e devidamente procurado; antes pelo contrário, sobrepõem-se vivências marcadas por rupturas aos mais diversos níveis, em idades muito novas que apontam para uma falsa e desesperada autonomia”.

### 1.2.2. A ausência do pai

Lopes (1996) distingue a função materna da função paterna, sendo que a mãe surge como figura que assegura as necessidades básicas e primárias e que estimula psicologicamente o seu bebê, apelando, através da relação de objecto, para a formação do Eu. Por sua vez, a imago paterna é retratada como transparecendo autoridade e identidade socioprofissional, como refere Matos (2005), sendo que esta ideia tem-se vindo a desvanecer com a ascensão de um novo modelo sócio-cultural, onde a mulher e mãe ganha um estatuto e autonomia profissional e económica.

Contudo, é possível concluir que tanto a mãe como o pai têm o seu papel na estruturação do aparelho psíquico da sua criança, sendo que cada um desempenha as suas próprias funções na triangulação edipiana (Lopes, 1996). Ainda assim, muitas das patologias da adolescência, nomeadamente a delinquência juvenil, apontam para o tema da paternidade, mais concretamente para a ausência do pai (Carvalho, 2005; Lopes, 1996; Malpique, 1990; Matos, 2005; Strecht, 2003).

Numa abordagem psicodinâmica, a criança começa por reconhecer o pai como sendo algo diferente da mãe (“não-mãe”), visto que o reconhecimento do pai exige já um desenvolvimento psicológico mais estruturado, aliado sempre à presença real e à interacção do bebê com a figura paterna, que começa a surgir com sendo “o outro” (Malpique, 1990). E quando o pai está ausente?

É certo que a ausência pode ser uma ausência real, física, ou uma ausência por negligência, quando o pai prescinde das funções paternas. De qualquer das formas, faltando um elemento na triangulação edipiana, a mãe será alvo de todas as necessidades e exigências do seu filho, sendo que este tende a contrabalançar entre a dependência da mãe e o desejo de autonomia (Strecht, 2003). O mesmo autor refere ainda que esta ausência ou perda da imago paterna potencia falhas na organização fálica, comprometendo as questões da identidade sexual nos rapazes, por exemplo. Por contra ponto, surgem receios e fantasias de castração, de homossexualidade, que podem ser agidas ou exteriorizadas inversamente, recorrendo à violência ou a um agir sexual precoce, visto que as representações afectivas não foram devidamente integradas.

Para Matos (2005), a ausência do pai leva a que a estrutura psíquica substitua a imago paterna pela ideia de pai imaginário ou pai simbólico, suprimindo a ideia de paternidade como uma construção simbólica moral e ética. “Na puberdade agida o pai não é intérprete da lei, não a promove nem ele mesmo tem a lei na sua realidade psíquica. Subverte-a” (Matos, 2005, p. 73), ou seja, a instância limitadora da vida intrapsíquica é quase inexistente fazendo com que facilmente surjam passagens ao acto, características de uma puberdade agida.

### 1.3. Escola: o papel da sociedade

Considerando a escola como uma instituição de socialização, é de todo o interesse discutir o seu papel na vida das crianças e jovens. Apesar de se promover a aprendizagem e aquisição de conhecimentos, a escola é também considerada um local de partilha de interesses e representações e de identificação com os colegas, que facilmente passam a ser amigos e considerados o pilar nas lutas da adolescência (Benavente, 2002). Os amigos começam a conviver para além das vivências escolares, passando a ser influências importantes que contribuem para a construção da identidade do adolescente. Concordando com Ferreira (1997, p. 922), “as associações grupais juvenis formam sociabilidades alternativas em relação às proporcionadas pela família”. Se a escola potencia as aprendizagens escolares e sociais, como poderá contribuir para a manifestação da delinquência?

Se o domínio constante dos jovens uns sobre os outros tender para a desvalorização das práticas escolares, claramente será mais difícil o exercício do controlo e promoção da aprendizagem feita pela escola (Ferreira, 1997). Surgem os problemas disciplinares, o desinteresse pelas actividades escolares e o resultado conduz ao afastamento dos jovens do modelo que a escola pretende estabelecer.

De acordo com Marcelli e Braconnier (2005, p. 136), os jovens delinquentes assumem dificuldades escolares como: “atrasos escolares, maus resultados, absentismo, exclusão, orientação especializada em secções, ruptura escolar e descolarização”. Ainda assim, Carvalho (2005) realça que tendencialmente as raparigas com condutas desviantes têm uma evolução escolar mais positiva que os rapazes com o mesmo tipo de comportamento.

Estão abertas as portas para o mundo da delinquência, onde a escola se reflecte num palco propício para a delinquência se fazer notar, começando os desafios aos professores, as intrigas com colegas e o acumular de insucessos.

“Os professores conhecem bem os impulsos agressivos dos seus alunos, sejam latentes ou manifestos, e às vezes vêm-se obrigados a enfrentar explosões agressivas ou uma criança que é agressiva” (Winnicott, 2005, p. 94). Perante este cenário, a escola não sabe como há-de responder a estes comportamentos desviantes, nem o que fazer com tamanhos insucessos, uma vez que o desinteresse já está instalado nos jovens e a discrepância com o sistema escolar bastante vincada. Começa-se a formar uma subcultura de rejeição e oposição escolar, fruto das associações com os amigos delinquentes (Benavente, 2002; Ferreira, 1997). O percurso de vida dos jovens

delinquentes, escolar e social, proporciona uma percepção de si negativa e desvalorizada, reforçada pela estigmatização social (Harrati, Vavassori e Villerbu, 2006).

Perante a incapacidade de controlo social, a sentença está quase dada, os jovens abandonam a escola precocemente, pois nela sentem-se desenquadrados e não compreendem a necessidade de frequentá-la (Carvalho, 2005; Ferreira, 1997; Garcia et al., 2000; Lopes, 1996; Winnicott, 2005).

#### 1.4. Delinquentes à margem? O grupo de pares transformado em bando

Numa fase de desenvolvimento explosiva como a adolescência, a tendência dos jovens é de se afastarem das suas famílias e transportarem o modelo de identificação para o grupo de pares (Moita, 1985). Compreendemos que, chegados a esta idade, o conflito entre gerações emerge no seio familiar, afastando pais e filhos (De Matos, 2002). Os pais demoram a aceitar esta nova etapa e as discordâncias aumentam. Quanto aos filhos, passam a estar mais interessados na integração social e numa posição satisfatória no grupo de pares (Garcia et al., 2000).

A escola é potenciadora da vinculação ao grupo de pares, proporciona aos jovens os seus primeiros amigos, mas, no entanto, pode ser o local onde a expressão do comportamento anti-social ganha força, uma vez que os jovens aliam-se a grupos de jovens com a sua idade e com o mesmo estilo de vida desviante (Ferreira, 1997). Os primeiros passos para a marginalidade estão dados e esta será reforçada pela continuidade da integração dos jovens em grupos de pares desviantes. De acordo com Ventura (1999, p. 39) devemos aqui considerar que,

na exacta medida em que o grupo de pertença tem referência marginal, se rege por um sistema de valores dominados e manifesta um padrão de comportamento desviante, a cedência e adesão à vontade da maioria, é decididamente mais fácil, cómoda e porventura mais gratificante.

A propósito das actividades delituosas de grupos ou bandos, Mucchielli (1979) defende que a pertença a um bando vai para além da normal pertença a um grupo de pares durante a adolescência, uma vez que estão implícitos, no primeiro caso, aspectos de exclusão social (Carvalho, 2005), onde as normas e valores morais são substituídos por um sistema de valores impostos pelo próprio grupo, com características próprias que constituem a sua assinatura.

A tendência para a adesão a estes grupos deve-se aos processos de identificação que os jovens delinquentes desencadeiam, ou seja, os elementos do grupo têm, também, uma referência marginal, manifestada através de um padrão de comportamento desviante, sendo que a actuação em conjunto transmite uma segurança e a possibilidade de afirmação que dificilmente teriam se

actuassem individualmente (Andrews e Bonta, 2003; Ventura, 1999). Todos os jovens do grupo sofreram problemas familiares idênticos, todos se sentiram “à parte” no mundo escolar e, portanto, a partilha e a identificação com os outros intensifica-se e o grupo ganha ainda mais força e consistência para agir contra a sociedade, desafiando a lei (Benavente, 2002, Mucchielli, 1979).

Mucchielli (1979) defende ainda que, inerente a este fenómeno de actuação grupal estão factores sociais, já que a maioria destes jovens, rapazes e raparigas provém de meios socialmente desfavorecidos, construindo uma cultura de bairro ou «*ghetto*» bastante forte e distanciada e até mesmo desvinculada da restante sociedade, sendo assim compreensível que facilmente surjam problemas com o sistema jurídico. Neste propósito, Garcia e colaboradores (2000) fala-nos na teoria da rotulagem, uma vez que as regras sociais são quebradas pela actuação dos grupos marginais, desviando-se do comportamento aceite e esperado, isto é, da norma. Mas, perante a exclusão social sentida pelos jovens, apenas lhes restou a fuga à depressão por caminhos que a sociedade despreza.

### 1.5. A diferença entre géneros

É coerente pensarmos que nem todos os adolescentes sentem as suas experiências da mesma forma, assim como nem todos os delinquentes juvenis exteriorizam nas mesmas direcções, muito menos quando se pretende distinguir os comportamentos anti-sociais de ambos os géneros. Andrews e Bonta (2003) considera que o comportamento anti-social varia de acordo com o género e a idade, manifestando-se cedo e ditando um percurso delinvente, quer nos rapazes quer nas raparigas. Segundo Cauffman (2008) as raparigas começam a sua vida delinvente mais cedo que os rapazes.

De facto, com a entrada na adolescência, a diferença entre os géneros acentua-se, sendo que o desenvolvimento biológico começa a destacar-se, pois o rapaz inicia as primeiras ejaculações e a rapariga as primeiras menstruações, ainda que em idades diferentes (Marcelli e Braconnier, 2005). Os seios crescem, o corpo feminino forma-se, os primeiros pêlos aparecem na barba e a voz masculina engrossa, ou seja, os factores maturativos ganham força e potenciam a diferenciação sexual contribuindo para a solidificação da identidade sexual (Matos, 2005).

Seguindo a ideia de De Matos (2002, p. 181), “o primeiro tempo de mudança do objecto é fundamentalmente a mudança do objecto protector, anaclítico, para o objecto do prazer, sexual”. Relativamente ao retraimento sexual, a rapariga é mais inibida estando mais predisposta ao

recalcamento sexual que o rapaz. Este, por seu lado, foge da inibição sexual, exteriorizando e actuando (Matos, 2005).

Apesar destas diferenças, ambos os géneros podem encontrar-se nas garras da delinquência juvenil, sendo verdade que “a diferença entre rapazes e raparigas pode ditar destinos diferentes, sendo que as meninas têm uma menor tendência a exteriorizar este mal-estar, adoecendo por formas mais autodestrutivas” (Strecht, 2003, p. 48), como por exemplo, depressão, ansiedade, problemas emocionais, auto-mutilação ou, ainda, tentativas de suicídio (Cauffman, 2008; Corneau e Lancôt, 2004; Van Velsen, 2001). Isto, porque as experiências problemáticas das raparigas são frequentemente associadas a situações de exposição prolongada à violência física, sexual, emocional e verbal (Leve e Chamberlain, 2004; Worrall, 2005). Apesar dos rapazes também serem vítimas, ao longo do seu desenvolvimento, de violência familiar e de maus tratos, nas raparigas a componente do abuso sexual está bastante mais vincada. Cauffman (2008, p. 131) salienta que “a vitimização durante a infância ou adolescência é um factor de risco para ofensores do género masculino e feminino, mas é um preditor mais forte para as raparigas”.

Carvalho (2005) chama a atenção para o facto de existirem mais rapazes que raparigas a cumprir uma medida de internamento em centro educativo. A delinquência juvenil é vista essencialmente no masculino, mas é certo que a delinquência feminina também existe, apesar das considerações acerca do género feminino serem menos frequentes (Cauffman, 2008; Worrall, 2005). No entanto, tem-se constatado um aumento considerável do número de jovens do género feminino envolvidas no sistema de justiça, passando a ser classificadas, tal como os rapazes, como raparigas violentas, agressivas, assaltantes, consumidoras de drogas (Carbonneau, 2002; Carvalho, 2005; Cauffman, 2008; Corneau e Lancôt, 2004; Garcia et al., 2000; Leve e Chamberlain, 2004; Worrall, 2005).

Serrão e Pais (2006) considera o período da adolescência como sendo um potenciador da diferenciação entre rapazes e raparigas relativamente ao grupo de pertença, separando os percursos e os comportamentos manifestos de ambos os géneros. Segundo Marcelli e Braconnier (2005) as diferenças focam-se no tipo de relação, bem como nos assuntos mais debatidos. Os grupos de rapazes são caracterizados por conversas mais banais, onde normalmente o tema do futebol está presente, combinam jogos, passam tempo juntos, mas, no entanto, é bastante difícil falar de assuntos mais sérios e expressarem sentimentos. Este papel é bastante mais fácil quando falamos de um grupo de raparigas, que se rege pela partilha de experiências, situações marcantes, sentimentos, angústias, sendo que a relação é encarada de forma mais séria e envolvente. É certo que rapazes e raparigas também se misturam no seu grupo de amigos e partilham experiências e

opiniões. O mesmo autor refere ainda que, em meios potenciadores de delinquência, as raparigas tendem a usar estratégias masculinas, mais agressivas, para se protegerem.

Batchelor (cit. in Worrall, 2005) referencia a violência nas raparigas como sendo uma expressão das actividades do grupo ou “bando de raparigas”, fenómeno associado aos rapazes. Cauffman (2008) evidencia que os crimes cometidos por raparigas são, por norma, mais violentos que os actos ilícitos dos rapazes. Quer-se com isto dizer que a passagem ao acto é muito mais agressiva nas raparigas, podendo ser uma forma de contrariar a fraqueza do género feminino face à força característica dos rapazes, bem como a sublimação e a vulnerabilidade que sentem perante os jovens do género masculino.

Mucchielli (1979) refere a prostituição como sendo um meio de manifestação da delinquência juvenil feminina. A dissociabilidade do género feminino expressa-se através do sexo, usando a hipogenitalidade como forma de afirmação de si, de expressar o desprezo pelo género masculino e pela sociedade, mas ao mesmo tempo em busca de um protector. Neste ponto, as jovens delinquentes juntam-se muitas vezes aos grupos de rapazes, passando a ser as “musas de bandos delinquentes” (Mucchielli, 1979, p. 114). Aqui, as raparigas começam também a colaborar nos roubos que o grupo planeia.

## 2. A adolescência

### 2.1. Abordagem psicodinâmica da adolescência

Sendo a adolescência uma etapa crucial no desenvolvimento humano, como será que o jovem delinvente vive a adolescência? Marques (2001, p. 265) define a adolescência como

um período mais ou menos longo do desenvolvimento, onde se jogam processos diversos, que conduzem à maturação social, intelectual, física e psicológica, maturação esta que pode ser diferenciada, enquanto espaço de construção, criação e recriação em dois momentos – a puberdade e a adolescência propriamente dita, mas também em duas expressões – a feminina e a masculina.

Quer-se com isto dizer que o termo adolescência, que em latim significa “crescer”, significa a passagem da infância para o estado adulto, durante a qual o jovem luta pela sua autonomia sabendo que ao mesmo tempo precisa dos pais e depende deles. A balança é por vezes desequilibrada e a tensão emocional ganha mais peso. A adolescência é também um período onde o jovem tenta mediar a negação da sua infância com a procura incessante de um estatuto de adulto (Marcelli e Braconnier, 2005).

Caetano (2001) considera que, chegados a esta etapa, estamos perante o momento crucial do desenvolvimento, cuja dinâmica relacional a que a criança foi sujeita no seio familiar, irá ser fundamental na procura da identidade, característica da adolescência. Marques (2001) realça o sentimento de perda e luto da vida infantil, na transição para o mundo dos adultos, uma vez que é “em torno da mudança objectal que a evolução adolescente se processa” (De Matos, 2002, p. 185).

Harrati, Vavassori e Villerbu (2006) caracteriza a adolescência por um período de transição em que ocorrem transformações quer ao nível biológico, metabólico e hormonal, quer ao nível psicológico, onde existe um desequilíbrio da organização psíquica. O adolescente terá que enfrentar uma mudança do seu corpo, que cresce, evolui, que o torna mais próximo do género a que pertence e que faz despertar o desejo sexual e a possibilidade de ter relações sexuais (Marcelli e Braconnier, 2005). Mais ainda, deverá assimilar essa transformação psiquicamente e restabelecer a relação com o seu corpo, já que é ele que o torna apto para agir e reagir.

Combater as suas pulsões e aceitá-las, evitá-las eficazmente e ser por elas esmagado, amar os seus pais e odiá-los, revoltar-se contra eles e ser deles dependente, são posições extremas cujas flutuações duma para a outra seriam absolutamente anormais numa outra idade da vida (Marcelli e Braconnier, 2005, p. 70).

Fala-se de crise de identidade, de mudanças biológicas, de procura e identificação do grupo de pertença, de desejo de autonomia e conflito com os pais, de novas experiências, de construção e crescimento (Gleitman, Fridlund e Reisberg, 2003; Martins, 2005), mas até que ponto os desafios e as mudanças são saudáveis e naturais na adolescência? Quando passam a ser um reflexo de perturbações do comportamento?

A atribulada fase da adolescência parece ser o período propício para agir, para exteriorizar o que causa qualquer tipo de perturbação, para entrar em conflitos, para desafiar. Surge o conflito de gerações, uma crise marcada pelo embate que o adulto tem sobre a juventude do adolescente, ficam as memórias e os desejos dos mais velhos e faz-se sentir a incompreensão e revolta dos que ainda agora chegam ao período da adolescência (De Matos, 2002; Marcelli e Braconnier, 2005).

Todos estes movimentos fazem parte desta fase e são bastante necessários para a continuação do desenvolvimento. No entanto, os elementos normais desta crise podem-se tornar sintomas mais activos que conduzem o jovem à necessidade de passar ao acto de uma forma defensiva, tentando evitar que os próprios sintomas o ataquem de forma consciente (Harrati, Vavassori e Villerbu, 2006).

Segundo De Matos (1996, p. 74), a delinquência juvenil é uma possível via “para a difícil ultrapassagem, sem acidentes, da etapa maturativa da adolescência”. De acordo com Strecht (2003), a evolução da delinquência da infância para a adolescência subentende a ideia de que o meio exterior deve algo ao jovem, algo que o inquieta. Perante um cenário interior tenso e sofredor, é na puberdade que “aquilo que se constituiu lentamente ao longo dos anos rebenta no plano social e ultrapassa o plano familiar” (Mucchielli, 1979, p. 155).

Esta explosão para fora de si tem lugar numa atitude de esvaziamento, de alívio da ansiedade e da dor depressiva. A agressividade agida torna-se uma defesa contra a consciencialização do conflito psíquico, ou seja, receando o confronto com o sofrimento, o jovem foge libertando as suas pulsões em forma de ataque social dirigido a objectos externos precisos: pais, professores, polícias e outros, sentidos como figuras de autoridade (Benavente, 2002).

Marques (2001) considera que o espaço e o tempo da adolescência é bastante exigente e apela à necessidade constante de diversas negociações nos processos psicológicos e sociais inerentes a esta etapa do desenvolvimento, tornando-a ainda mais problemática. Nesta lógica, os conflitos e a procura de limites facilmente conduzem o adolescente até à transgressão (Benavente, 2002; Ferreira, 1997; Marques, 2001, 2005; Matos, 2005).

## 2.2. Adolescência e transgressão: o trajecto para a delinquência

Benavente (2002) e Marques (2001, 2005) traçam a estreita relação entre a adolescência e a transgressão, considerando-a necessária para o desenvolvimento, uma vez que colabora para a eficácia na procura de resolução de problemas. Ou seja, o comportamento anti-social na adolescência nem sempre é sinónimo de delinquência, já que promove a autonomia na tomada de decisões e na aquisição de respostas para as dúvidas características deste período. Moita (1985, p. 26) acrescenta que

transgredir ou ultrapassar a lei do pai, do outro, do grupo, será, em psicologia clínica e do desenvolvimento, um dos princípios fundamentais do progresso (pró-gradio), da mudança e da realização de um projecto original. A transgressão da lei está em si mesma legitimada como princípio básico do desenvolvimento, da criatividade, de transformação positiva do indivíduo e mesmo dos grupos.

Aqui poderíamos levantar a seguinte questão: se a transgressão faz parte do processo de desenvolvimento, o que podemos considerar como sendo normal ou desviante? A própria definição de normal é controversa. Podemos falar de normalidade com um olhar estatístico,

caracterizando-a pela maior frequência de um dado fenómeno e, por oposição, atribuir o comportamento desviante aos *outliers*, que já não se enquadram dentro do fenómeno mais observado. Contudo, a crise é um fenómeno que faz parte do processo de crescer, o que nos força a atribuir o comportamento delinvente a um desvio a uma sociedade limitadora, que dita a sentença às condutas anti-sociais (Marcelli e Braconnier, 2005). Não nos podemos esquecer que os conceitos de norma e de desvio não são intemporais pois correspondem a épocas, a grupos e a valores culturais. A crise torna-se então social.

Assim sendo, para estes jovens, a carência de estimulação e de imposição de limites faz com que facilmente “pisem o risco” e ultrapassem a linha do que é socialmente aceite, enveredando pelos caminhos do crime. Mucchielli (1979, p. 146) vê o crime como uma “reação de agressividade contra a angústia, (...) como um sinal de fraqueza e desorganização do Eu”, que visa a libertação da tensão sentida interiormente e, ao mesmo tempo, esconde os sentimentos de tristeza, insucesso e agressividade.

Desta forma, o adolescente exprime-se pela acção, onde a passagem ao acto ganha força, revelando uma necessidade de exteriorizar as suas inquietudes, numa vivência agida para fora, para o outro. Aqui, a sociedade tem um papel de juiz, de condenadora, sem que ela própria pare para pensar e perceber o fenómeno psíquico subjacente (Benavente, 2002; Matos, 2005). Encorajados pela necessidade de agir, abrem-se os caminhos à experimentação, onde o jovem procura pistas para a sua identidade sexual e social. De Matos (2002) aborda o “conflito de ambigüidade”, característico da adolescência, em que o jovem se vê entre o apego ao que já conhece e a mudança e necessidade de conhecer o que é novo e o que ainda não possui.

Neste quadro, por vezes os comportamentos aditivos tendem a compensar a instabilidade das vivências emocionais e a impossibilidade de sentir segurança na relação com o outro. O jovem arranja um meio de escape, refugiando-se num mundo artificial alimentado através dos efeitos da droga (Carbonneau, 2002; Carvalho, 2005; De Matos, 2002; Garcia et al., 2000; Harrati, Vavassori e Villerbu, 2006; Marcelli e Braconnier, 2005; Negreiros, 2001). A relação com a droga dá uma ideia falsa de estabilidade, de defesa, de procura no exterior de algo que dê prazer e acalme, mas implica a capacidade de continuar a sustentar esta dependência. A necessidade e a falta de recursos económicos conduzem à procura, também ela agida, de meios para a conseguir. Mais uma vez, entramos nos terrenos da transgressão, do crime, da estigmatização social. Neste contexto, Negreiros (2001) refere a co-ocorrência entre comportamentos desviantes, ligando o consumo de drogas à agressividade, vandalismo, roubos, etc., todos eles manifestações que colaboram para o desenvolvimento anti-social dos indivíduos.

Em termos sociais, a transgressão implica a quebra de tolerância dos grupos sociais, uma vez que as suas normas e valores foram atingidos. Automaticamente a sociedade reprovava o comportamento delinvente e activa mecanismos de natureza jurídica, que vão para além da acção junto das famílias e escolas (Carvalho, 2005). Quer-se com isto dizer que a sociedade coloca os jovens à margem, sendo que a marginalidade “constitui um testemunho da vulnerabilidade de muitos adolescentes” (Marcelli e Braconnier, 2005, p. 546). A angústia psíquica revela-se sob a forma de acto ilícito, dirigida para o outro social. Conseguimos, assim, interligar a delinquência juvenil com a infracção e o crime, reportando para o incumprimento das leis e dos valores estipulados pela sociedade (Ferreira, 1997).

A violação das leis sociais, leva-nos a observar o trajecto do adolescente para o mundo da delinquência do ponto de vista legal, onde o menor é entendido como “qualquer criança ou jovem que, em relação ao sistema jurídico considerado, pode ser punido por um delito, de forma diferente da de um adulto” (Costa, 1999, p. 19). Segundo Winnicott (2005, p. 128), “nenhum delito pode ser cometido sem que haja um acréscimo do fundo comum de sentimentos inconscientes de vingança pública. Uma das funções da lei é proteger o criminoso contra essa mesma vingança inconsciente e, portanto, cega”. Significa isto, que a sociedade que discrimina as acções delinquentes, vê-se, posteriormente, a acolher os adolescentes com condutas desviantes, com o intuito de os reeducar e reinserir novamente no seu meio.

### 2.3. Adolescência e violência agida

Se olharmos à nossa volta, conseguimos aperceber-nos que, nos dias que correm, o mundo está coberto de violência, os *media* reforçam isso e as crianças e adolescentes ficam expostos, sem saberem bem como se defender. Para além das causas externas, Bowlby (1998) considera que o comportamento violento das crianças é fruto da vivência familiar, também ela violenta. Em muitos casos, a violência nasce dentro do próprio lar, sendo esta a única realidade que os jovens conhecem. Por norma, começa por se expressar verbalmente, numa forma arrogante e provocatória, passando depois para a violência física, destruindo o outro ou o que é do outro. Moita (1985) refere o papel da agressividade na construção da identidade, podendo potenciar o processo de identificação ao agressor nos vários momentos do desenvolvimento. As ameaças do mundo interno são constantes, sendo que a urgência de expelir sentimentos angustiantes expressa-se violentamente; numa tentativa de fuga ao sofrimento, a solução é o ataque social (Coelho, 1997; Marcelli e Braconnier, 2005; Martins; 2005; Matos, 2005; Van Velsen, 2001).

No entanto, o acto, como comportamento espontâneo, conduz à necessidade própria da adolescência, de exploração e de mudança. Porém, a passagem ao acto reflecte na maioria das vezes, (hetero)agressividade e violência, características de comportamentos impulsivos e delituosos (Carvalho, 2005; Marcelli e Braconnier, 2005; Matos, 2005; Moita, 1985). Considerando a etapa de desenvolvimento dos jovens com condutas desviantes, esta exteriorização “protege o adolescente do conflito interiorizado e do sofrimento psíquico, mas impede qualquer possibilidade de maturação progressiva, de tal forma que a repetição incessante desta passagem ao acto aparece com frequência como a única saída” (Marcelli e Braconnier, 2005, p. 41).

A passagem ao acto é dirigida ao outro, mas a heteroagressividade pode também expressar-se contra os bens, tratando-se de uma violência solitária ou em grupo. O vandalismo traça a marca dos bandos de jovens que, numa tentativa de afirmação de si, mostram com orgulho uma assinatura bastante sádica, sem nunca se sentirem culpados por tais actos. Esta agressividade espelha uma forma de não reconhecimento dos direitos da autoridade (Coelho, 1997; Marcelli e Braconnier, 2005; Mucchielli, 1979).

Coelho (1997) realça que nem sempre a agressividade é dirigida para o exterior, assumindo-se pela autoagressividade, através de comportamentos de auto-mutilação e tentativas de suicídio. Também aqui assistimos à manifestação de angústias internas e punitivas, numa posição de culpabilidade, de um Eu não merecedor que deve sofrer. O jovem sacrifica-se, num movimento *acting in*, ou seja, a acção agressiva e sofredora é direccionada para dentro de si (Matos, 2005).

### 3. Delinquência: continuidade ou mudança?

Perante um cenário de vida bastante marcado por dissabores e sofrimento, será que o jovem delinvente continuará a sua carreira desviante ou conseguirá tomar o rumo de um adulto estável? Sabemos que cada um traça o seu caminho, que muitos conseguem as forças necessárias para se reenquadrarem na sociedade e que outros continuam o seu processo anti-social no mundo do crime, reincidindo várias vezes, já na vida adulta (Negreiros, 2001; Pereira, 1998; Ventura, 1999).

O comportamento anti-social tem tendência a perpetuar-se ao longo de diferentes períodos do desenvolvimento do indivíduo, havendo a noção de continuidade da conduta delituosa até à idade adulta, conceito este que consiste na permanência e estabilidade dos comportamentos anti-sociais (Negreiros, 2001; Ventura, 1999). Mais, acrescenta Negreiros (2001, p. 37) que esta noção de continuidade centra-se “num princípio de progressividade associado à prática de actos anti-

sociais: aos problemas de comportamento na infância sucedem-se os actos delinquentes na adolescência e a estes a criminalidade na idade adulta”, ou seja, existem fortes probabilidades da delinquência juvenil progredir para uma carreira criminal em adulto.

Perante a hipótese de continuidade da actividade criminal, como havemos de contrariar tais factos? É premente debruçarmo-nos sobre a mudança como perspectiva futura dos jovens delinquentes. A intervenção da justiça é de extrema importância nestes casos, uma vez que, como refere Winnicott (2005, p. 128), “o crime produz sentimento de vingança pública. A vingança pública redundaria em algo perigoso, se não fosse a lei e aqueles que têm por missão implementá-la”.

Segundo a Proposta de Lei nº266/VII (1999, p. 89) que precede a LTE (1999), “o menor em situação de desvio relativamente aos padrões de normalidade é considerado pessoa carecida de protecção e o Estado legitima-se, por essa simples razão, para o educar ou reeducar”. Referenciando Duarte-Fonseca (2005), a privação da liberdade é a resposta mais adequada às infracções penais cometidas por indivíduos ainda em desenvolvimento físico e psíquico. Foucault (2000, p. 224) considera que a detenção penal tem a função de modificar o comportamento do indivíduo, corrigi-lo, sendo que “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

De acordo com a Proposta de Lei nº265/VII (1999, p. 205) que antecede a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (1999),

os tribunais de menores são competentes para decretar medidas relativamente a menores que, tendo completado 12 anos e antes de perfazer 16, se encontrem em situação de para-delinquência ou mesmo já de delinquência e, ainda, para decretar medidas relativamente a menores que se encontrem em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação moral e educação.

Desta forma, cabe ao Estado o direito e o dever de intervenção com menores, cuja personalidade jurídico-penal não está ainda formada, perante a ofensa dos valores da comunidade e das regras mínimas da convivência social (Costa, 1999; Duarte-Fonseca, 2005).

Assim, a sociedade responde com a acção dos centros educativos, referidos, por Goffman (cit. in Marteleira, 2005), como instituições totais que visam a necessidade especial de educação para o Direito, a aquisição de valores morais e de regras e a reinserção social dos jovens delinquentes, cuja prática de facto qualificado como crime, os levou ao cumprimento de medida de internamento. Nos termos da LTE (1999), os centros educativos asseguram a execução de

medidas tutelares educativas, em três regimes de execução, consoante a gravidade do acto ilícito cometido, sendo eles: regime aberto, semi-aberto e fechado. Nos termos da referida lei, designadamente no seu Artº 17º nº1,

a medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável.

Quer-se com isto dizer que, os centros educativos, sob tutela dos serviços de reinserção social, visam promover e apoiar o desenvolvimento psicossocial dos educandos, favorecendo a vida social nos centros, com vista à futura reinserção social na vida comunitária, junto dos seus familiares e amigos, usufruindo dos serviços públicos e particulares de forma responsável e honesta, ou seja, considerando os valores sociais e morais da vida em sociedade, tomando consciência dos seus actos e devidas consequências, para que, no futuro, possam conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável, respeitando o sistema jurídico-penal e o outro semelhante a si (Costa, 1999; Gersão, 1991). Cada centro educativo tem um projecto de intervenção educativa, onde são vigentes os vários programas de intervenção com os menores, ao nível da socialização, da escolaridade, da orientação vocacional, formação profissional e laboral, bem como do projecto educativo pessoal, onde estão expressos os objectivos graduais que os educandos devem alcançar durante a medida de internamento (artº 159º, 160º, 161º, 162º e 164º da LTE, 1999).

O objectivo último é a “ressocialização”, através de uma “vivência num novo quadro de interacção social que se pauta pela troca, pelas relações de força e cumplicidade entre supervisores e internados” (Garcia et al., 2000, p. 125), que sugerem a assimilação das regras da instituição, vistas como uma síntese das regras da sociedade (Marteleira, 2005).

Perante a acção dos centros educativos no esforço para a reinserção social dos jovens delinquentes, resta-nos a esperança de vermos cada vez menos adolescentes a reincidirem no mundo do crime e a enveredarem pela carreira criminal.

#### 4. Formulação do problema

Quem são estes rapazes que cometem crimes graves? De onde vêm, por que agem assim?  
Como é possível existirem trajectos de vida delinvente? Será que existem começos para o

mal-estar destas vidas tão marcadas pelos problemas nos próprios e nos outros? (Strecht, 2003, p. 29).

Destas e doutras perguntas emergem inúmeras reflexões sobre o tema da delinquência juvenil. Vários autores tecem considerações provenientes das demais áreas do saber, passando pela psicologia, pela sociologia e pelo direito (Benavente, 2002; Carvalho, 1992; Costa, 1999; De Matos, 1996), dando ênfase ao próprio adolescente e ao seu sofrimento psíquico durante o desenvolvimento, aos pais e familiares, à escola e à comunidade, aos grupos de pares até chegar à sociedade e ao seu macrosistema, tal como Bronfenbrenner e Crouter (1983) consideraram no seu modelo ecológico.

As causas da delinquência juvenil começam na maioria das vezes no próprio lar, onde as crianças são vítimas de maus tratos, uma vez que estão inseridos numa dinâmica familiar problemática, potenciadora de inúmeras privações (Andrews e Bonta, 2003; Bowlby, 1998; Caetano, 2001; Carvalho, 2005; Coelho, 1997; De Matos, 2002, 2007; Ferreira, 1997; Garcia et al., 2000). Constatamos que a mãe, figura de vinculação de quem se espera protecção e amor, foge às suas funções parentais (Matos, 2005; Mucchielli, 1979; Strecht, 2003; Winnicott, 2005); e que por norma, como refere Malpique (1990), o pai está ausente, quer física quer psicologicamente, não cumprindo o seu papel de impositor de limites, de autoridade e de protecção.

De acordo com Harrati, Vavassori e Villerbu (2006), dado um importante passo para o processo de socialização, é na escola onde os primeiros sinais de comportamento problemático surgem, a estigmatização e rejeição social acentua-se por parte de alguns colegas, professores e colaboradores, fazendo com que os adolescentes delinquentes se juntem aos jovens com quem mais se identificam (Carvalho, 2005; Lopes, 1996; Marcelli e Braconnier, 2005; Moita, 1985). Perante o sentimento de indesejabilidade (Moita, 1985), têm aqui uma oportunidade de união, de ganhar força contra uma sociedade que, afinal, não os protegeu até agora, e por isso os bandos surgem com assinaturas e características próprias, destinados a fazerem as suas marcas na sociedade (Mucchielli, 1979). Matos (2005) reforça que a passagem ao acto é fruto desta necessidade de exteriorizar o seu sofrimento psíquico, agora sob a forma de ataque social.

Poderíamos encarar esta revolta como típica da adolescência, mas a maioria dos comportamentos anti-sociais realizados por estes jovens ultrapassam a típica crise da adolescência, sendo que muitos deles entram no mundo das drogas (Carbonneau, 2002; Negreiros, 2001). Envolvendo os actos anti-sociais, a violência é uma presença assídua nos actos exteriorizados pelos jovens delinquentes. Os crimes aumentam, repletos desta violência que se diz agida, numa tentativa de sobreviver ao sofrimento psíquico que estes jovens encontram (Coelho, 1997; Matos, 2005; Winnicott, 2005).

Perante estes actos ilícitos praticados, a sociedade intervém com o suporte jurídico da área dos menores delinquentes. A LTE (1999) é posta em acção e, para todos os menores, entre os 12 e os 16 anos, que cometeram factos considerados como crime aos olhos da lei penal, resta-lhes o internamento em centro educativo como tentativa de mudança e com o objectivo de reeducar e reinserir os jovens, proporcionando-lhes uma educação repleta de valores morais e sociais, dando a possibilidade de, no futuro, os menores mudarem a sua conduta e poderem enquadrar-se na sociedade, seguindo uma vida honesta, longe da marginalidade (Duarte-Fonseca, 2005; Gersão, 1991; Ventura, 1999).

Sabemos também que, com a chegada da puberdade, raparigas e rapazes vêem-se confrontados com mudanças biológicas e psicológicas diferentes. Os interesses afastam-se e a necessidade de explorá-los torna-se bastante importante (Matos, 2005). No campo da delinquência, existem também diferenças entre os géneros. Segundo Worrall (2005, p. 82), “as raparigas em situações problemáticas têm frequentemente muito para dizer de si próprias – precisam de ser ouvidas e os seus pontos de vista incorporados no trabalho que se leva a cabo com elas”. Surge a necessidade de explorar e de abrir caminho a novas considerações no âmbito da delinquência juvenil e nomeadamente da delinquência juvenil feminina que é menos abordada (Worrall, 2005).

Como Strecht (2003, p. 40) afirma,

Tal como os carros correm para o desastre, a marcha destas vidas é sempre previsível. Ninguém chega a delinquire por obra do acaso. A caminhada é, por vezes, reversível, e não raramente passa pelas nossas mãos. Mas quem vê, quem escuta, quem pára, ou quem muda rumos para acudir, para cuidar, para mudar?

Citando Serrão (2004/2005, p. 73), “sendo que a delinquência juvenil se assume, hoje em dia, como um problema crescente de saúde pública, urge compreender o fenómeno à luz da realidade portuguesa”, alcançando novos horizontes e pistas para uma prevenção e intervenção terapêutica mais eficazes.

Assim sendo, replicando o estudo realizado por Serrão (2004/2005), persiste a necessidade de parar para ouvir os jovens caídos nas malhas da delinquência e da justiça, como forma de perceber o que sentem, o que eles próprios têm a dizer sobre o caminho que os levou até ao momento presente e, principalmente, que mudanças sentem, agora que se encontram institucionalizados em centros educativos. Desta forma, pretendendo dar continuidade à investigação de Serrão (2004/2005), coloca-se o seguinte problema:

Será que os três temas considerados: crime, violência vivida e mudança, como reflexão de melhoria futura, são ou não percebidos da mesma forma nos rapazes e raparigas delinquentes e institucionalizados?

Questão que nos propomos responder no decorrer da investigação, considerando o período de desenvolvimento problemático em que os jovens se encontram, a sua história de vida caracterizada por experiências traumáticas que reflectem a importante noção transmitida por Stretch (2003, p. 48) de que “nada de tão intenso se sofre sem que disso resultem marcas profundas. Basta saber ouvir, escutar, perceber”.

## II. Método

### 1. Uma abordagem qualitativa

Para Denzin e Lincoln (1994), a metodologia qualitativa enquadra-se no domínio da investigação multi-disciplinar que se cruza com tradições e perspectivas diferentes ao longo de um vasto campo histórico. Assim sendo, a metodologia qualitativa ganha diversos significados consoante o momento histórico em questão. No entanto, Denzin e Lincoln (1994, p. 2) definem a abordagem qualitativa como um

multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles.

Desta forma, Denzin e Lincoln (1994) consideram que a metodologia qualitativa se centra na preocupação em identificar percepções subjectivas dos sujeitos relativamente a estímulos sociais e psicológicos, como cognições, sentimentos e pensamentos suscitados e motivações comportamentais.

“Interessa particularmente aqui olhar aos significados e intenções das acções humanas” (Almeida e Freire, 2003, p. 28), ou seja, o ponto de vista dos sujeitos é predominante relativamente às considerações teóricas, tendo estas uma função de enquadramento geral acerca da investigação. De acordo com Rey (2000), estamos perante a procura de uma explicação para fenómenos que são inacessíveis à experiência.

Assim, a investigação qualitativa rege-se por vários princípios, como sendo: a necessidade de empatia, já que se pretende identificar os significados subjectivos dos jovens partindo das suas opiniões, ou seja, é premente que o investigador consiga chegar aos inquiridos através de uma atitude empática; a definição subjectiva dos estímulos e situações pelos entrevistados, já que o comportamento do indivíduo é congruente com a forma como subjectivamente as definem; e, a contextualização, isto é, os entrevistados experienciam e interpretam o mundo social e estão no seu contexto natural, sendo uma mais valia em relação à eventual estranheza que um investigador exterior possa causar (Almeida e Freire, 2003; Denzin e Lincoln, 1994; Rey, 2000).

Neste âmbito, não se pretende generalizar características de uma amostra representativa de uma dada população, mas sim propomos dar continuidade ao estudo exploratório realizado por Serrão (2004/2005), indo ao encontro de novos caminhos dentro do tema da delinquência

juvenil, uma vez que surge a necessidade de nos colocarmos na perspectiva do outro como forma de aceder ao conhecimento e ao comportamento dos sujeitos em questão (Almeida e Freire, 2003).

## 2. Participantes

Querendo aprofundar alguns aspectos relacionados com a delinquência juvenil, importou obter uma amostra que tenha no seu passado adolescente um conjunto de actos anti-sociais, isto é, menores agentes de factos qualificados pela lei como crime (Artº 2º nº3 da Lei nº 166/99, de 14 de Setembro, que aprovou a LTE). Recorremos a um método de amostragem não probabilístico por conveniência, pois pretendemos estudar um grupo com características específicas (Almeida e Freire, 2003).

Assim, foram incluídos na investigação nove sujeitos do género feminino e nove do género masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos ( $M = 16,7$ ; raparigas e  $M = 15,6$ ; rapazes).

Todos os menores encontravam-se a cumprir medida de internamento num centro educativo na área de Lisboa, em regime aberto, semiaberto ou fechado (Artº 167º, 168º, 169º da LTE). O intervalo de idades considerado teve em conta a capacidade de abstracção e reflexão que se pressupõe que os adolescentes já tenham adquirido. Salienta-se que a participação dos jovens no presente estudo foi de carácter estritamente voluntário.

## 3. *Corpus*

A presente investigação caracteriza-se por ser um estudo exploratório, que envolve a constituição de um *corpus*, ou seja, considera a definição do material a analisar, não descurando a sua pertinência teórica e as considerações metodológicas necessárias para o fazer, uma vez que se trata de uma metodologia qualitativa.

Bardin (2008, p. 122) define o *corpus* como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Desta forma, o *corpus* respeitante a este estudo é composto por 18 entrevistas transcritas sobre os temas: crime, violência agida e mudança.

## 4. Instrumentos

### 4.1. Entrevista

De acordo com Leal (2008, p. 23), a entrevista é “um processo de obtenção de informação de carácter geral sobre o indivíduo que se entrevista, mas também, de carácter específico, tentando averiguar o que nele existe de relevante para um objectivo determinado”, ou seja, um encontro entre entrevistador e entrevistado, onde se pretende aceder e descobrir dados considerados importantes, de acordo com o objectivo a que a entrevista se propõe. Fontana e Frey (1994) consideram a entrevista como um dos meios mais poderosos para compreender os seres humanos, podendo ser utilizada numa variedade de formas para atingir diversos objectivos. Para Benjamin (1985) e Ghiglione e Matalon (1992), os objectivos da entrevista prendem-se com a prestação de um serviço aos entrevistadores ou aos entrevistados, consoante o tipo de entrevista considerada, onde se assiste a trocas de informação respeitantes ao tema que motivou o encontro entre as duas partes.

Segundo Ghiglione e Matalon (1992) e Leal (2008), o modo como se concretiza todo o processo de entrevista, diz claramente respeito ao quadro teórico de referência, considerado pelo investigador como o mais pertinente para ir ao encontro dos objectivos reais do seu estudo. De facto, nem todas as entrevistas psicológicas têm o mesmo fim. Podemos considerar múltiplas formas de entrevistar, uma vez que estas podem ser definidas através do seu contexto, dos seus objectivos, da predisposição ou papel dos intervenientes numa situação de entrevista, bem como do seu nível de estruturação. Quer-se com isto dizer que podemos ponderar diversas abordagens da entrevista psicológica, mesmo considerando unânime a sua proveniência da área de conhecimento da psicologia (Leal, 2008).

Assim sendo, Leal (2008) aponta-nos para diferentes tipos de entrevista consoante o objectivo pretendido, podendo estas pertencer ao campo da avaliação e diagnóstico, do apoio e terapêutica ou ainda da investigação. A entrevista de avaliação é normalmente bastante estruturada e pretende despistar eventuais estados demenciais de causa orgânica ou psicológica, considerando o contexto e o propósito da avaliação. Por sua vez, a entrevista de apoio, de tipo clínico, pressupõe o estabelecimento de uma relação terapêutica e empática, começando normalmente com a anamnese e pela história de vida, com a finalidade de modificar comportamentos considerados desajustados (Ghiglione e Matalon, 1992).

Por fim, enquadrando o tipo de entrevista do presente estudo, surge a entrevista de investigação, solicitada pelo entrevistador, que apenas se destina a recolher dados para fins de pesquisa (Ghiglione e Matalon, 1992). Concordando com Leal (2008), é importante que o

investigador esclareça pormenorizadamente a investigação que pretende realizar, eliminando eventuais expectativas de continuidade das entrevistas. Para que o objectivo da investigação seja concretizado, as entrevistas de investigação são, por norma, minimamente estruturadas, de forma a centrarem-se no tema (Leal, 2008).

Podemos, então, considerar a entrevista como uma das técnicas de recolha de dados mais utilizadas na investigação qualitativa, já que é flexível na aquisição de informação sobre o julgamento subjectivo dos entrevistados em relação ao objecto de estudo, bem como na abordagem sensível à amostra em questão, estando o investigador atento às suas características, à forma como deve abordar o assunto, à linguagem mais adequada, para que todos os sujeitos compreendam e melhor respondam às questões pretendidas (Fontana e Frey, 1994; Ghiglione e Matalon, 1992).

Certamente que “as entrevistas psicológicas decorrem em diferentes contextos e sofrem, por isso mesmo, os mesmos constrangimentos que todas as interações pessoais e sociais” (Leal, 2008, p. 89). Desta forma, compreender a comunicação e a linguagem torna-se imprescindível quando falamos de troca de informação, uma vez que a mensagem transmitida apresenta um conteúdo que pode ser compreendido e situado social e culturalmente, de acordo com um código comum (Benjamin, 1985; Fontana e Frey, 1994; Ghiglione e Matalon, 1992; Leal, 2008). Neste sentido, espera-se que o entrevistador adequê o seu discurso perante o sujeito que entrevista, e que possibilite que este se sinta confortável para levar a entrevista a bom porto, deixando que o entrevistado exponha os seus pensamentos acerca do assunto que os reúne, mas também estando atento à comunicação não-verbal que este transmite (Ghiglione e Matalon, 1992), pois, de acordo com Leal (2008, p. 187), “a linguagem verbal transmite informação, mas é na linguagem corporal que assenta a possibilidade de relação”. A linguagem faz parte da comunicação interpessoal, permitindo a transmissão e partilha de informação entre as partes intervenientes. Assim, utilizamos a linguagem porque “queremos (intencionalidade) comunicar algo (finalidade) a alguém (relação). Na verdade, estabelecemos as nossas relações, no mundo, através da linguagem, e usamo-la, também, para o classificar, para o categorizar, para o organizar, simplificar e melhor o apreender” (Pais, 2004, p. 217).

Posto isto, falta-nos ainda compreender que a entrevista psicológica tem vários níveis de estruturação consoante a sua finalidade e o quadro de referência, como sendo não-estruturada, semi-estruturada ou estruturada, consoante se tem um conjunto de questões ou temas a abordar de forma livre ou exaustiva, ou seja, deve-se aqui considerar o grau de liberdade e de profundidade que satisfaça os objectivos da entrevista. Assim, uma entrevista não-estruturada deixa toda a liberdade ao entrevistado para tecer considerações sobre o tema em questão, pelo

que uma entrevista estruturada pressupõe objectivos e finalidades previamente estabelecidos, que limitam o discurso do sujeito, dando apenas respostas breves (Benjamin, 1985; Fontana e Frey, 1994; Ghiglione e Matalon, 1992; Leal, 2008).

Por sua vez, a atitude do entrevistador pode ser directiva, semi-directiva ou não-directiva, abrindo esta última um leque abrangente de possíveis respostas dadas pelos sujeitos inquiridos, perante um tema sugerido pelo entrevistador. Por oposição, uma atitude directiva segue um carácter mais rígido, uma vez que está previamente estipulado uma ordem de perguntas, condicionando o pensamento dos sujeitos ao que lhes é questionado (Benjamin, 1985; Ghiglione e Matalon, 1992; Leal, 2008). Segundo Ghiglione e Matalon (1992) as entrevistas semi-directivas, consideradas neste estudo, pressupõem que o entrevistador conheça previamente o tema que pretende abordar, convidando o sujeito a falar abertamente sobre um assunto específico, deixando ao seu critério a ordem dos pontos que quer aprofundar e intervindo com novas questões que acompanham o discurso do inquirido.

Querendo aprofundar uma certa temática, convida-se os entrevistados a deixar transparecer as suas concepções, opiniões, pensamentos e sentimentos, respeitando o decorrer e a elaboração do seu discurso (Benjamin, 1985). Assim, o sujeito dispõe de maior amplitude para aprofundar os sentimentos que cada pergunta lhe sugere (Benjamin, 1985; Ghiglione e Matalon, 1992). No entanto, apesar das questões poderem ter uma ordem previamente estabelecida, como é o caso do presente estudo, tal facto não implica que esta não possa ser trocada consoante a sua pertinência e continuidade em relação ao discurso dos indivíduos. (Benjamin, 1985; Fontana e Frey, 1994; Ghiglione e Matalon, 1992; Leal, 2008).

É então notório “um certo grau de liberdade ao nível do estímulo indutor da resposta” (Ghiglione e Matalon, 1992, p. 86), nomeadamente quando se trata de estudos exploratórios, ou seja, caso o sujeito não aborde espontaneamente um tema que o entrevistador deseja falar, este deve colocar uma nova questão nesse sentido baseando-se no seu quadro de referência.

#### 4.2. Análise de conteúdo

O segundo instrumento, o mais apropriado para estudar o *corpus* constituído pelas entrevistas, diz respeito à análise de conteúdo que, segundo Berelson (cit. in Bardin, 2008, p. 38), é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Por sua vez, Krippendorff (1980) considera a análise de conteúdo como uma

técnica que nos possibilita a replicação e inferência de dados de forma válida. Bardin (2008, p. 44) completa a definição do processo de análise de conteúdo do *corpus* como sendo um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, a inferência permite a interpretação dos dados contextualizados, propondo uma análise de conteúdo que não só estuda a linguagem e o discurso em si, mas também as características das condições de produção. Bardin (2008, p. 31) considera que a análise de conteúdo é ajustável a todas as formas de comunicação, tendo uma função heurística, já que se trata de um instrumento que “enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão para a descoberta”.

De acordo com Bardin (2008), esta técnica tem como principais objectivos, ultrapassar a incerteza e o enriquecimento da leitura, através do estudo de conteúdos e estruturas de documentos que procura confirmar ou rejeitar a hipótese previamente colocada e esclarecer os elementos e significações que podem potenciar a descrição de novos mecanismos hipotéticos. Mais ainda, a análise de conteúdo procura os verdadeiros significados que estão implícitos nas mensagens transmitidas, dando um novo sentido à comunicação e à linguagem, permitindo ainda, caracterizar as suas condições de produção (Vala, 1999). Para Krippendorff (1980, p. 27) pretende-se “fazer inferências a partir dos dados, sobre certos aspectos do seu contexto e justificar essas inferências em termos do conhecimento dos factores estáveis num sistema de interesses. É através deste processo que os dados passam a ser reconhecidos como simbólicos”.

As vantagens desta técnica passam pela análise de material que não foi destinado para a investigação empírica e, por isso, não está enviesado em relação aos objectivos do estudo, permitindo o estudo de mensagens, entrevistas, fontes documentais, etc., uma vez que acede ao material sem o modificar. É, por isso, uma técnica não obstrutiva da informação, que é sensível ao contexto e que pode ser alargada a diversos campos de aplicação (Bardin, 2008; Krippendorff, 1980; Vala, 1999). Mais acrescenta Weber (1990), ao considerar que o processo da análise de conteúdo possibilita a criação de indicadores quantitativos provenientes de mensagens ou dados qualitativos considerados num certo contexto.

Para proceder à técnica de análise de conteúdo deve-se respeitar vários passos que asseguram a sua fidelidade e validade (Bardin, 2008; Weber, 1990). De acordo com Vala (1999), em primeiro lugar é importante definir um quadro teórico de referência para posteriormente delinear o *corpus*,

ou seja, o material que se pretende analisar. Segue-se a pré-análise, descrita por Bardin (2008), como sendo uma fase inicial de organização e sistematização de todo o processo de análise. De seguida, devemos definir as categorias relacionadas com o objecto de estudo, onde se inserem as unidades de análise ou de registo procedendo à organização e agregação das unidades de análise em categorias (Vala, 1999). As unidades de registo dizem respeito às proposições consideradas relevantes para o estudo em questão, ou seja, são unidades de significação que devem ser codificadas e que correspondem ao “segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2008, p. 130).

Para Bardin (2008, p. 145), este processo de categorização é uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” e engloba: a definição e constituição de categorias que pode ser feita *a priori*, *a posteriori* (Ghiglione e Matalon, 1992) ou utilizando-se um procedimento misto (Pais, 2004); a pré-análise do *corpus*, devendo proceder-se a diversas leituras flutuantes de todo o material e identificar os núcleos de significado comum (categorias provisórias) das unidades de registo, ou seja, agregar palavras ou frases em categorias, ainda que não definitivas, distintas conceptualmente entre si (Bardin, 2008; Vala, 1999); e, a constituição definitiva do sistema de categorias e sub-categorias, respeitando regras referentes à homogeneidade e pertinência das categorias, devendo, ainda, utilizar exemplos que ilustrem o significado preciso de cada categoria (Bardin, 2008; Ghiglione e Matalon, 1992; Vala, 1999).

Para que todo o processo seja credível é necessário que a fidelidade e a validade estejam garantidas. A fidelidade refere-se ao grau de confiança ou exactidão da informação obtida e está associada a todo o processo de codificação, ou seja, ao codificador e ao próprio instrumento. Ghiglione e Matalon (1992, p. 197) consideram que “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem”. Para evitar interpretações distintas do mesmo conteúdo, o analista deve proceder a várias leituras em momentos distintos, assegurando a fidelidade intra-codificador, bem como solicitar a leitura e codificação de um conjunto de juízes independentes, eliminando eventuais problemas de diferenças de codificação, certificando de que também a fidelidade inter-codificador é respeitada (Ghiglione e Matalon, 1992; Vala, 1999). No que respeita o instrumento, o analista deve garantir que as categorias de análise não são ambíguas, permitindo classificar as unidades de registo com certeza e rigor (Ghiglione e Matalon, 1992). Por sua vez, a validade diz respeito a todas as etapas da análise de conteúdo, onde o analista deve assegurar-se que mede o que realmente pretende medir (Vala, 1999; Weber, 1990). Ghiglione e Matalon (1992, p. 198) definem a validade do instrumento como sendo a “adequação entre os objectivos e os fins sem

distorção dos factos”. Segundo Krippendorff (1980), para que o procedimento seja consistente e replicável, as regras inerentes na processo devem ser explícitas e aplicadas de igual forma em todas as unidades de análise.

Aqui, o investigador deve ter em conta os critérios de exaustividade, ou seja, todas as unidades de registo devem ser colocadas numa das categorias, sem deixar nenhuma palavra fora das unidades de registo; e de exclusividade, uma vez que a mesma unidade de registo apenas deve ser inserida numa categoria (Bardin, 2008; Vala, 1999).

## 5. Procedimento

Após a obtenção do consentimento, por parte da Direcção-Geral da Reinserção Social, necessário para a realização do presente estudo num centro educativo (vd. Anexo 1) e tendo por base os guiões de entrevista semi-estruturados, relativos aos temas do crime, violência agida e mudança (Serrão, 2004/2005) (vd. Anexo 2), procedeu-se às entrevistas de forma a obter o *corpus* da nossa investigação, através de um processo de amostragem não probabilístico por conveniência.

Num primeiro contacto com os jovens foi explicado o propósito do estudo, esclarecendo o tema em questão, os objectivos da investigação e o procedimento a utilizar. Foi também explicado aos sujeitos que as entrevistas deveriam ser gravadas, sendo que, após a transcrição, as fitas teriam de ser destruídas, de forma a garantir o total anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos, isto é, a informação obtida não poderá ser posteriormente associada a qualquer participante, não tendo assim repercussões para os mesmos. A gravação das entrevistas foi imprescindível para a nossa investigação, uma vez que a transcrição integral das mesmas é fundamental para definir o *corpus* e possibilita-nos prosseguir com a análise do conteúdo das mesmas (Benjamin, 1985; Bogdan e Biklen, 1994; Kvale, 1996; Patton, 1990; Quivy e Campenhoudt, 1992; Rossi, 1999).

Tivemos ainda a necessidade de esclarecer que não iria haver qualquer tipo de continuidade após a recolha estar completa, uma vez que não se trata de um contexto clínico, onde as pessoas são seguidas com regularidade e se prevê a melhoria das suas condições psíquicas mas, sim, de um entrevistado que, num dado momento, aceita de boa vontade ceder informações relativas às suas experiências, atitudes e sentimentos (Ghiglione e Matalon, 1992). Desta forma, apelando à sinceridade, os jovens poderiam sentir-se confortáveis para emitir a sua opinião sobre os temas em questão, independentemente dos actos por eles cometidos.

Após este esclarecimento imprescindível para o desencadeamento das entrevistas e da nossa investigação, e uma vez que os jovens já estavam ao corrente do que se iria passar, passámos para a realização das entrevistas individuais (vd. Anexo 3). Para tal, utilizámos os guiões de entrevista previamente construídos por Serrão (2004/2005), de natureza semi-estrutura e semi-directiva, pois potencia as respostas abertas, dando total liberdade ao entrevistado para reflectir e expor as suas opiniões e convicções.

De notar que foi tido em consideração o facto das questões serem sensíveis e adaptadas à amostra em questão, uma vez que utilizam linguagem acessível e potenciam um discurso na terceira pessoa, evitando que o entrevistado as interprete de forma pessoal (Fontana e Frey, 1994; Ghiglione e Matalon, 1992).

Após a recolha dos dados, todas as entrevistas foram transcritas com vista à definição do *corpus*. Posteriormente, a análise do conteúdo do *corpus* foi realizada, recorrendo às grelhas categoriais elaboradas por Serrão (2004/2005) relativas às pré-categorias estabelecidas: crime, violência e mudança (vd. Anexo 4). O uso desta grelha de análise categorial privilegia a repetição e frequência dos temas em questão, inserindo-os em categorias e sub-categorias, e analisando-os depois em conjunto (Bardin, 2008).

Considerando que estas grelhas iniciais serviam o *corpus* recolhido por Serrão (2004/2005), tivemos que reestruturar a grelha, recorrendo a um procedimento misto (Pais, 2004), de forma a conseguir codificar o conteúdo das entrevistas elaboradas na presente investigação. Assim, sentimos necessidade de acrescentar sub-categorias às três pré-categorias consideradas (vd. Anexo 4), nomeadamente no que respeita ao surgimento de muitas respostas indiferenciadas (“não sei”). Mais concretamente, na pré-categoria crime (A), surgiu a necessidade de acrescentar a sub-categoria “indiferenciado/não sei” nas categorias “A.4. Objectivos do crime”, “A.6. Atribuição de sentimentos ao jovem delinquent”, “A.8. Imagem do jovem autor de furtos”, “A.9. Imagem das vítimas de furto”, “A.12. Imagem do jovem consumidor de droga” e “A.13. Imagem do jovem vendedor de droga”. Ainda, na categoria “A.5. Em quem pensou – aquando da passagem ao acto” surgiu a necessidade de acrescentar duas sub-categorias, “A.5.5. Em ninguém” e “A.5.6. Não pensam na vítima”.

Já na pré-categoria violência (B), a sub-categoria “indiferenciado/não sei” foi adicionada nas categorias “B.1. Definição de violência”, “B.9. Imagem da vítima objecto de violência” e “B.10. Relação prévia entre agressores”. Uma vez que os entrevistados fizeram bastante referência à “B.5.7. Não vivência da violência”, esta sub-categoria foi acrescentada à categoria “B.5. Vivência da violência”.

Por fim, na pré-categoria mudança (C), apenas surgiu a necessidade de acrescentar uma sub-categoria, à categoria “1. Definição de mudança”, que diz respeito à “Definição indiferenciada de mudança (C.1.3.).

Foram ainda salvaguardadas a fidelidade do processo, quer intra-codificador quer inter-codificador e a validade, bem como os critérios de exclusividade e de exaustividade das categorias, de modo a garantir a qualidade de todo o processo de análise do *corpus* (Bardin, 2008, Krippendorff, 1980; Vala, 1999; Weber, 1990). Assim sendo, o conteúdo das entrevistas foi analisado em momentos diferentes pela investigadora, bem como pudemos contar com a colaboração de juízes independentes de forma a garantir o respeito por estes critérios.

Uma vez codificadas todas as unidades de registo (Bardin, 2008), procedemos à quantificação das mesmas para posterior análise e discussão dos resultados, onde se pretende comparar as diferenças entre as raparigas e os rapazes relativamente aos temas considerados, bem como cruzar os nossos resultados com os resultados obtidos por Serrão (2004/2005), tendo em atenção as diferentes proporções no que se refere ao número de participantes.

### III. Análise e discussão de resultados

Codificadas as 18 entrevistas e após quantificar todas as unidades de registo (adiante: u.r.), devemos agora analisar e discutir os resultados da nossa investigação. Para tal, optámos por apresentá-los começando por uma abordagem mais geral, que se irá aprofundando numa visão mais particular e minuciosa dos resultados obtidos. Significa isto que começaremos por analisar e discutir os resultados correspondentes às pré-categorias consideradas, sendo elas, o crime, a violência e a mudança. Iremos, de seguida, abordar as categorias contidas nas pré-categorias que as sustentam, sendo que a pré-categoria “crime” (A) contém 14 categorias (A.1. a A.14.); a pré-categoria “violência” (B) é composta por 11 categorias (B.1. a B.11.) e a pré-categoria “mudança” (C) compreende cinco categorias (C.1. a C.5.). Importa ainda destacar quais as categorias mais prevalentes e as que, por oposição, foram menos abordadas pelos entrevistados, considerando também as sub-categorias nelas contidas.

Não esquecendo o problema de investigação, pretendemos ainda clarificar se os temas considerados – crime, violência e mudança – são ou não percebidos da mesma forma nos rapazes e raparigas delinquentes e institucionalizados. Assim, torna-se fundamental comparar os resultados obtidos pelo género feminino com os do género masculino, ambos com igual número de entrevistados (nove).

Uma vez que os guiões de entrevista e as grelhas categoriais foram adaptados de Serrão (2004/2005), considerámos que seria interessante e pertinente, no decorrer da análise, cruzar os nossos resultados com os obtidos por Serrão (2004/2005), tendo em atenção o factor temporal, uma vez que as entrevistas foram realizadas em alturas distintas, e ainda o factor espacial, pois as investigações foram realizadas em centros educativos diferentes, bem como o facto de os entrevistados não serem nem os mesmos nem em igual número. A investigação de Serrão (2004/2005) contou com 14 entrevistados, sete do género feminino e sete do género masculino, sendo que para a presente investigação foram entrevistados nove sujeitos de cada género, obtendo um total de 18 entrevistas.

Visto que o número de entrevistados não foi o mesmo, para poderem ser comparados, os resultados que emergem de ambas as investigações foram também tratados recorrendo a proporções. Estas proporções foram realizadas em função do género, visto ser a variável considerada no nosso problema de investigação, ou seja, considerando o total de u.r. das raparigas e dos rapazes nas pré-categorias (vd. Anexo 5), nas categorias (vd. Anexo 6) e, por sua vez, sub-categorias (vd. Anexo 7). Ou seja, o somatório de u.r. obtido pelos entrevistados numa sub-categoria foi dividido pelo somatório de u.r. obtido pelos mesmos na categoria

correspondente. Exemplificando, na sub-categoria A.1.1. o total de u.r. das raparigas foi de 6, sendo a sua proporção face ao somatório das u.r. das raparigas na categoria A.1. “definição de crime” (82), isto é, 0,07 (6/82). Passando à proporção das u.r. correspondentes às categorias, esta diz respeito ao número total de u.r. das entrevistadas que diz respeito a cada categoria face ao somatório de u.r. por elas obtido na respectiva pré-categoria. Completando o exemplo, a proporção da categoria A.1. é de 0,13, ou seja, 82/619, sendo este último valor o número total de u.r. da pré-categoria “crime” expressado pelas raparigas. No que diz respeito às pré-categorias, a proporção das u.r. da pré-categoria “crime” nas raparigas é de 0,49 (619/1261, isto é, o somatório das u.r. foi dividido pelo número total de u.r. das raparigas em todas as pré-categorias). Por fim, o número total de u.r. das entrevistadas (1261) foi dividido pelo número total de u.r. em todas as pré-categorias, englobando raparigas e rapazes (2658), obtendo uma proporção de 0,47, isto é 47%. O mesmo procedimento foi realizado para o caso dos rapazes em todas as sub-categorias, categorias e pré-categorias, bem como para todos os resultados obtidos por Serrão (2004/2005) (vd. Anexos 8, 9). Desta forma, encontramos-nos em condições de poder comparar resultados, já que foram tratados da mesma forma, recorrendo às proporções.

Para facilitar a leitura dos resultados, estes estão todos apresentados em tabelas, onde foram contabilizados os somatórios das u.r. e as devidas proporções correspondentes a cada pré-categoria, categoria e sub-categoria, tendo sido ainda considerada a distinção entre os géneros.

Tabela 1: *Totais de ocorrências das unidades de registo (u.r.) nas pré-categorias*

Pré-categoria	Total u.r.	Total u.r.	Total u.r.
	Raparigas	Rapazes	
Crime	619	660	1279
Violência	359	414	773
Mudança	283	323	606
Total	1261	1397	2658

Das 18 entrevistas codificadas resultaram 2658 unidades de registo. A Tabela 1 mostra-nos a distribuição das u.r. nas três pré-categorias consideradas. É de notar que, em todas as pré-categorias, os rapazes apresentam mais u.r. que as raparigas, sendo a diferença acentuada. Esta discrepância pode dever-se ao facto de, ao longo das entrevistas, as raparigas se terem mostrado mais reservadas a falar abertamente dos temas propostos ou de si mesmas, estando muito mais contidas e defensivas, pois a abordagem destas temáticas faz emergir um conjunto de situações e causas do comportamento desviante que as raparigas parecem querer esquecer, ou pelo menos

evitam tomar consciência delas. Já os rapazes mostraram uma postura mais disponível, tendo exposto com mais facilidade as suas opiniões, parecendo estar mais familiarizados com a prática criminal e com todos os seus contornos, uma vez que os rapazes tendem a iniciar as suas actividades no mundo do crime mais cedo que as raparigas (Carvalho, 2005; Cauffman, 2008, Peres e Gonçalves, 2006). Talvez aqui possamos atribuir a este comportamento dos rapazes um certo desejo de serem aceites socialmente, querendo mostrar uma imagem de si diferente da que experienciam. Ainda, os rapazes adolescentes tendem a encarar as situações, como a entrevista de investigação, como mais naturalidade do que as raparigas, embora podendo também agir de forma defensiva.

De qualquer modo, foi na pré-categoria relativa ao crime (A) que, sendo a mais extensa, tanto raparigas como rapazes participaram com mais u.r. comparativamente com as pré-categorias violência (B) e mudança (C), sendo esta última aquela que os entrevistados mostraram estar menos à vontade, uma vez que o tema da mudança se debruça sobre os efeitos imediatos do centro educativo sob o comportamento dos educandos. No entanto, como veremos mais à frente, o desejo de mudança é grande e ambicioso em ambos os géneros.

De acordo com a Tabela 1, os jovens estão mais à vontade para falar do tema do crime, pois é considerado um mundo que os jovens conhecem, onde se sentem integrados e a que desde cedo tiveram acesso, pois a crescente dissociabilidade familiar conjugada com a tentativa de fuga do sofrimento psíquico, levaram a que estes jovens se refugassem no mundo do crime, proporcionando-lhes prazer e uma satisfação directa (Matos, 2005; Mucchielli, 1979).

Encontramos a mesma tendência no estudo de Serrão (2004/2005), onde a pré-categoria relativa ao crime se revelou o tema que os jovens mais gostaram de falar e também aí houve uma discrepância em relação às outras duas pré-categorias consideradas, que reuniram um número inferior de u.r. comparativamente com a pré-categoria crime (vd. Anexo 5). Contudo, na investigação de Serrão (2004/2005), apesar da diferença mínima, foram as raparigas que se debruçaram mais sobre o crime e sobre a violência, deixando para os rapazes um número de u.r. mais elevado apenas na pré-categoria da mudança.

Analisado o panorama mais geral, relativo às pré-categorias, cabe-nos agora aprofundar o que aconteceu com as categorias e sub-categorias relativas ao crime, à violência e à mudança.

a) Crime

Tabela 2: *Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes ao crime*

Categorias	Total u.r.	Total u.r.	Total u.r.
	Raparigas	Rapazes	Categorias
A.1. Definição do crime	82	94	176
A.2. Juízo moral sobre o crime	13	26	39
A.3. Atribuição causal dos crimes	62	34	96
A.4. Objectivos do crime	76	78	154
A.5. Em quem pensou - aquando da passagem ao acto	34	40	74
A.6. Atribuição de sentimentos ao jovem delincente	70	68	138
A.7. Atribuição de sentimentos à vítima	25	28	53
A.8. Imagem do jovem autor de furtos	50	51	101
A.9. Imagem das vítimas de furto	39	33	72
A.10. Função negativa da droga	40	34	74
A.11. O outro lado da droga	28	60	88
A.12. Imagem do jovem consumidor de droga	35	42	77
A.13. Imagem do jovem vendedor de droga	49	43	92
A.14. Tipo de crime praticado	16	29	45
Total	619	660	1279

No que respeita às 14 categorias relativas ao tema do crime, os resultados da Tabela 2 elucidam uma clara prevalência de u.r., quer nos entrevistados do género feminino quer nos do género masculino, da categoria A.1. “Definição do crime”, com 82 u.r. nas raparigas e 94 u.r. nos rapazes. De seguida a categoria A.4. “Objectivos do crime” reuniu um total de 154 u.r., com 78 e 76 u.r. para os rapazes e raparigas, respectivamente; e, a categoria A.6. “Atribuição de sentimentos ao jovem delincente”, onde as raparigas tiveram mais u.r. que os rapazes, apesar da diferença ser pequena. Pelo contrário, as categorias menos prevalentes dizem respeito ao “Juízo moral sobre o crime” (A.2.), à categoria A.14. “Tipo de crime praticado” e por fim à “Atribuição de sentimentos à vítima” (A.7).

Se observarmos mais atentamente a categoria que obteve mais u.r. – A.1. “Definição do crime” (vd. Anexo 7) –, constatamos que, tal como Serrão (2004/2005), os altos resultados

centram-se no planeamento (A.1.5.), ou seja, ao facto dos jovens planearem ou não os seus actos delituosos, bem como na culpabilidade (A.1.8.), que engloba a capacidade dos jovens definirem o conceito de culpa e de terem o sentimento de culpa pelos factos praticados, mostrando-se ou não arrependidos.

Pensando no planeamento (A.1.5.), as entrevistas mostram que, apesar do número total de u.r. ser bastante aproximado (24 u.r. nas raparigas e 26 u.r. nos rapazes; vd. Anexo 7), as raparigas não planeiam os seus crimes, porque geralmente acontece de repente, quase sem pensar e consideram ainda que “nunca se combina antes” (Sujeito do género feminino F1, guião do Crime, resposta B3, adiante: F1 C B3). Esta ausência de planos e intenções exprime, como nos diz Marcelli e Braconnier (2005, p. 121), a possibilidade de uma constante passagem ao acto do adolescente que esconde a sua “necessidade de se atribuir um papel activo que contraponha a vivência profunda de passividade face à desordem sofrida”, evitando que factores conflituais floresçam na consciência provocando uma dor quase insuportável. Assim, o agir sem pensar é fruto de um mecanismo de defesa que utiliza este meio como fuga à tensão interna, abandonando uma possível representação incómoda para a consciência do adolescente (Marcelli e Braconnier, 2005).

No entanto, se olharmos para o comportamento dos rapazes, constatamos que muitos deles sentem necessidade de planear os seus crimes porque, “para fazer um assalto tem de ser planeado, não pode ser «à toa» (vd. Anexo 10)” (M13 C B3), ou melhor, consideram que os crimes devem ser planeados para garantir que tudo corra conforme previram e que conseguem daí a sua recompensa, apesar de ser “conforme o crime, se nós já tivéssemos controlado esse crime que quisermos cometer, tínhamos que falar como é que íamos entrar e fazer isso” (M12 C E4). Aqui, ficamos com a impressão de que, ao contrário das raparigas, os rapazes vêem o acto ilícito como algo mais abrangente, pois englobam os crimes que consideram mais leves até aos mais pesados, que envolvem a participação de mais elementos do grupo, actuando preferencialmente em bando, como forma de satisfazer as suas necessidades dissimuladas e sentirem-se protegidos no meio da força e solidariedade de um grupo com actividades e problemas idênticos (Mucchielli, 1979). Neste sentido, consideramos que os rapazes encaram o crime com mais naturalidade que as raparigas, sendo estes que se expõem mais ao falar do tipo de crime praticado (A.14). A gravidade dos crimes cometidos comparada com a leveza com que deles se fala leva-nos a abandonar a ideia partilhada por Benavente (2002), Marques (2005) e Moita (1985) de que a transgressão faz parte do processo adolescente, ou seja, da curiosidade e necessidade de experimentar, característica desta fase do desenvolvimento, bem como da tomada de conhecimento dos limites.

No que respeita a culpabilidade (A.1.8), constatamos que tanto rapazes como raparigas reportam-se à definição de culpa, referindo o estado de um indivíduo “quando fazemos algo de errado” (F9 C A3) ou ainda “culpa é uma palavra que significa que se fez uma coisa que prejudicou outras pessoas” (M12 C A3). Contudo, quando falamos do caso concreto que conduziu estes jovens ao centro educativo, o sentimento já não é o mesmo, pois o arrependimento é condicionado pela gravidade do crime por eles considerada, bem como pelas consequências que a prática do acto delituoso teve para os próprios sujeitos.

Queremos com isto dizer que o sentimento de culpa que conduz ao arrependimento destes jovens, quer raparigas quer rapazes, está, na maioria das vezes, dependente de como correu o crime ou se sofreram consequências por tê-lo praticado, nomeadamente, medida de internamento em centro educativo, ou seja, o sucesso da prática ilícita e o facto de não ser apanhado a seguir anulam o arrependimento (“depende como corria, se corresse mal sentia-me arrependido”, M14 C E7). Apesar de conseguirem atribuir ao próprio a causalidade dos crimes, pois “alguns têm bastantes problemas” (F6 C B2), a ausência do sentimento de culpa aparece bastante vincada nestes adolescentes.

Segundo Winnicott (2005), esta questão pretende-se com a noção de certo e errado que preenche o código moral de cada indivíduo. Ora, sabemos que, nestes adolescentes, a ausência de limites e de supervisão familiar conduziram a um “Eu fragilizado pela prepotência do Supereu” (De Matos, 2007, p. 299) que, pela sua desorganização, não possibilita a aquisição e o cumprimento dos valores morais espectáveis para esta idade e para a vivência em sociedade. Assim sendo, os jovens delinquentes sentem-se livres da culpa dos seus próprios actos.

Abordando agora a categoria A.4. “Objectivos do crime”, os resultados revelaram-se bastantes interessantes, uma vez que rapazes e raparigas mostram que o principal objectivo é o seu desejo de adquirir bens materiais (A.4.1.), principalmente dinheiro “talvez para comprarem roupa de marca que é a maioria das vezes” (F5 C B4), ou porque pretendem “ter as minhas próprias coisas da maneira mais fácil” (M12 C E3). Moita (1985, p, 26) define o sujeito delincente como “um indivíduo que ultrapassa a lei, que a *trans-gride* para realizar o seu desejo sobrepondo-o ao desejo do outro”.

Talvez aqui possamos levantar uma questão: porque é que os adolescentes delinquentes colocam o seu desejo acima da noção do outro? Afinal de contas, o objecto ou bem material é subtraído a um outro, na maioria das vezes desconhecido, que apenas serve como meio para os jovens atingirem algo que consideram valioso.

Ora, é verdade que muitos dos menores delinquentes provêm de meios sócio-económicos desfavorecidos, onde as suas famílias, muitas vezes desestruturadas, não têm possibilidades de

proporcionar-lhes os bens materiais que eles desejam (Ventura, 1999). Aliado às dificuldades económicas, as famílias em causa há muito que perderam a capacidade de controlar e supervisionar o comportamento dos filhos (Benavente, 2002; Ferreira, 1997). Mais acrescenta Winnicott (2005), ao falar da privação sofrida pelos adolescentes pois carecem de características básicas da vida familiar. Assim sendo, os jovens procuram exteriormente o que sentem falta dentro do meio familiar. Sá (2001) fala-nos de privação emocional na relação com as figuras parentais fruto de uma história de sucessivos conflitos ao longo da infância. Perante este crescimento atribulado e, mais uma vez, a ausência do sentimento de culpa aliada à constante fuga para a frente, leva os jovens a agir contra o outro, contra o objecto exterior a si, lutando contra a inconstância da relação com o objecto, de que De Matos (2002) nos fala. Em suma, para estes jovens o outro nunca chega a assumir-se como alteridade.

Neste momento da discussão, e com relevância para o tema, importa considerar os resultados da categoria A.7. “Atribuição de sentimentos à vítima (após o crime)”, pois são reveladores desta dificuldade em se debruçar sobre o outro, uma vez que obteve um total de u.r. diminuto em ambos os géneros. Também a categoria A.5. “Em quem pensou – aquando da passagem ao acto?” vem reforçar esta ideia da ausência da noção do outro, pois o maior número de u.r. nesta categoria centra-se nas sub-categorias emergentes: a A.5.5. “Em ninguém”; e, a A.5.6. “Não pensam na vítima”. Se considerarmos que a vítima assume aqui o papel do outro, conseguimos compreender que, no momento do acto, muitos jovens “não pensam em ninguém nem nas consequências” (M10 C B6), o que exclui a possibilidade de pensarem na vítima. Esta tendência é manifestada principalmente pelos rapazes que obtiveram o dobro das u.r., relativamente às raparigas, na sub-categoria A.5.5., com 14 u.r. (vd. Anexo 7).

Juntamente com o desinteresse no outro desconhecido, os adolescentes entrevistados, principalmente as raparigas, referem que o crime está associado ao prazer (A.4.4.), ou seja, “querem sentir adrenalina” (F1 C B2), “para se divertir” (F2 C B2) ou mesmo “porque gostava de fazer” (F2 C E2). De acordo com Coelho (1997) e Moita (1985) estes adolescentes vivem numa constante procura de satisfação imediata ou de realização do desejo, quer ao nível afectivo quer ao nível material, que conduz a um estado de necessidade eminente. O sentimento de prazer pelo prejuízo do outro, de total despreocupação (A.6.1.), interliga-se com a satisfação imediata que os jovens sentem ao conseguir aquilo que queriam e não podiam ter se não fosse desta forma, uma vez que “se fizeram muito dinheiro sentem-se bem” (M13 C B8). Por outro lado, muitos também o fazem como forma de aceitação social no bairro, onde o seu grupo de pares há muito que estabeleceu os seus próprios valores e regras morais, e quanto mais comportamentos disruptivos

os jovens manifestarem, melhor serão aceites e respeitados no seu meio cultural (Ferreira, 1997; Mucchielli, 1979).

Do surgimento de bastantes respostas descomprometedoras, houve a necessidade de abrir a sub-categoria A.4.6. “Não/ Não sei” (13 u.r. nas raparigas e 10 u.r. nos rapazes), uma vez que os entrevistados não conseguiram apresentar qualquer tipo de objectivo, como por exemplo, “no meu caso não tinha nenhum objectivo” (M10 C E3), pois como o mesmo sujeito afirma “foi mais tipo, para chamar a atenção”. Pressupomos que seria a atenção da família que, provavelmente, já tinha abdicado das suas funções há algum tempo. As respostas que se enquadram nesta sub-categoria levam a concluir que os entrevistados em questão não têm uma justificação para os seus comportamentos desviantes, ou será a manifestação de um acto defensivo por não quererem revelar na entrevista os seus verdadeiros objectivos?

A terceira categoria mais prevalente em relação ao crime diz respeito à “Atribuição de sentimentos ao jovem delincente” (A.6.). À semelhança dos resultados de Serrão (2004/2005) nota-se uma diferença entre os jovens do género masculino e do feminino, pois os rapazes esboçam mais sentimentos positivos (A.6.1. = 31 u.r.) e, por sua vez, as raparigas abordam mais sentimentos negativos (A.6.2. = 37 u.r.).

Quanto aos rapazes, estes atribuem sentimentos negativos apenas ao facto de não conseguirem o que queriam no momento do crime, ou seja, “se roubaram e depois não conseguiram nada, só vão lá «à toa», devem-se sentir muito tristes” (M13 C B8), sentimento este condicionado pelo facto de haver consequências para o próprio, quer seja ao nível penal, de cumprimento de medida de internamento, quer seja pelo facto do jovem esperar conseguir algo que no fim não obteve. Segundo Marcelli e Braconnier (2005, p. 123), os jovens delinquentes apresentam pouca capacidade em “aceitar um estado de insatisfação interna em si próprio, muitas vezes acompanhada por um aumento do nível de angústia”. Por outras palavras, os conflitos internos constantes levam a que estes adolescentes tenham fraca tolerância à frustração, reagindo imediatamente perante uma situação desagradável (Coelho, 1997; De Matos, 2002). Desta forma, surge, no discurso dos rapazes, a atribuição de mais sentimentos positivos (A.6.1.) que negativos, pois na maioria das vezes “[o rapaz que estava a roubar] sentia-se bem, com adrenalina” (M13 C C6), bem como “se calhar sentem-se contentes porque têm aquilo que queriam” (M10 C B5), deixando transparecer a ideia de satisfação imediata, como se, o que quer que seja que consigam obter possa compensar o sentimento de vazio e perda que se apodera destes jovens (Strecht, 2003).

Relativamente às raparigas, os sentimentos negativos são mais vincados que os positivos, tal como nas raparigas envolvidas no estudo de Serrão (2004/2005). As raparigas referem ter “medo

de ser apanhada, [sentia-se] com aquela sensação que alguém me vai denunciar naquele momento” (F9 C E6). O sentimento de medo está constantemente presente na discurso das raparigas entrevistadas, medo de serem descobertas pela polícia e pela própria família e ainda o medo das consequências que o acto lhes possa trazer, como sendo mais uma possível rejeição e o prolongamento do sentimento de perda do objecto associado à família (Benavente, 2002). Segundo Winnicott (2005), a destruição interna pode resultar de uma reacção ao medo e à raiva resultante de uma frustração, tornando as raparigas mais sensíveis.

Se olharmos, agora, para o discurso acerca dos comportamentos aditivos (A.10.), constatamos algo bastante interessante nos nossos resultados, como o facto de rapazes e raparigas manifestarem opiniões contrárias relativamente à droga. As adolescentes enunciam maioritariamente características negativas associadas à droga (A.10.), tendo 40 u.r. contra 28 u.r. relativas ao lado mais positivo da droga (A.11.), sendo que os rapazes apresentam mais opiniões positivas que negativas, com 60 e 34 u.r., respectivamente. Para estes jovens, a droga não é encarada como uma transgressão ou algo que não deve ser feito (A.10.1), mas assumem ser prejudicial para a saúde, pois remetem o seu lado negativo para os aspectos físicos consequentes do consumo de substâncias estupefacientes (e.g., “às vezes fica-se com doenças que se apanham” – F2 C D5).

A maioria das entrevistadas transmite uma opinião desfavorável sem, no entanto, especificar a função negativa que atribuem aos comportamentos aditivos (A.10.5.), nomeadamente ao consumo de droga. Pelo contrário, e não obstante dos malefícios para a saúde, os rapazes encaram o consumo e a venda de droga como algo natural devido às “sensações que nos faz sentir” (M16 C D4), pois “às vezes faz-nos sentir bem, às vezes faz-nos esquecer de tudo, dos nossos problemas” (M16 C D4). Afinal de contas, conseguimos compreender que, relativamente ao consumo, a aparente normalidade esconde a noção de que este mundo serve como um apaziguamento das tensões internas, funcionando a droga, normalmente canabinóides, como um porto seguro, que os acalma e protege da sua desarmonia psíquica. De acordo com Marcelli e Braconnier (2005, p. 412), “esta tensão muito significativa ou que não pode ser apaziguada, a não ser transitoriamente, encontra no comportamento aditivo um meio que o sujeito não pode encontrar em si próprio”.

Aliada a esta instabilidade, podemos também encontrar na necessidade de aceitação social por parte do grupo de pares, uma explicação para a banalização do consumo de drogas dos adolescentes delinquentes, visto que “uns começam a fumar e os outros começam a ver, começam a fumar também” (M18 C D2). Isto porque, esta banalização leva a que os entrevistados vinquem bem a diferença entre o que consideram ser as drogas mais leves, como a

*cannabis* e as drogas mais pesadas, ao referirem-se à cocaína e à heroína, sendo que “depende das drogas, se for haxixe acho [o consumo] normal, acho «fixe»” (M14 C D1), “mas agora a «branca» e o «cavalo» acho que isso faz mal” (F8 C D2; vd. Anexo 10). Mas, apesar da distinção que fazem dos tipos de drogas, ponderando os seus efeitos imediatos e a longo prazo, consideramos haver uma noção desajustada em relação às consequências reais, pois as drogas que os jovens vulgarizam, como a *cannabis*, têm igualmente efeitos prejudiciais que estes desprezam.

A imagem que os entrevistados têm do jovem consumidor de droga (A.12), nomeadamente o seu aspecto físico, realça precisamente esta distinção entre o que consideram ser drogas mais leves e pesadas, pois “se for uma pessoa que tá a comprar «branca» ou «cavalo» tem ar de «carocho», agora assim «ganza» [é] uma pessoa normal” (F8 C D7; vd. Anexo 10). Queremos com isto dizer que, tanto rapazes e raparigas, distinguem vários tipos de consumidor com base no estereótipo social do indivíduo consumidor de drogas que causam uma dependência e destruição mais rápidas, como sendo a heroína e a cocaína, deixando transparecer o seu preconceito social. No entanto, alguns entrevistados, maioritariamente rapazes dizem consumir *cannabis* regularmente, pois nos bairros onde habitam o tráfico de drogas é frequente e “parte dos padrões de convivência é ditada pelas leis que regem e habitam o mundo da economia das drogas ilícitas” (Garcia et al., 2000, p. 135). Neste sentido, os adolescentes referem-se ao vendedor de droga (A.13.) como uma “pessoa que quer fazer o seu negócio” (M16 C D8) de uma maneira “menos «espigada» [de ganhar dinheiro pois] não se mostra a cara todos os dias” (M12 C D3), ou seja, encaram a venda de droga como um negócio igual a tantos outros, ignorando a questão legal. Mencionam, ainda, ser preferível a venda de droga ao roubo pois, além de ser mais lucrativo, vendedor e consumidor querem ambos estar nessa posição. Contudo, imaginam o vendedor de droga (A.13.), jovem ou adulto, como uma “pessoa que não gosta de dar nas vistas” (M15 C D6), que actua discretamente para prosseguir com o seu objectivo de ganhar dinheiro, sem ter problemas com as autoridades. Estamos, então, perante um comportamento que funciona à margem da sociedade, focando-se no mundo da transgressão, do crime e da delinquência (Garcia et al., 2000).

É de realçar que rapazes e raparigas têm muito mais facilidade em atribuir características físicas ou estéticas, que características psicológicas ou de foro interno, quer ao jovem traficante ou autor de furtos quer ao consumidor ou à vítima desses furtos. Se, de certa forma, se projectam inconscientemente nas figuras das situações hipotéticas apresentadas, tendem também a não verbalizar os factores de natureza interna de que eles próprios fogem constantemente para evitar o sofrimento (Strecht, 2003). Na mesma linha de pensamento, verificamos que os participantes têm mais facilidade em descrever a imagem do jovem autor de furtos (A.8. = 101 u.r.) e vendedor

de droga (A.13. = 92 u.r.) do que a imagem da vítima de furto (A.9. = 72 u.r.) e do consumidor de droga (A.12. = 77 u.r.). visto que, de certa forma, estes identificam-se e projectam-se na figura do jovem com comportamentos desviantes, sendo-lhes mais difícil caracterizar o outro, nomeadamente a vítima de furto, pois a ausência de sentimento de culpa não lhes permitiu ficar a pensar no ofendido a ponto de descrevê-lo física e psicologicamente.

Neste seguimento, surge uma sub-categoria emergente em cada uma das quatro categorias consideradas, que diz respeito à incapacidade dos participantes apresentarem qualquer característica, quer física quer psicológica. Não nos podemos esquecer de que os entrevistados estão na fase de desenvolvimento da adolescência, altura em que o corpo é um elemento bastante importante e que está em constante transformação, de tal forma que, por vezes, a imagem do corpo ou a imagem de si está também alterada. Nesta batalha entre o físico e o psicológico, o corpo funciona como um representante simbólico, pois “representa para o adolescente um meio de expressão simbólica dos seus conflitos e dos modelos relacionais” (Marcelli e Braconnier, 2005, p.38).

Por fim, debruçar-nos-emos sobre o “Juízo moral sobre o crime” (A.2), a categoria que menos u.r. obteve (raparigas = 13 u.r.; rapazes = 26 u.r.) e que vai contra os resultados obtidos por Serrão (2004/2005) (vd. Anexo 7). Os resultados da nossa investigação dizem-nos que os entrevistados de ambos os géneros, tomam preferencialmente uma posição moral desfavorável em relação à prática de comportamentos ilícitos, formulando na maioria das vezes juízos negativos (A.2.1.), pois “a vida do crime não é para ninguém” (M10 M B3). No entanto, apesar da descontração que os rapazes têm em falar sobre o crime, nomeadamente sobre os crimes por eles cometidos, são estes que formulam mais juízos de valor com uma conotação negativa, sendo que as raparigas pouco se pronunciaram em relação ao juízo moral sobre o crime. Pelo contrário, os resultados de Serrão (2004/2005) revelaram que, apesar dos adolescentes fazerem no geral uma avaliação negativa do comportamento delituoso, são os entrevistados do género masculino quem manifesta mais juízos de valor positivos (A.2.2. = 58%; vd. Anexo 9), quer em relação à avaliação negativa deste tipo de comportamento quer em relação às raparigas.

Será que poderemos atribuir estes resultados ao facto dos jovens terem tido consequências imediatas pela prática de alguns dos seus crimes e, conseqüentemente, estarem, no momento da entrevista, a cumprir uma medida de internamento em centro educativo, visto que consideram ser uma consequência bastante negativa para os próprios? Ou será que a ausência de valores morais, característica dos delinquentes juvenis, os leva a não querer tomar um partido em relação à avaliação da prática de crimes?

Coelho (1997) considera que a ausência de estimulação familiar e social ao longo do crescimento origina a fraca aquisição de valores e sentimentos sociais e morais positivos. Desde cedo que a privação emocional no seio da família (Winnicott, 2005) ou a dissociabilidade familiar, como nos diz Mucchielli (1979), contribuem como factores desorganizadores para a criança, pois a relação de vinculação com a mãe trouxe-lhe sentimentos desagradáveis, como a angústia, a raiva e a perda (Strecht, 2003) e o pai está, na maioria das vezes, ausente, quer física quer psicologicamente (Malpique, 1990). Perante este quadro de fragilidade da estrutura familiar, compreendemos que as aquisições morais e sociais propícias para um bom desenvolvimento ficam comprometidas. A propósito, os participantes reconhecem que “[o jovem autor de furtos] deve ter problemas familiares e ser um bocado podre, deve pertencer a um bairro degradado e não tem mais exemplos” (M15 C C4). No entanto, assistimos a uma tendência de protecção à família, mesmo que esta, ao longo do seu desenvolvimento, não os tivesse protegido. No fundo, apesar do sentimento de perda e angústia que sentem, quem mais, para além da família, eles têm ao pé de si? Mesmo que as dificuldades familiares estejam presentes na justificação para os seus crimes, estes jovens tendem a dirigir para si próprios a causa dos seus comportamentos desviantes.

#### b) Violência

Analisemos agora os resultados correspondentes à temática da violência, com recurso à Tabela 3. Constatamos, então, que também esta pré-categoria é marcada pela diferença entre os géneros, tendo sido os rapazes a reunir o maior número de u.r., 414 u.r. em comparação com as 359 u.r. das raparigas.

Tabela 3: *Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes à violência*

Categorias	Total u.r.	Total u.r.	Total u.r.
	Raparigas	Rapazes	Categorias
B.1. Definição da violência	14	18	32
B.2. Juízo moral sobre a violência	47	53	100
B.3. Atribuição causal da violência	38	38	76
B.4. Objectivos da violência	14	20	34
B.5. Vivência da violência	34	47	81
B.6. Atribuição de sentimentos aos agressores	28	29	57
B.7. Atribuição de sentimentos à vítima	12	14	26
B.8. Imagem dos agressores	72	79	151
B.9. Imagem de vítima objecto de violência	34	28	62
B.10. Relação prévia entre agressores	13	14	27
B.11. Previsão do resultado da agressão física	53	74	127
Total	359	414	773

Observando atentamente a Tabela 3, verificamos que as categorias B.8. “Imagem dos agressores”, B.11. “Previsão do resultado da agressão física” e B.2. “Juízo moral sobre a violência” são as mais prevalentes. Contrapondo, os jovens deram menos importância aos aspectos englobados pelas categorias referentes à “Atribuição de sentimentos à vítima” (B.7.), à “Relação prévia entre agressores” (B.10.) e ainda à “Definição da violência” (B.1.). Relativamente à “Imagem dos agressores” (B.8.), os resultados mostram-se bastante interessantes. Se analisarmos as sub-categorias correspondentes (vd. Anexo 7), constatamos que os nossos jovens fazem uma descrição dos agressores maioritariamente psicológica (B.8.2.), em especial as raparigas. Contrariamente ao que se passa na pré-categoria relativa ao crime, no tema da violência os elementos agressores ganham uma imagem caracterizada por factores de natureza interna. As nossas entrevistadas consideram que, na situação em que os jovens estão a lutar na rua, estes são “muito compulsivos e stressados” (Sujeito do género feminino F5, guião da Violência, resposta B5; adiante: F5 V B5). No entanto, se mudarmos para a situação em que os pais estão a bater no filho, as jovens apresentam uma perspectiva diferente, uma vez que “a maneira de ser também deles [pais], não é tão importante como devia de ser porque um pai pode ser simpático e um dia o filho fazer qualquer coisa e «enfardar» (vd. Anexo 10), um pai pode ser, sei lá, horrível e está sempre a gritar com o filho e sabe cuidar dele e tratar dele” (F6 V C7). Podemos pensar que, ao

longo do desenvolvimento, a representação que os delinquentes juvenis têm das imagens parentais foi sendo construída de forma distorcida. De acordo com De Matos (2007), a ausência de uma relação triangular, fruto da inconstância de amor do objecto, conduziu a que o adolescente passasse a idealizar esse objecto clivado, alternando a sua percepção entre uma boa e má relação parental, ou entre um bom e mau objecto (Moita, 1985).

Por sua vez, os rapazes têm uma opinião mais concreta, visto que “[os jovens] ‘tão-se a bater, «a gente» vê que ‘tão a ser violentos” (M10 V C7), o que evidencia maiores dificuldades no pensamento abstracto, centrando-se mais em factores e características físicas, ou mesmo não conseguindo apresentar qualquer característica (Coelho, 1997). Perante estes exemplos, debatemo-nos com questões importantes. Apesar do juízo de valor que os participantes formulam acerca da violência ter uma conotação negativa (B.2), quer nos rapazes quer nas raparigas, e de ambos atribuírem sentimentos negativos ao agressor (B.6.) e à vítima (B.7.), constatamos que estes consideram normal que pais e filhos se tratem violentamente, provavelmente dada a regularidade com que os jovens assistiram ou foram eles próprios vítimas de agressões, quer físicas quer psicológicas. Lopes (1996) fala-nos da profunda distorção dos laços familiares, causada fundamentalmente pela má qualidade da vinculação à figura materna, bem como pela ausência do pai fortemente marcada nas vidas dos delinquentes juvenis (Malpique, 1990; Strecht, 2003). No fundo, podemos estabelecer uma ligação entre um desenvolvimento pautado de maus tratos e o mecanismo de identificação ao agressor para compreender que os jovens entrevistados encarem com relativa normalidade o facto dos pais baterem nos filhos, tornando-se também eles potenciais agressores (Moita, 1985). De facto, muitos consideram-se violentos (B.5.1.) relatando que “era muito compulsiva, então tudo o que eu não conseguia falar resolvia à «porrada», isso foi agravando bastante até que me tornei completamente agressiva, não havia como aguentar” (F6 V A3). No entanto, não há qualquer referência à vivência de violência no seio familiar (B.5.2.), o que evidencia, mais uma vez, a convicção dos jovens ao negar para si próprios a existência de possíveis sinais de ruptura com a família, dada as carências afectivas precoces (De Matos, 2002).

Aliás, através dos resultados da categoria B.11. “Previsão do resultado da agressão física”, a segunda a atingir o maior número de u.r. na pré-categoria considerada, com 127 u.r., constatamos que, ao contrário dos entrevistados por Serrão (2004/2005) (vd. Anexo 8), os nossos participantes desenham um fim essencialmente positivo para uma situação de particular tensão. Os rapazes consideram que cabe aos pais o papel reparador da situação de conflito, por exemplo, “normalmente são os pais a arrependem-se e depois vão pedir desculpa” (M10 V C9), pois “se me batesse ia reagir mal, ia-me pedir desculpa e eu ia dizer: ah, só pedes desculpas depois de teres

feito?! Não, não aceito as desculpas, ficava uns tempos assim sem falar e depois, com o tempo, passava” (M13 V C10). Apercebemo-nos de que a tensão inicial impossibilita que o conflito seja resolvido de imediato, mas o tempo poderá trazer normalidade ao seio familiar, fazendo esquecer, aparentemente, o episódio de agressão. As raparigas atingem um ponto de equilíbrio, dizendo que ambos deviam pedir desculpa perante esta situação, no entanto alertam, “como é criança vai aceitar [as desculpas], mas se fosse já um adolescente não aceitaria tão bem essas coisas” (F9 V C19). Ora a dificuldade em aceitar uma possível tentativa de reparação por parte dos pais, prende-se com a adolescência agida, onde o agir ultrapassa o sentir e o adolescente projecta no outro os seus conflitos psíquicos (Matos, 2005). A angústia de perda de amor do objecto está cada vez mais presente, o que leva os jovens a exteriorizarem esse sofrimento, accionando as suas defesas narcísicas. Assistimos, aqui, à atribuição da culpa ao outro, cabendo a este outro, neste caso os pais, a função de reparar o mal causado ao filho (Winnicott, 2005).

Este agir sistemático acaba por envolver os jovens no mundo do desvio, sendo que os rapazes pronunciam-se mais em relação ao desfecho das situações de agressão física, nomeadamente em relação ao envolvimento deles perante a ocorrência de uma luta (B.11.4.), isto é, os rapazes revelam uma maior implicação pessoal que as raparigas, embora dependa das pessoas envolvidas na situação, pois “se conhecesse ia lá separar, se não conhecesse não ia lá, não tenho nada a ver com a confusão dos outros” (M11 V B7). Significa isto, que o envolvimento é condicionado pelo facto de estar em jogo a integridade física e a reputação de um amigo ou conhecido com que os jovens se identifiquem e que “valha a pena ajudar”, sendo consequentemente aceite pelos restantes membros do grupo de pares, pois libertam o amigo de um eventual sentimento de vergonha, caso este esteja a ser agredido, e vêem assim o seu papel dentro do grupo reforçado. Ou seja, para estes adolescentes tudo parece ter uma medida, pois primeiro avaliam o caso e depois ponderam se vale a pena ou não ir ajudar. De outra forma, a maior parte dos rapazes refere ser indiferente. A postura feminina revela ser próxima da dos rapazes, visto que “sentava e olhava, não tenho nada a ver com isso ou então seguia o meu caminho” (F8 V B7). Podemos pensar nesta atitude como reflectora do desinteresse pelo outro, mas podemos também debruçar-nos sobre o conceito de violência para a sociedade.

Se notarmos, estas raparigas e rapazes estão rodeados de comportamentos que a toda a hora manifestam agressividade. Eles próprios são protagonistas da agressividade, ora projectando-a para o outro ora dirigindo-a para si mesmos (Coelho, 1997; Matos, 2005; Moita, 1985). No entanto, se nos focarmos no microssistema destes indivíduos, tal como Bronfenbrenner e Crouter (1983) consideraram, verificamos que também ele é pautado pela violência, quer no seio familiar, quer na escola, quer no grupo de pares caracterizado por comportamentos impulsivos e

desviantes, quer no bairro, normalmente degradado. Alargando o nosso prisma de visão, verificamos que algo bastante importante nos dias que correm se situa entre o indivíduo e o seu macrossistema, a acção dos *media* (Moita, 1985), que constantemente dão uma imagem negativa do mundo, de um país, de uma cidade, ou até mesmo do bairro onde habitamos, passando para o receptor a ideia de que vive numa sociedade violenta. Aliás, voltando aos nossos jovens, os resultados mostram que, rapazes e raparigas, formulam um juízo de valor negativo em relação ao comportamento violento, alegando que a violência não serve para nada, excepto em legítima defesa. Ao contrário dos resultados relativos à pré-categoria crime, parece que quando falamos de comportamentos agressivos os jovens têm mais facilidade em formular juízos de valor, também eles negativos (B.2.1. = 73 u.r.), até porque são poucos os ganhos que os participantes atribuem à prática de actos violentos (B.4.). Podemos também realçar que os rapazes avaliam a violência mais positivamente que as raparigas. Autores como Mucchielli (1979) e Marcelli e Braconnier (2005) explicam que a causa desta avaliação positiva por parte dos rapazes, pode estar ligada com os comportamentos delinquentes atribuídos ao bando, revelando um acto de afirmação de si através da expressão grupal. Individualmente, a fragilidade do Eu experienciada pelos delinquentes juvenis e a fraca tolerância a situações que acumulam maior frustração reforçam a tensão agressiva, fazendo com que a sua impulsividade potencie a passagem ao acto (De Matos, 2002). Ainda, são os rapazes que referem mais a inexistência de uma relação prévia entre os protagonistas na situação de agressão física (B.10.), evidenciando uma tendência mais agressiva, pois “não é preciso conhecer para andar à porrada” (M14 V B2), até porque “as verdadeiras pessoas que se conhecem, por vezes não andam à luta, só mesmo se fosse um caso mesmo muito sério” (F6 V B2). Contudo, apesar de não se debruçarem muito sobre esta categoria (B.10.), rapazes e raparigas reconhecem uma possível relação prévia entre os agressores (B.10.1.), encontrando aqui uma razão ou causa para o comportamento violento. Tal como no estudo de Serrão (2004/2005) (vd. Anexo 8), os nossos entrevistados fazem pouca referência ao tipo de sentimentos ou estados emocionais da vítima (B.7.), registando apenas 12 u.r. nas raparigas e 14 u.r. nos rapazes. Apesar de atribuírem sentimentos essencialmente negativos à vítima, ou seja, à criança que foi agredida pelos pais, assumem-na como alguém com um papel que eles consideram não experimentar ou, pelo menos, não se revêem na imagem dessa criança, talvez porque chegados à adolescência os jovens já se sentem capazes de enfrentar as eventuais situações de conflito e de maus tratos provenientes do meio familiar (Carvalho, 2005), uma vez que exteriorizam a sua revolta e têm mais força para se defender. Ao mesmo tempo, nesta etapa do desenvolvimento, a identificação com as figuras vinculasivas enfraquece, sendo o grupo de pares a adquirir esse estatuto. Considerando que nestes casos o grupo de amigos tem comportamentos

desviantes e que a relação familiar é atribuída, vemos que o processo de construção de identidade fica comprometido, sendo que os adolescentes com condutas desviantes tendem a apresentar uma identidade negativa, com um forte fardo de sofrimento (Martins, 2005).

Por fim, os resultados revelam que, contrapondo com os resultados da pré-categoria do crime, os participantes apresentam poucas definições do conceito de violência (B.1.), sendo uma das categorias menos prevalentes, onde as raparigas obtiveram 14 u.r. e os rapazes 18 u.r.. É de realçar que além dos jovens não verem a violência como um interdito ou uma transgressão de uma norma (B.1.1.), dado ter 2 u.r. no seu total, estes muitas vezes não conseguem apresentar qualquer característica que defina o conceito, facto que fez emergir uma sub-categoria (B.1.4.). Ainda, tanto rapazes como raparigas definem o conceito de violência recorrendo a características essencialmente de violência física, explicando que “a violência quer dizer que uma pessoa bate na outra, que agride” (M13 V A1), ou seja, distanciam-se bastante da noção de violência psicológica apegando-se mais ao concreto, aos comportamentos visíveis passíveis de serem contextualizados, pois para estes jovens é mais difícil admitir e falar sobre este tipo de violência, uma vez que a sua tomada de consciência é dolorosa (Matos, 2005).

#### c) Mudança

A pré-categoria relativa à mudança é a menos abordada pelos entrevistados, obtendo um total de 606 u.r., muito embora seja a pré-categoria que sustenta menos categorias. No entanto, a Tabela 4 expressa os resultados relativos à mudança, considerada como uma reflexão de melhoria futura, através da passagem dos jovens pelo centro educativo, com vista a sua reinserção social.

Tabela 4: *Totais de ocorrências das u.r. nas raparigas e nos rapazes nas categorias correspondentes ao mudança*

Categorias	Total u.r.	Total u.r.	Total u.r.
	Raparigas	Rapazes	Categorias
C.1. Definição de mudança	16	21	37
C.2. O lado mais positivo da experiência de internamento	153	162	315
C.3. O lado mais negativo da experiência de internamento	40	47	87
C.4. À procura de um futuro	30	34	64
C.5. Reflexão	44	59	103
Total	283	323	606

Através da leitura da tabela constatamos que, tal como acontece nas outras pré-categorias, os rapazes pronunciaram-se mais que as raparigas, reunindo respectivamente, 323 u.r. e 283 u.r. É notório que, tal como na investigação de Serrão (2004/2005), a categoria mais destacada pelos entrevistados obtém cerca de metade das u.r. desta pré-categoria e diz respeito ao “lado mais positivo da experiência de internamento” (C.2. = 315 u.r.), sendo que, em contrapartida, a categoria C.1. “Definição de mudança” foi aquela onde os jovens encontraram mais dificuldade.

Uma vez que os objectivos do nosso trabalho se debruçaram na compreensão do fenómeno da delinquência juvenil, nomeadamente nas diferenças entre o género, na pré-categoria relativa à mudança não considerámos a variável tempo, ou seja, há quanto tempo os educandos estão a cumprir medida de internamento em centro educativo e em que fase do seu internamento se encontram. Isto porque, naturalmente que o tempo da medida de internamento, para além de se relacionar com a gravidade do acto cometido, relaciona-se também com a durabilidade das medidas pedagógicas para efeitos de reeducação do menor em situação de desvio, isto é, de mudança dos seus comportamentos delinquentes.

Começando pela categoria prevalente na temática da mudança (C.2. “O lado mais positivo da experiência de internamento”), devemos realçar que, contrariamente ao que seria esperado e afastando-nos da ideia de continuidade da conduta delituosa de Negreiros (2001), os adolescentes fazem bastantes referências aos factores que consideram ser mais positivos na sua experiência de internamento em centro educativo, facto que, à primeira vista, transmite uma sensação de efectiva mudança ou pelo menos, uma expressão desse desejo. Mas será que essa mudança é real? Vejamos o que os resultados nos transmitem. Sem dúvida que os jovens que colaboraram na nossa investigação transmitem desejos de mudança, em relação a si próprio e à sua conduta (C.2.7.) (vd. Anexo 7), aproveitando o internamento em centro educativo para crescer quer em termos físicos quer em termos psicológicos. Se diferenciarmos as opiniões dos rapazes e das raparigas, verificamos que são os rapazes que expressam mais a sua vontade de mudança durante o internamento, bem como as mudanças já consumadas desde que entraram no centro educativo (C.2.8.), pois acreditam que, com a acção do centro educativo, “quando sair daqui não [vai] voltar a fazer as mesmas coisas que fazia lá fora” (Sujeito do género masculino M10, guião da Mudança, resposta A2; adiante: M10 M A2) e acrescentam que “os aspectos positivos é que mudei, antes roubava e agora já não roubo” (M10 M A4), pois “já cresci, já tenho outra mentalidade na cabeça, já penso de forma diferente” (M18 M A4). Os jovens encaram o centro educativo como uma oportunidade para ter uma vida melhor e diferente daquela que os conduziu até ao sistema jurídico-penal, manifestando o desejo de se afastarem do mundo do crime. Quanto às raparigas,

estas também pretendem “dar o máximo e seguir em frente, não para trás” (F1 M A6), uma vez que, a partir do momento da cessação da medida, “nada vai ser igual a antes de vir para cá, porque eu vou fazer para não ser igual” (F3 M A7). No entanto, são as raparigas que revelam uma visão mais optimista do internamento (C.2.9. = 32 u.r. face as 25 u.r. dos rapazes), pois concordam com os seus princípios, com as regras impostas e compreendem que é esse o caminho para a mudança efectiva.

Verificamos uma discrepância entre o que os rapazes assumem como mudança efectiva e a sua visão em relação à aceitação das regras necessárias para essa mudança. Ora, é certo que os jovens desejam mudar e que muitos já consumaram algumas modificações de comportamento, pois o centro educativo tem “também uma coisa muito boa, aprendi aqui jardinagem, informática, serralharia, aprendi aqui tudo, (...), aprendi tudo aquilo que nunca tive tempo para fazer, nem nunca tive hipótese para isso, porque antigamente era a escola da rua, sem regras nenhuma” (M12 M B1), mas ainda assim, será que não podemos relacionar esta discrepância com o fenómeno de desejabilidade social, ou seja, será que os rapazes dizem manifestar uma mudança consumada por pensarem que é o que o outro deseja ouvir? Considerando que os rapazes revelam um pensamento menos sofisticado que as raparigas, poderíamos também pensar que o desejo ou a efectiva mudança dos rapazes pode ser fruto de uma relação de causa-efeito dos seus actos, ou seja, se voltarem a cometer actos ilícitos voltam a ser entregues ao sistema de reeducação social. Queremos com isto dizer que os rapazes mencionam querer mudar apenas os comportamentos que estiveram na origem do seu internamento, o que revela que essa mudança é apenas factual, sendo que os rapazes deixam pouco espaço para pensar no futuro e aproveitar o internamento como um momento de paragem para pensar sobre a sua vida e o que o levou até ali (C.2.6.).

Parece-nos, então, que as raparigas estão mais cientes da realidade, bem como do funcionamento do sistema que os acolhe nesta fase das suas vidas, até porque são elas (raparigas) a dar mais importância aos conhecimentos provenientes da escola e dos cursos que frequentam no centro educativo (C.2.1.), mostrando-se motivadas para completá-los, pois sabem que “se estivesse a esta hora lá fora, acho que nem estava a estudar nem tinha nenhum curso” (F1 M A3) e, assim sendo, sentem que devem aproveitar a oportunidade que o centro educativo lhes oferece, contrariando o trajecto anterior, pautado pelo insucesso e pelo abandono escolar precoce, característico dos delinquentes juvenis (Garcia et al., 2000). Tais resultados vão ao encontro do estudo de Carvalho (2005), que constata que as raparigas têm uma evolução escolar mais favorável do que os rapazes, o que nos revela que estes ainda tendem a desvalorizar as práticas escolares (Ferreira, 1997). Não nos podemos esquecer de que a ida à escola no centro educativo é

obrigatória, o que cria uma rotina diária a que não estavam habituados, quer em relação à escola quer em relação à imposição de regras e limites, tal como nos diz um entrevistado: “já tenho uma rotina na minha vida: levantar, a escola, depois vou trabalhar, já me mentalizei que tenho as minhas obrigações mas depois também tenho os meus direitos e deveres” (M16 M A5). O mesmo se passa em relação às perspectivas futuras após o período de internamento (C.4.), onde as raparigas têm mais projectos futuros, quer ao nível individual (C.4.1.) quer ao nível da escolaridade, pois manifestam o desejo de continuar o percurso escolar, confirmando os resultados de Serrão (2004/2005).

Quando se pede aos rapazes para perspectivar o seu futuro, este passa apenas pela procura de trabalho (C.4.4.) e não tanto pela continuidade dos seus estudos, numa tentativa de evitamento das sucessivas frustrações causadas pelo insucesso escolar (Peres e Gonçalves, 2006) e de tentarem ganhar o seu dinheiro de forma legal, afastando-se assim do mundo da marginalidade (e.g., “para futuro temos que saber levar a vida «na boa», ter um emprego normal, ter o dinheiro como se deve de ter e não da maneira mais fácil, que é roubar” – M12 M A9). Devemos também realçar que são os rapazes que dão mais importância ao grupo de pares (C.4.3.), quando pensam no seu futuro imediatamente após a cessação da medida, obtendo nove u.r., sendo que as raparigas praticamente não falam sobre o grupo de pares (1 u.r.). Se considerarmos que o grupo de pares associado aos delinquentes juvenis tem, por norma, condutas desviantes e actua “à margem” da sociedade (Mucchielli, 1979), será que, mais uma vez, podemos dizer que os rapazes, apesar de desejarem uma mudança dos seus comportamentos estão mais longe da mudança efectiva do que as raparigas, dando consistência à nossa ideia de desejabilidade social? Ainda, não podemos deixar de pensar que a vivência de uma adolescência agida não possibilita que eles parem para pensar nas consequências dos actos, ou até mesmo no amanhã (Matos, 2005).

Continuando a destacar as diferenças entre rapazes e raparigas, os resultados demonstram que as raparigas dão mais destaque às relações interpessoais, realçando que as relações estabelecidas com as colegas e os adultos têm um carácter enriquecedor (C.2.4. = 15 u.r.), visto que um dos aspectos positivos do centro educativo é “o relacionamento com as minhas colegas, o dia a dia com elas e aprender com isso” (F5 M A4) e ainda valorizam a oportunidade de mudança dada pelo centro educativo, porque “[os adultos] estão a dar-me conselhos e a dar-me ajuda” (F2 M A3). Os rapazes consideram que os amigos não estão no centro educativo mas sim em liberdade, nos seus bairros, estabelecendo por isso menos relações com os colegas (Benavente, 2002). Segundo Marcelli e Braconnier (2005), o grupo de pares é de extrema importância na adolescência, sendo que as adolescentes tendem a estabelecer relações mais profundas com as amigas, de confiança e desabafo, do que os rapazes, que têm uma postura mais

superficial em relação ao grupo de pares, bem como outros interesses. Contudo, é notório que apesar dos entrevistados referirem que não têm experiências de violência no centro educativo (B.5.6.), as raparigas parecem ter mais intrigas e desentendimentos entre colegas que dificilmente conseguem conter, resultando mais frequentemente em conflitos. Constatamos ainda que os rapazes abordam mais o efeito contentor que o centro educativo exerce sobre os educandos (C.2.5.), fazendo sobressair a necessidade de contenção e de imposição de limites sentida pelos jovens, até porque as passagens ao acto e a exteriorização dos conflitos externos funcionam, no fundo, como um pedido de ajuda, de protecção, de socorro, que o centro educativo lhes proporciona, quebrando “um ciclo vicioso de perdas, separações, abandonos sucessivos” (Strecht, 2003, p. 45). É de notar que a intervenção institucional não faz esquecer a história nem tão pouco elimina um passado traumático, mas tenta redireccionar o futuro destes jovens que de outra maneira continuariam na malha do crime e do mundo delincente.

Não podemos deixar de realçar que, apesar dos entrevistados mencionarem o saldo positivo da sua experiência de internamento em centro educativo, também têm algo a referir quanto aos aspectos que consideram mais negativos desta vivência (C.3.), em particular os rapazes, pois reuniram mais u.r. que as raparigas, 47 e 40 u.r. respectivamente. Na maioria das vezes, os jovens reportam-se à dificuldade que sentem em estar no centro educativo, sem no entanto referir o motivo. Contudo, alegam a privação de liberdade e a duração da pena (C.3.1.) como principal obstáculo da permanência no centro, pois estão fechados e não podem fazer o que a sua vontade comanda, chegando mesmo a dizer que “eu não gosto disto, porque me prendem e violam muitos direitos meus” (M15 M B1) e que na sua opinião “há medidas exageradas. Acho que bastava um ano, um ano e meio para toda a gente porque, por mais dificuldades que os outros tenham, ou que «a gente» tenha, um ano e meio aqui dentro chega, eu penso assim” (M14 M A9). Podemos considerar natural que, indivíduos no meio da sua adolescência, que nunca tiveram supervisão familiar nem imposição de limites, vêm-se agora sob tutela de um sistema que visa precisamente reeducá-los, bem como transmitir-lhes valores sociais e morais. Afinal de contas, a entrada para o centro proporciona um contacto com um novo mundo, de valores sociais e de educação, que muitos nunca tinham tido acesso. É necessário um tempo de adaptação que depende, naturalmente, de cada educando, seja rapaz ou rapariga, sendo que muitos apresentam uma visão resistente (C.3.5.) contra as regras e limites do centro educativo ou até mesmo contra a mudança, que simboliza a imposição social que estes jovens querem confrontar, até porque “uma pessoa só muda quando quer” (F5 M A3).

Apesar dos jovens distinguirem entre o lado positivo da experiência de internamento e o que vêm de mais negativo nesta fase da sua vida, não podemos deixar de alertar para o facto dos

jovens terem bastante dificuldade em definir o conceito de mudança (C.1.), pois é disso que temos vindo a falar, ou melhor, é sobre essa alteração de comportamentos, neste caso, que os jovens se pronunciaram. Tal como dissemos anteriormente, a entrada no centro educativo proporciona-lhes o acesso a algo novo, dando-lhes uma oportunidade de mudança que nunca tinham experimentado. Ficamos com a esperança de que o desejo de mudar, expresso pelos jovens, se transforme em mudanças comportamentais efectivas já que a maioria realça que, apesar do acto delituoso proporcionar ganhos secundários para quem os comete, o crime não compensa.

#### IV. Conclusão

Chegados a esta fase da nossa investigação, importa tecer algumas considerações finais que decorrem deste estudo. Sabemos que a delinquência juvenil é um tema bastante actual, dada a criminalidade e violência que se observa nas nossas sociedades, nomeadamente protagonizada por jovens adolescentes. Consideramos, então, que não devemos deixar de realçar as experiências passadas dos indivíduos, uma vez que a sua história dita os comportamentos futuros. Afastando-nos da ideia de que a delinquência juvenil engloba um conjunto de adolescentes com condutas desviantes, pensamos no jovem delincente como um indivíduo uno, dotado de características próprias e de uma história pessoal que foi marcando os passos até aos centros educativos. Assim sendo, por que não dar voz aos protagonistas destes mesmos comportamentos? O que têm eles a dizer sobre a sua própria delinquência? Optando por uma metodologia qualitativa, permitiu-nos recolher informação bastante rica, fazendo transparecer o que os jovens realmente pensam. No seguimento do estudo de Serrão (2004/2005) quisemos perceber como o género se expressa na delinquência juvenil, de forma a fazer emergir as diferenças e semelhanças entre as impressões dos rapazes e raparigas em relação a este tema. Em resposta ao nosso problema de investigação, constatámos que, de facto, as diferenças existem e que os nossos resultados vão ao encontro dos obtidos no estudo de Serrão (2004/2005).

Debruçando-nos sobre a temática relativa ao crime, as raparigas mostram maior preocupação em tentar compreender o motivo que conduz os indivíduos aos comportamentos ilícitos, atribuindo ao próprio sujeito a causa desses mesmos comportamentos. Além disso, ao falarmos dos ganhos provenientes da prática do crime, as raparigas destacam que os objectivos estão mais associados ao prazer, ou seja, as condutas delituosas proporcionam agradáveis formas de estar. No entanto, tal como os rapazes, não deixam de mencionar que o ganho de bens materiais é determinante na altura de actuar, fazendo, ainda, referência à importância do vestuário e das marcas de roupa, que contribuem para a aceitação social por parte do grupo de pares. Acrescentam ainda que, por norma, os menores delinquentes não pensam nas vítimas aquando da passagem ao acto. Aliada a esta despreocupação com o outro, podemos constatar que a imagem das vítimas e do consumidor de droga está muito menos presente para os jovens entrevistados, sendo-lhes mais fácil projectarem-se na figura do jovem autor de furtos.

Tais factos revelam uma dinâmica interior bastante aut centrada do jovem delincente, onde a satisfação do seu estado constante de necessidade supera a visão do outro como alteridade, isto é, verificamos que estes jovens não encaram a relação com o outro como sendo fundamental para a integridade do Eu individual, o que os leva a violar os valores impostos pela sociedade. No

entanto, as raparigas entrevistadas atribuem maioritariamente sentimentos negativos ao protagonista do comportamento delinvente revelando que, apesar da satisfação das suas necessidades, algo continua a perturbar psiquicamente. Falando dos rapazes, estes referem actuar mais em grupo que as raparigas. O bando gere-se hierarquicamente, pois todos têm um papel no momento de actuar, ou seja, o planeamento dos crimes normalmente não é dispensado. O resultado do seu desempenho irá condicionar o seu sentimento de arrependimento, ou seja, o facto de não ser apanhado reforça a confiança, extinguindo o arrependimento.

Passando para o mundo das drogas, são os rapazes que banalizam mais o seu consumo e venda. Apercebemo-nos de uma crescente normalidade relativamente a este assunto, visto que o consumo e a venda de estupefacientes é encarado como algo vulgar, mostrando-nos que as drogas fazem parte do quotidiano destes jovens. Reforçando esta ideia de banalização, o nosso estudo mostra ainda que os entrevistados, tanto rapazes como raparigas, sentem bastante dificuldade em atribuir uma imagem aos intervenientes nas situações de comportamento ilícito, pois a sua descrição é cada vez mais vincada pela ideia de que qualquer pessoa pode cometer crimes, tendo um aspecto físico aparentemente normal, o que lhe dá mais segurança na sua acção, visto poder confundir-se com o resto da sociedade. Perante isto, será que a manifestação crescente de criminalidade está a tornar-se algo vulgar para a nossa sociedade? Se pensarmos nos dias que correm e nas notícias a que temos acesso, por vezes encaramo-las como apenas mais uma notícia sobre um roubo ou outro crime, não obstante ficarmos preocupados e cientes da realidade que cada vez afecta mais pessoas, quer no papel de vítimas quer no papel de delinquentes.

São muitas as vezes que associamos a acção delituosa à violência, seja ela física ou psicológica. Ora, se ambos os comportamentos estão relacionados, compreendemos a pertinência de poderem ser estudados em simultâneo. Assim sendo, o nosso estudo revela que, relativamente à temática da violência, rapazes e raparigas têm opiniões diferentes. Neste campo, os entrevistados atribuem maioritariamente ao outro a culpa da violência, sendo esse outro, o causador da situação de agressão. De um modo geral, os participantes do nosso estudo descredibilizam o comportamento violento, no sentido em que formulam juízos de valor com uma conotação negativa em relação a este tema. No entanto, os próprios entrevistados revelam ser agressivos, evidenciando que muitos dos jovens delinquentes são intolerantes a uma eventual frustração.

Debruçando-nos sobre as diferenças entre géneros, as raparigas atribuem à defesa pessoal o principal objectivo do comportamento agressivo. As raparigas, apesar de darem mais importância às relações interpessoais que estabelecem institucionalmente, rapidamente entram em conflitos de

natureza verbal e provocações com as colegas do centro educativo. Verificamos ainda que os rapazes usam mais a violência no contexto da prática de actos delituosos para intimidar as vítimas dos seus crimes, com o objectivo de assegurar que conseguem aquilo que querem. Constatamos, também, que os entrevistados se projectam muito mais na imagem dos agressores do que na imagem da vítima objecto de agressão, deixando transparecer a violência auto e hetero-agressiva fruto das suas vivências familiares e de um desenvolvimento atribulado. Assim sendo, será que estes adolescentes estão a alimentar o processo de identificação com o agressor? É certo que tanto rapazes como raparigas, atribuem sentimentos negativos aos intervenientes da situação de agressão, mas sabemos também que, principalmente os rapazes, referem ser violentos. Sendo o crime e a violência, dois campos que se cruzam constantemente, podemos encontrar aqui um eventual caminho para a continuidade da actividade delinvente.

Consideramos que o tema da mudança é bastante importante na nossa investigação, uma vez que é por esta mudança que os centros educativos actuam, na tentativa de reeducar para o direito e reinserir os jovens na sociedade. Apesar de não termos considerado o tempo de medida de internamento já cumprido, vemos o que os jovens nos transmitem. A maioria dos jovens entra no centro educativo em situação de abandono escolar, mas verificamos que a vida escolar é agora aceite de forma muito mais aberta, sendo as raparigas a valorizarem mais a aquisição de conhecimentos, pois estão mais cientes da realidade que as espera aquando da cessação da sua medida. São elas que mostram maior preocupação com o futuro, antecipando projectos e planeando a sua saída de volta para a sociedade.

Os rapazes mostram-se menos preocupados quanto ao futuro, referindo a importância do reencontro com o grupo de pares em detrimento da continuação do trajecto escolar, afirmando preferir trabalhar. Se pensarmos em termos de mudança efectiva, os rapazes estão mais convictos da acção positiva do centro educativo no seu comportamento. Contudo, facilmente avaliam negativamente a sua experiência de internamento, contrariando o seu desejo de mudança. Ora, se desvalorizam as medidas pedagógicas que lhes são aplicadas, poderão ter realmente mudado? É certo que a passagem pelo centro educativo é um marco entre uma liberdade agida e uma nova etapa da vida destes jovens, onde devem conseguir canalizar o agir para comportamentos adequados aos valores morais e sociais.

Contudo, a ausência de limites e de valores morais associada à negligência parental não permite que estes jovens delinquentes tenham presente a noção do certo ou errado; no entanto, têm, na sua maioria, a consciência de que infringir a lei é crime e é precisamente esta infracção que eles procuram, como forma de provocar e desafiar a sociedade e os seus limites, sendo esta a sua resposta ao sentimento de exclusão e estigmatização social que muitos destes jovens sentem,

que esboça um pedido de ajuda e de alerta para algo perturbador que os incomoda internamente. Contudo, constatámos que os jovens delinquentes se regem por um conjunto de valores e regras em que acreditam, que lhes permite conviver com a sua família, com o seu grupo de pares e no seu bairro. Ou seja, os valores da família, da amizade, da partilha estão formatados para a sua história de vida e vivência desviantes. A este nível falamos de uma visão talvez distorcida (ou diferente) de valores que a sociedade nos impõe, que conduz ao confronto do indivíduo com o seu macrossistema.

Apesar dos problemas ao nível interno, familiar e escolar, com que nos temos vindo a debater-nos ao longo do trabalho, serem evidentes, não queremos com isto dizer que todos os jovens com as mesmas características familiares e sociais sejam delinquentes juvenis e enveredem pelo mundo do crime. No entanto, debruçámo-nos apenas sobre os adolescentes com comportamentos desviantes.

Relativamente à mudança das condutas desviantes, constatamos que os jovens realçam bastante o lado positivo da experiência de internamento, sobretudo no desejo de mudança e a sua concretização. Os rapazes são mais convictos relativamente à mudança efectiva, mas continuam a necessitar do efeito contentor que a sua estadia no centro educativo lhes proporciona. Por sua vez, as raparigas parecem concordar mais com as regras e limites impostos durante a medida de internamento, debruçando-se mais sob os seus projectos futuros. Ou seja, os rapazes restringem o processo de mudança ao tempo de medida de internamento e não o encaram como um processo contínuo, que poderá desenvolver-se ao longo do seu percurso futuro. Mais ainda, os adolescentes desejam mudar apenas os comportamentos que desencadearam o seu internamento, o que nos leva a concluir que, apesar da mudança ser visível, estamos apenas ao nível dos efeitos superficiais, pois ao nível mais interno e profundo constatamos que os educandos têm pouca reflexão e interiorização do que, realmente, significa mudar. Assim, verificamos que os rapazes estão mais centrados no momento presente, apresentado mais dificuldades em se projectarem no futuro. A preocupação cresce se pensarmos que os adolescentes entrevistados regressarão, após a medida de internamento, ao seu quotidiano, onde nasceram e delinquiram.

Embora ambos os géneros se encontrarem no mundo da delinquência, temos vindo a expor as diferenças entre as opiniões e as experiências dos rapazes e das raparigas delinquentes, relativamente aos temas considerados. Assim sendo, torna-se fundamental que os programas interventivos sejam sensíveis a essas diferenças, adaptando-se ao género.

Considerando o centro educativo um ponto de viragem para a reeducação destes jovens, pensamos que, em termos de intervenção, deve-se continuar a promover a aceitação da escola, incentivando, porém, os familiares dos educandos a uma maior participação no seu processo de

reeducação ao longo da medida de internamento, pelo que pensamos ser importante a intervenção ao nível familiar, principalmente no momento que antecede a saída do jovem para o exterior. Ou seja, se considerarmos que muitos destes jovens apresentam disfunções familiares e que, após a cessação da medida de internamento, regressam ao seu meio familiar, devemos fazer um esforço para tentar envolver a família no processo de reeducação do jovem, incentivando-a a efectuar visitas frequentes aos educandos.

Apesar de todo o trabalho realizado ter os seus frutos, estamos cientes de que também nos deparámos com algumas limitações, uma vez que o reduzido número de participantes não permite generalizar os nossos resultados, sendo interessante a continuação do estudo com vista o aumento da amostra. Embora tenhamos utilizado situações hipotéticas no momento da entrevista, sem nos dirigirmos directamente aos jovens, não estivemos livres de causar sentimentos mais dolorosos, fazendo emergir o seu sofrimento psíquico.

Não tendo sido apreciada a variável tempo de internamento no tema da mudança, seria interessante debruçarmo-nos, no futuro, sobre esta questão, tentando apurar quais são as diferenças entre o sentimento de mudança dos jovens que estão no início e no fim da sua medida de internamento. Mais ainda, considerando que os centros educativos dispõem da colaboração permanente de técnicos e monitores para cumprir os seus objectivos, o que será que pensa quem trabalha com estes adolescentes, em relação ao crime, à violência agida e à mudança efectiva dos delinquentes juvenis? Não obstante as incertezas relativamente à mudança futura do comportamento delinvente, ficamos com a convicção de que, antes de julgar o sujeito, devemos olhar para as razões que o conduziu até esse comportamento.

Concordando com Moita (1985, p. 28), pensamos que

a agressividade tornada violência, e a transgressão tornada delinquência se devem compreender como algumas das múltiplas formas que o indivíduo tem de manifestar uma situação particular de desadaptação, mesmo de sofrimento, em que ele próprio se sente posto em questão como pessoa, como ser humano na sua individualidade confrontada com o outro ou com o grupo.

## Referências

- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação* (3ª Edição). Braga: Psiquilibrios.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2003). *The psychology of criminal conduct* (3ª Edição). Cincinnati: Anderson.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo* (5ª Edição). Lisboa: Edições 7.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (20), 637-645.
- Benjamin, A. (1985). *A entrevista de ajuda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bodgan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bowlby, J. (1998). *A secure base: clinical applications of attachment theory*. London: Routledge.
- Broadwin, I. T. (s.d.). Delinquência juvenil. In S. Lorand. *A moderna análise* (pp. 139-162). Rio de Janeiro: Gertum.
- Bronfenbrenner, U., & Crouter, A. C. (1983). The evolution of environmental models in developmental research. In W. Kessen, & P. H. Mussen. *Handbook of child psychology: History, theory, and methods*, 1 (pp. 357-414). New York: Wiley.
- Caetano, M. J. (2001). Risco e delinquência: aspectos psicológicos do desenvolvimento. In A. L. Lúcio, T. Sá, M. J. Caetano, A. P. Lucas, & F. Silva (compil.). *Marginalidade, risco e delinquência* (pp. 57-77). Caldas da Rainha: Programa Malhoa.
- Carbonneau, R. (2002). Developmental trajectories leading to delinquency and substance use in adolescence: Results from Quebec studies. In S. Brochu, C. da Agra, & M. Cousineau. *Drugs and crime deviant pathways* (pp. 85-96). England: Ashgate.

- Carvalho, J. N. (1992). A intervenção do psicólogo na área da Psicologia do comportamento desviante: Algumas reflexões preliminares. In J. Barroso, & R. A. Gonçalves. *Psicologia e intervenção social de justiça* (pp. 13-20). Porto: APPORT.
- Carvalho, M. J. (2005). Jovens e delinquências: (sobre)vivências na família. *Psicologia*, 18 (2), Lisboa: Edições Colibri, 129-158.
- Cauffman, E. (2008). Understanding the female offender. *Juvenile Justice*, 18 (2), 119-142. Retirado em 2 de Dezembro de 2008 de [www.futureofchildren.org](http://www.futureofchildren.org).
- Coelho, E. (1997). Acompanhamento de jovens delinquentes: Uma abordagem psicológica. *Interações: Revista de Animação Sociocultural*, 5, 81-100.
- Cole, M., Cole, S., & Lightfoot, C. (2005). *The development of children*. New York: Worths Editions.
- Corneau, M. & Lancôt, N. (2004). Mental health outcomes of adjudicated males and females: The aftermath of juvenile delinquency and problem behaviour. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14, 251-262. Retirado em 19 de Novembro de 2008 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Costa, J. (1999). Delinquência juvenil. Que política? In R. A. Gonçalves, C. Machado, A. I. Sani, & M. Matos (Orgs.). *Crimes: Práticas e testemunhos – Actas do congresso Crimes Ibéricos* (pp. 19-34). Braga: Universidade do Minho.
- De Matos, A. C. (1996). Delinquência juvenil e psiquiatria da adolescência. In A C. De Matos (compil.). *Escritos 4: Artigos publicados nas revistas Jornal do Médico e Médico 1977* (pp. 71-75). Lisboa: Bial.
- De Matos, A. C. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- De Matos, A. C. (2007). *O desespero*. 2ª Edição. Lisboa: Climepsi Editores.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2005). *Internamento de menores delinquentes*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Introduction: Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln. *Handbook of qualitative research* (pp. 1-17). Thousand Oaks: Sage.
- Ferreira, P. M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, 32, 913-924.
- Fontana, A., Frey, J. (1994). Interviewing: the art of science. In N. Denzin, & Y. Lincoln. *Handbook of qualitative research* (pp. 361-374). Thousand Oaks: Sage.
- Foucault, M. (2000). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 23ª Edição.
- Garcia, J., Jerónimo, H., Norberto, R., & Amaro, M. (2000). *Estranhos*. Oeiras: Celta Editora.
- Gersão, E. (1991). Carência sócio-familiar e delinquência juvenil – a sua imagem a partir de alguns dados estatísticos referentes à jurisdição tutelar. In C. Medeiros, M. Coelho, J. Moreira, M. Cunha. *Do desvio à instituição total: sub-cultura, estigma, trajectos* (pp. 37-87). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. 1ª Edição. Oeiras: Celta Editora.
- Gleitman, H., Fridlund, A., & Reisberg, D. (2003). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Harrati, S., Vavassori, D., Villerbu, L. (2006). *Délinquance et violence*. Paris: Armand Colin.
- Kernberg, O. (1995). *Transtornos graves da personalidade: Estratégias psicoterapêuticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Newbury Park: Sage.
- Kvale, S. (1996). *Interviews*. California: Sage.
- Leal, I. P. (2008). *A entrevista psicológica: Técnica, teoria e clínica*. Lisboa: Fim de Século.

- Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro). In *Direito dos Menores* (2008). 4ª Edição. (pp. 111-211). Coimbra: Almedina.
- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro). In *Direito dos Menores* (2008). 4ª Edição. (pp. 213-271). Coimbra: Almedina.
- Leve, L. D., & Chamberlain, P. (2004). Female juvenile offenders: Defining an early-onset pathway for delinquency. *Journal of Child and Families Studies*, 13, 439-452.
- Lopes, S. (1996). Delinquência: Privações psicossociais na primeira e segunda infância. *Interações: Revista de Animação Sociocultural*, 3, 147-160.
- Malpique, C. (1990). *A ausência do pai*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marcelli, D., & Braconnier, A. (2005). *Adolescência e psicopatologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Marques, M. E. (2001). O processo adolescente. In M. E. Marques. *A psicologia clínica e o Rorschach*. 2ª Edição (pp. 247-288). Lisboa: Climepsi.
- Marques, M. E. (2005). Avaliação psicológica do adolescente e do risco. *Análise Psicológica*, 1(23), 19-26.
- Marteleira, J. (2005). Jovens à margem: Análise sociológica de um Centro Educativo. *Infância e Juventude*, 5, 91-108.
- Martins, M. J. (2005). Condutas agressivas na adolescência: factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica*, 2 (23), 129-135.
- Matos, M. (2005). *Adolescência, representação e psicanálise*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Moita, V. (1985). Identidade, identificação e delinquência: contributos para uma compreensão psicológica e clínica da agressão e do comportamento delincente. *Infância e Juventude*, 2, 25-52.

- Mucchielli, R. (1979). *Como eles se tornam delinquentes*. Lisboa: Moraes Editores.
- Negreiros, J. (2001). *Delinências juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, R. A. (2000). Do vínculo às relações sociais: aspectos psicodinâmicos. *Análise Psicológica*, 1 (18), 157-170.
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. Califórnia: Sage.
- Pereira, J. P. (1998). Valores e prevenção da reincidência. *Temas Penitenciários, Série II* (1), 87-92.
- Peres, A., & Gonçalves, R. A. (2006). Do risco à delinquência – estudo exploratório. *Infância e Juventude*, 2, 15-134.
- Proposta de Lei nº265/VII (1999). In *Direito dos Menores* (2008). 4ª Edição. (pp. 205-211). Coimbra: Almedina.
- Proposta de Lei nº266/VII (1999). In *Direito dos Menores* (2008). 4ª Edição. (pp. 89-109). Coimbra: Almedina.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rey, G. (2000). *Pesquisa qualitativa em Psicologia*. São Paulo: Thomson Editores.
- Rossi, J. P. (1999). *Os métodos de investigação em Psicologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sá, A. A. (2001). Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. In *I Congresso de Psicologia Clínica* (pp. 13-22). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

- Serrão, J. C. (2004/2005). *A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: Uma reflexão sobre o género*. Monografia de Licenciatura não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Serrão, J. C., & Pais, L. G. (2006). A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: uma reflexão sobre o género. In C. Machado, L. S. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Orgs.). *Avaliação Psicológica: Formas e contextos*, 11 (pp. 49-158). Braga: Psiquilíbrios.
- Soares, L. C. (2005). Psicoterapia psicanalítica individual e de grupo com jovens delinquentes institucionalizados (a procura e a destruição do vínculo). *Infância e Juventude*, 5, 105-122.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor: Notas sobre a delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto. (1999). *Metodologia das ciências sociais*, 10ª Edição (pp 101.128). Lisboa: Edições Afrontamento.
- Van Velsen, C. (2001). Delinquency, juvenile offending and personality disorder. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 11, S1-S5.
- Ventura, J. P. (1999). Nascer e não ter sorte... ser jovem, deserdado e delinquente. In R. A. Gonçalves, R. A. Gonçalves, C. Machado, A. I. Sani, & M. Matos (Orgs.). *Crimes: práticas e testemunhos – Actas do congresso Crimes Ibéricos*. (pp. 35-46). Braga: Universidade do Minho.
- Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis*. 2ª Ed. Beverly Hills. CA: Sage.
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência*, 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Worrall, A. (2005). Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de atitudes relativamente à delinquência de mulheres jovens. *Infância e Juventude*, 2, 71-84.

Anexo 1. Carta de consentimento da Direcção-Geral de Reinserção Social

Exma. Sr.ª Dr.ª  
Raquel Oliveira Martins  
Rua Professor Moisés Amzalak, nº 10 – 8º Dtº  
1600-648 Lisboa

08/06/09 08523

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

DSEP

04.06.09

Assunto: **Pedido de recolha de dados e aplicação de questionários para elaboração de tese de mestrado**

Tenho a honra de informar V. Ex.ª que a sua proposta de recolha de dados para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado, sob o tema “A delinquência juvenil contada por ambos os géneros: Estudo qualitativo sobre o crime, a violência e a mudança”, foi autorizada, devendo o trabalho realizar-se no Centro Educativo O registo áudio das entrevistas deverá ser apagado após a sua transcrição.

Mais informo que poderá contactar o Senhor Director do Centro Educativo onde irá realizar o trabalho de campo, para ser orientada e supervisionada na aplicação dos questionários e na consulta dos processos. Caso queira esclarecer algumas questões ou obter informações, deverá contactar a Direcção de Serviços da Área Tutelar Educativa (DSATE), através do telefone 21 317 61 00.

Relembro que deve respeitar alguns procedimentos deontológicos, em particular, a salvaguarda da confidencialidade dos dados e a despersonalização dos sujeitos alvos, bem como remeter a esta Direcção-Geral uma cópia do trabalho final, antes da sua publicação.

Com os melhores cumprimentos,

A Directora-Geral,



Leonor Furtado

JA/325/DSEP/09

## Anexo 2. Exemplos de questões dos guiões das entrevistas

### a) Entrevista relativa ao tema do crime

A.1. “O que quer dizer, para ti, a palavra crime?”

C. 1. “Imagina que ias a passar na rua e vias um/uma rapaz/rapariga a ser roubado/a:  
Porque é que achas que ele/ela estava a roubar o/a outro/a? Que motivo tinha? Por que o fez?  
(Com que intenção?)”

### b) Entrevista relativa ao tema da violência

A.1. “O que entendes por violência?”

B.1. “Imagina que estás a passar na rua e vês dois/duas jovens à luta:  
Porque achas que eles/elas estão a fazer isso?”

### c) Entrevista relativa ao tema da mudança

A.1. “O que quer dizer, para ti, a palavra mudança?”

B.2. “Achas que há alguma diferença entre o crime cometido por um/a jovem ou por um/a adulto/a?”

### Anexo 3. Excertos de respostas de três sujeitos às questões dos guiões das entrevistas

#### a) Excerto da entrevista ao sujeito M16, relativa ao tema do crime

A.1. “O que quer dizer, para ti, a palavra crime?”

M16: Crime, como é que eu hei-de explicar, é tipo um roubo que nós fazemos, se violamos alguém, se matamos alguém.

C. 1. “Imagina que ias a passar na rua e vias um/uma rapaz/rapariga a ser roubado/a:

Porque é que achas que ele/ela estava a roubar o/a outro/a? Que motivo tinha? Por que o fez? (Com que intenção?)”

M16: Por exemplo, eu agora sou o assaltante e vejo um rapaz com um telemóvel topo de gama e eu gostava muito, mas não tenho dinheiro para comprar ou os meus avós não querem dar, uma coisa assim, então eu vou tirá-lo para ter um telemóvel, assim fico já com ele ou, então, para vender ou porque tenho raiva dessa pessoa.

#### b) Excerto da entrevista ao sujeito F5, relativa ao tema da violência

A.1. “O que entendes por violência?”

F5: Violência é quando alguém bate noutra pessoa.

B.1. “Imagina que estás a passar na rua e vês dois/duas jovens à luta:

Porque achas que eles/elas estão a fazer isso?”

F5: Porque discutiram ou porque roubaram e depois metade é para um, metade é para o outro e discutem.

#### c) Excerto da entrevista ao sujeito M10, relativa ao tema da mudança

A.1. “O que quer dizer, para ti, a palavra mudança?”

M10: Para mim a palavra mudança, quer dizer por exemplo, antes de entrar cá para dentro, roubava e isso, depois vim cá para dentro mudei e agora se for lá para fora já não roubo nem nada, sou uma pessoa como as outras.

B.2. “Achas que há alguma diferença entre o crime cometido por um/a jovem ou por um/a adulto/a?”

M10: Depende, há jovens que cometem crimes e fazem sem pensar, mas os adultos já têm cabeça para pensar nas coisas e isso, mas fazem porque ‘tão-se a «borrifar» para as coisas, não querem saber.

Anexo 4. Grelha categorial adaptada de Serrão (2004/2005) e exemplos de unidades de registo (u.r.) provenientes das entrevistas

### A. Grelha categorial para o tema Crime

Categories	Sub-categorias	Indicadores
<b>A.1. Definição de crime</b>	<p><b>A.1.1. Interdito/avaliação negativa</b> Quando o crime é definido como sendo um interdito, isto é (adiante: i.e.), uma transgressão que não deve ser cometida, ou quando é formulado um juízo de valor, com conotação negativa, em relação ao acto criminoso. (e.g., “é um acto que nós praticamos que a lei não permite”, F5 C A1<sup>1</sup>) (e.g., “é uma coisa má”, M15 C A1)</p> <p><b>A.1.2. Acções contra a propriedade</b> Quando são enunciadas acções dirigidas a aspectos relacionados com bens materiais. (e.g., “é tipo roubar”, F2 C A1) (e.g., “a palavra quer dizer que uma pessoa faz assaltos”, M13 C A1)</p> <p><b>A.1.3. Acções contra o outro</b> Quando são enunciadas acções dirigidas a pessoas (vítimas). (e.g., “acho que é quando uma pessoa mata alguém”, F4 C A1) (e.g., “homicídio”, M11 C A1)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as unidades de registo (adiante: u.r.) que façam referência a uma possível definição do conceito de crime e a tudo o que este engloba, desde o criminoso até à vítima.

<sup>1</sup> Sujeito do género feminino F5, guião do Crime, resposta A1

	<p><b>A.1.4. Crimes relacionados com o tráfico de droga</b>  Quando são enunciadas acções dirigidas à venda de droga.  (e.g., “ta a comprar e para depois vender”, M16 C D9)</p> <p><b>A.1.5. Planeamento</b>  Refere-se ao facto de os jovens geralmente planearem, ou não, seus próprios actos desviantes, ou ainda quando demonstram não saber.  (e.g., “normalmente há uns que sim”, F6 C B3)  (e.g., “para fazer um assalto tem de ser planeado, não pode ser «à toa»”, M13 C B3)  (e.g., “Não, nunca se combina antes.”, F1 C B3)  (e.g., “isso depende do crime”, M14 C B3)</p> <p><b>A.1.6. O sujeito criminoso</b>  Quando o sujeito se refere ao autor do crime, ou seja, ao sujeito criminoso.  (e.g., “criminoso é a pessoa que cometeu o erro”, F3 C A2)  (e.g., “para mim é uma pessoa que já fez muita «porcaria»”, M10 C A2)</p> <p><b>A.1.7. Vítima</b>  Quando o sujeito se refere ao sujeito do crime, ou seja, à vítima.  (e.g., “num assalto a vítima foi quem eu assaltei”, F6 C A4)  (e.g., “é quem sofre”, M11 C A4)</p> <p><b>A.1.8. Culpabilidade</b>  Quando o sujeito se refere ao estado de um indivíduo confessamente culpado, ou ao sentimento de culpa ligado</p>	
--	---	--

	<p>à transgressão do interdito, mostrando-se ou não arrependido do delito.  (e.g., “culpa é quando nos fazemos algo de errado, temos culpa, somos culpados”, F9 C A3)  (e.g., “se calhar arrependem-se de os ter feito”, F4 M B3)  (e.g., “quando calhava mal sentia-me arrependido”, M12 C E7)  (e.g., “na altura não [estava arrependida], F4 C E7)  (e.g., “nem por isso, gastei a minha parte e pronto”, M17 C E7)</p>	
<b>A.2. Juízo moral sobre o crime</b>	<p><b>A.2.1. Avaliação negativa</b>  Quando o sujeito formula um juízo de valor, com conotação negativa, em relação à prática do comportamento ilícito.  (e.g., “acho que os jovens não deviam fazer isso”, F2 C B1)  (e.g., “é uma juventude estragada”, M11 C B2)</p> <p><b>A.2.2. Avaliação positiva</b>  Quando o sujeito formula um juízo de valor, com conotação positiva, através de uma concepção de aparente normalidade, relativamente à prática do comportamento ilícito, ainda que por vezes manifestando certo descomprometimento.  (e.g., “devem ser perdoados, dependendo da situação”, F3 C B1)  (e.g., “penso que devem fazer mais coisas dessas”, M13 C B1)  (e.g., “Então a vida é deles, eles é que sabem”, F4 C B1)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência a uma tomada de posição em relação à prática de comportamentos ilícitos, ou seja, o sujeito formula um juízo de valor sobre o comportamento, e posiciona-se ao nível moral, avaliando a adequação ou não adequação desse comportamento.</p>
<b>A.3. Atribuição causal dos crimes</b>	<p><b>A.3.1. Atribuição ao próprio</b>  Quando a causa é atribuída ao próprio sujeito, que comete o comportamento</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência à causalidade (do próprio ou alheia) do comportamento ilícito.</p>

	<p>ilícito (<i>locus interno</i>).  (e.g., “porque era o único sítio que eu ia desabafar”, F6 C E2)  (e.g., “querem experimentar coisas novas e caem no buraco”, M15 C B2)</p> <p><b>A.3.2. Atribuição aos outros</b>  Quando a causa é atribuída não ao próprio, mas a outros, i.e., foram os outros que fizeram algo que fez com que o jovem tivesse que cometer o comportamento ilícito, ou seja, o seu comportamento é uma consequência do comportamento dos outros (<i>locus externo</i>).  (e.g., “por causa dessas companhias”, F5 C B2)  (e.g., “têm dificuldades familiares”, M15 C B2)</p>	
<p><b>A.4. Objectivos do crime</b></p>	<p><b>A.4.1. Bens materiais</b>  Quando o objectivo do comportamento ilícito é atribuído ao facto de se querer dinheiro ou outro objecto que considerem valioso.  (e.g., “talvez para comprarem roupa de marca, que é a maioria das vezes”, F3 C B4)  (e.g., “quer os valores do outro”, M11 C C1)  (e.g., “para conseguir aquilo que não consegue ter”, F7 C C1)</p> <p><b>A.4.2. Necessidade</b>  Quando o objectivo é atribuído à satisfação de uma necessidade básica.  (e.g., “se não fizesse aquilo se calhar ia passar fome à noite”, F8 C C6)  (e.g., “outras foi porque precisava para comer”, M14 C E2)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que possam fazer referência ao que os entrevistados pensam acerca dos ganhos que os jovens delinquentes pretendem alcançar com a prática do comportamento ilícito.</p>

	<p><b>A.4.3. Pessoal/interno</b>  Quando o objectivo se prende com necessidades fundamentais de ordem interna.  (e.g., “é mesmo só vício”, F5 C B1)  (e.g., “era tipo, mais para chamar a atenção”, M10 C E3)</p> <p><b>A.4.4. Associado ao prazer</b>  Quando o objectivo é associado a formas agradáveis de estar.  (e.g., “querem sentir adrenalina”, F1 C B2)  (e.g., “cometi um crime mas também divertia-me”, F2 C E5)  (e.g., “para curtir”, M13 C E2)</p> <p><b>A.4.5. Droga</b>  Quando o objectivo do comportamento ilícito é o facto do jovem pretender dinheiro para a satisfação de algum vício, como a droga.  (e.g., “precisava de dinheiro para a droga”, F5 C E2)  (e.g., “esse é «carocho» quer é ir roubar dinheiro às pessoas para ir comprar droga”, M13 C D9)</p> <p><b>A.4.6. Não/ Não sei</b>  Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer tipo de objectivo.  (e.g., “acho que não”, F2 C B4)  (e.g., “no meu caso não tinha nenhum objectivo a atingir”, M10 C E3)  (e.g., “não sei, isso depende das pessoas”, F1 C B4)  (e.g., “ele é que sabe o motivo para ele ítar a fazer aquilo”, M12 C C1)</p>	
--	---	--

<p><b>A.5. Em quem pensou – aquando da passagem ao acto?</b></p>	<p><b>A.5.1. Na vítima</b> Quando se refere que o jovem pensou na vítima. (e.g., “se calhar às vezes ficam a pensar que ela [a vítima] ficou mal”, F2 C B7) (e.g., “alguns sim [pensam na vítima]”, M11 C B7)</p> <p><b>A.5.2. Num familiar/amigo</b> Quando se refere que o jovem não pensou, nem em si, nem na vítima, mas numa terceira pessoa. (e.g., “sim, pensei na minha família”, F8 C E6) (e.g., “[pensava] na minha mãe”, M13 C E5)</p> <p><b>A.5.3. Na polícia</b> Quando se refere que o jovem pensou na polícia. (e.g., “eu acho que sim, [pensam] na polícia”, F5 C B6) (e.g., “sentia-me um bocadinho com receio de aparecer a polícia ou isso”, M10 C E6)</p> <p><b>A.5.4. Em si próprio</b> Quando se refere que o jovem só pensou em si próprio, ou que não sabe em quem pensou. (e.g., “não, pensam neles apenas”, F8 C B6) (e.g., “só pensava que podia ser apanhado”, M13 C E5)</p> <p><b>A.5.5. Não pensam em ninguém</b> Quando o entrevistado refere que o jovem não pensa em ninguém. (e.g., “talvez na altura concreta não [pensam em ninguém]”, F6 C B6) (e.g. “não, não pensam em ninguém nem nas consequências”, M10 C B6)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. relativas ao facto do jovem delinquente pensar ou não em alguém, durante a realização do comportamento ilícito.</p>
--	---	---

	<p><b>A.5.6. Não pensam na vítima</b> Quando se refere que o jovem não pensou na vítima. (e.g. “não [pensam na vítima]”, F8 C B7) (e.g. “se pensassem na vítima não havia roubos”, M12 C B7)</p>	
<p><b>A.6. Atribuição de sentimentos ao jovem delinquente</b></p>	<p><b>A.6.1. Positivos</b> Quando os sentimentos atribuídos ao jovem delinquente têm uma valência positiva, ainda que por vezes com certo descomprometimento. (e.g., “se ficassem tristes não faziam”, F2 C B5) (e.g., “se calhar sentem-se contentes porque têm aquilo que queriam”, M10 C B5) (e.g., “quando têm o dinheiro na mão sentem-se felizes”, M11 C B5) (e.g., “sente-se normal, como qualquer pessoa”, F1 C C6)</p> <p><b>A.6.2. Negativos</b> Quando os sentimentos atribuídos ao jovem delinquente têm uma valência negativa, ou quando se refere a uma preocupação posterior com a vítima. (e.g., “tava nervosa”, F1 C E6) (e.g., “sentiram-se com medo”, F3 C B5) (e.g., “agem da maneira que lhes vem à cabeça, sem pensar duas vezes”, M12 C B5)</p> <p><b>A.6.3. Indiferenciado/ Não sei</b> Quando o entrevistado não consegue atribuir qualquer tipo de sentimentos ou estados emocionais ao jovem delinquente.</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência ao tipo de sentimentos, ou estados emocionais, que são atribuídos ao jovem delinquente, durante e após a realização do comportamento ilícito.</p>

	(e.g., “podem ser sentimentos diferentes em cada pessoa”, F6 C C6) (e.g., “nem [se sentem] tristes nem felizes, M13 C B5)	
<b>A.7. Atribuição de sentimentos à vítima (após o crime).</b>	(e.g., “sente-se mal porque é uma vítima”; F1 C C7) (e.g., “Está-se a sentir mal porque já não vai ter aquilo que tinha”, F5 C C7) (e.g., “injustiçada se calhar”, M14 C B9) (e.g., “humilhada”, M16 C C7)	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência ao tipo de sentimentos que são atribuídos à vítima, ou estados emocionais, que o entrevistado identifica como sendo os da vítima.
<b>A.8. Imagem do jovem autor de furtos</b>	<p><b>A.8.1. Características físicas</b> Quando são apresentadas características físicas/estéticas ao jovem que furta. (e.g., “‘tá de fato de treino”, F9 C C2) (e.g., “os <i>blacks</i> têm <i>locks</i>, «<i>rasta</i>» sabe?”, M16 C C2)</p> <p><b>A.8.2. Características psicológicas</b> Quando são apresentadas características, que se prendem com factores que possam ser de uma natureza interna, ou características pessoais. (e.g., “são jovens com infâncias completamente tristes”, F6 C C4) (e.g., “há pessoas que chegam ao pé da vítima e pedem as coisas com calma”, M10 C C4)</p> <p><b>A.8.3. Indiferenciado/ Não sei</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica. (e.g., “era um rapaz como os outros”, M11 C C2) (e.g.,: “qualquer pessoa pode roubar”, M12 C C2) (e.g., “não posso descrever porque não sei”, F6 C C2)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que pretendem descrever o jovem autor de furtos, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico.

<p><b>A.9. Imagem das vítimas de furto</b></p>	<p><b>A.9.1. Características físicas</b>  Quando são apresentadas características físicas/estéticas à vítima de furto.  (e.g., “tem assim um ar de betinho ou betinha, um ar assim de riquinho”, F8 C C3)  (e.g., “com uma «granda» mala”, M15 C C3)</p> <p><b>A.9.2. Características psicológicas</b>  Quando são apresentadas características, que se prendem com factores que possam ser de natureza interna, ou características pessoais.  (e.g., “deve ser uma pessoa alegre”, F6 C C5)  (e.g., “deve ser boa pessoa, por isso é que não rouba”, M13 C C5)</p> <p><b>A.9.3. Indiferenciado/ Não sei</b>  Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica.  (e.g., “não sei”, F1 C C3)  (e.g., “pode ser qualquer um”, M12 C C3)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem as vítimas de furto, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico.</p>
<p><b>A.10. Função negativa da droga</b></p>	<p><b>A.10.1. Interdito/transgressão de uma norma</b>  Quando a droga é definida como sendo um interdito, i.e., uma transgressão que não deve ser cometida.  (e.g., “é que pode vir a ter consequências muito graves para quem ‘tá a vender”, M18 C D5)</p> <p><b>A.10.2. Físico/ fisiológico/ morte</b>  Quando são enunciadas funções negativas da droga, que remetem para aspectos relacionados com mal-estar</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que enunciem características negativas associadas à droga.</p>

	<p>físico, doenças que derivam do uso da droga, ou morte. (e.g., “[faz mal] à saúde”, F4 C D5) (e.g., “pode trazer a morte nas pessoas que consomem drogas”, M10 C D5)</p> <p><b>A.10.3. Vício do corpo</b> Características que remetem para os processos de dependência da droga. (e.g., “alguns que também ficam viciados na droga”, F2 C D3) (e.g., “é um vício, têm que consumir”, M17 C D2)</p> <p><b>A.10.4. Pessoais/ internas</b> Quando são enunciadas características que remetem para a problemática interna do sujeito. (e.g., “alguns ficam a consumir droga porque têm algum problema e dão na droga”, F2 C D2)</p> <p><b>A.10.5. Avaliação negativa sem especificação</b> Quando o entrevistado, ao emitir uma opinião desfavorável, não especifica a função negativa que lhe atribui, ou refere-se apenas ao seu elevado custo. (e.g., “os jovens acho um bocadinho incorrecto [venderem drogas]”, F6 C D3) (e.g., “não curto essas cenas”, F4 C D1) (e.g., : “a minha opinião é que não deviam consumir drogas”, M10 C D1)</p> <p><b>A.10.6. Avaliação negativa com especificação</b> Quando o entrevistado, ao emitir uma opinião</p>	
--	---	--

	<p>desfavorável, especifica a função negativa que lhe atribui, ou um tipo de droga que associa a essa função.</p> <p>(e.g., “mas agora a «branca» e o «cavalo» acho que isso faz mal”, F8 C D2)</p> <p>(e.g., “[o mal é que] podes ser apanhado com droga e podes vir internado para aqui”, M 17 C D5)</p>	
<b>A.11. O outro lado da droga</b>	<p><b>A.11.1. Avaliação positiva</b> Quando o sujeito formula um juízo de valor, com conotação positiva, através de uma concepção de aparente normalidade, relativamente ao consumo e à venda de drogas, ainda que por vezes com um certo descomprometimento.</p> <p>(e.g., “põe as pessoas contentes”, F1 C D1 )</p> <p>(e.g., “por um lado também é bom porque começam a ter experiências em vendas e isso”, M16 C D3)</p> <p>(e.g., “agora toda a gente compra”, F1 C D7)</p> <p>(e.g., “as que não fazem mal não há problema”, M11 C D1)</p> <p><b>A.11.2. Experiência pessoal</b> Quando o entrevistado se refere à sua própria experiência com drogas, como por exemplo, enunciando o que já consumiu ou não, e o que gostaria de consumir ou não.</p> <p>(e.g., “a mim relaxa-me”, M14 C D4)</p> <p>(e.g., “mas eu consumo «ganza», nada pior que isso”, M15 C D5)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que enunciem aspectos que corporizam uma visão não formal da droga, do seu consumo e da venda de droga.
<b>A.12. Imagem do jovem consumidor de droga</b>	<p><b>A.12.1. Características físicas</b> Quando são apresentadas características físicas/estéticas do jovem que</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. descrevem o jovem consumidor de droga, quer do ponto de vista físico, quer psicológico.

	<p>consome droga. (e.g., “tem a cara já enrugada”, F9 C D7) (e.g., “se for a comprar heroína e cocaína é magrinho, sem força”, M12 C D7)</p> <p><b>A.12.2. Características psicológicas</b> Quando são apresentadas características, que se prendem com factores que possam ser de uma natureza interna, ou características pessoais. (e.g., “necessitado”, F7 C D9) (e.g., “é discreto para não dar nas vistas”, M17 C D9)</p> <p><b>A.12.3. Indiferenciado/ Não sei</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica. (e.g., “sei lá, não os conheço”, F8 C D9) (e.g., “não sei”, M11 C D9)</p>	
<p><b>A.13. Imagem do jovem vendedor de droga</b></p>	<p><b>A.13.1. Características físicas</b> Quando atribui determinadas características físicas/estéticas ao jovem que vende droga. (e.g., “assim bem apresentado como se não se passasse nada”, F3 C D8) (e.g., “todo vestido de marca”, M11 C D6)</p> <p><b>A.13.2. Características psicológicas</b> Quando são apresentadas características, que se prendem com factores que possam ser de uma natureza interna, ou características pessoais. (e.g., “disfarçado”, F7 C D8) (e.g., “têm que ser «fixes»”, M14 C D8)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r descrevem o jovem vendedor de droga, quer do ponto de vista físico, quer psicológico.</p>

	<p><b>A.13.3. Indiferenciado/ Não sei</b>  Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica.  (e.g., “não precisa de ser uma rapariga já com um ar assim drogado, pode ser assim normal”, F4 C D6)  (e.g., “é-me indiferente”, M11 C D8)</p>	
<b>A.14. Tipo de crime praticado</b>	<p><b>A.14.1. Acções contra a propriedade</b>  Quando são enunciadas acções dirigidas a aspectos relacionados com bens materiais.  (e.g., “roubava e saía com os bolsos cheios”, F8 M B3)  (e.g., “roubar carros”, M12 C E1)</p> <p><b>A.14.2. Acções contra o outro</b>  Quando são enunciadas acções dirigidas a pessoas (vítimas).  (e.g., “bati um «bófia»”, F1 C E1)  (e.g., “[pratiquei] agressão”, M15 C E1)</p> <p><b>A.14.3. Crimes relacionados com o tráfico de droga</b>  Quando são enunciadas acções dirigidas à venda de droga.  (e.g., “já vendi droga”, M12 C E1)</p> <p><b>A.14.4. Outros</b>  Quando são enunciados outros tipos de comportamentos desviantes menos frequentes, que também estiveram na origem do internamento.  (e.g., “se calhar por coisas antigas, maus comportamentos, F3 C E1)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência aos tipos de crimes praticados pelos entrevistados.

	<p><b>A.14.5. Sozinho ou em grupo?</b></p> <p>Quando as acções ilícitas enunciadas foram realizadas no contexto do grupo ou, por outro lado, realizadas individualmente.</p> <p>(e.g., “não roubei, apenas assisti e calei-me, não disse nada”, F8 C E2)</p> <p>(e.g., os roubos ‘tava com os amigos, era naquela «ya»”, M16 C E2)</p>	
--	--	--

## B. Grelha categorial para o tema Violência

Categories	Sub-categorias	Indicadores
<b>B.1. Definição de violência</b>	<p><b>B.1.1. Interdito/transgressão de uma norma</b> Quando a violência é percebida como sendo um interdito, i.e., uma transgressão que não deve ser cometida. (e.g., “é um acto criminoso”, M16 V A1<sup>2</sup>)</p> <p><b>B.1.2. Tónica na dimensão física</b> Quando são enunciados aspectos, ou características de um tipo de violência essencialmente física. (e.g., “bater numa pessoa”, F2 V A1) (e.g., “a violência quer dizer que uma pessoa bate na outra”, M13 V A1)</p> <p><b>B.1.3. Tónica na dimensão psicológica</b> Quando são enunciados aspectos, ou características de um tipo de violência essencialmente psicológica. (e.g., “agressão verbal”, F9 V A1) (e.g., “magoar [as pessoas] verbal[mente]”, M12 V A1)</p> <p><b>B.1.4. Definição indiferenciada de violência</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica que defina violência. (e.g., “algo agressivo”, F8 V A1) (e.g., “é mal tratar outra pessoa”, M17 V A1)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência a uma possível definição do conceito de violência.

<sup>2</sup> Sujeito do género masculino M16, guião do Violência, resposta A1

<p><b>B.2. Juízo moral sobre a violência</b></p>	<p><b>B.2.1. Avaliação negativa</b> Quando o sujeito formula um juízo de valor, com conotação negativa, relativamente ao comportamento violento, não justificando esse tipo de comportamento. (e.g., “por mais que tenha feito por merecer nunca se deve bater”, F3 V C2) (e.g., “[a violência] não leva a lado nenhum”, M10 V A2)</p> <p><b>B.2.2. Avaliação positiva</b> Quando o sujeito formula um juízo de valor, com conotação positiva, em relação ao comportamento violento, justificando esse tipo de comportamento, ainda que por vezes manifestando certo descomprometimento. (e.g., “quando não dá para conversar”, F1 V A6) (e.g., “é a sua maneira de educar o seu filho”, M12 V C1)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência a uma tomada de posição face à violência, ou seja, o sujeito formula um juízo de valor sobre o comportamento, e posiciona-se ao nível da moral, avaliando a adequação, ou não adequação, desse comportamento.</p>
<p><b>B.3. Atribuição causal da violência</b></p>	<p><b>B.3.1. Atribuição ao próprio</b> Quando a causa é atribuída ao próprio sujeito, que comete o comportamento violento (<i>locus</i> interno). (e.g., “batem no filho para descarregar”, F5 V C5) (e.g., “se o pai for muito nervoso, stressa-se e vai-lhe bater”, M15 V C8)</p> <p><b>B.3.2. Atribuição a outros</b> Quando a causa é atribuída não ao próprio, mas a outros, i.e., foram os outros que fizeram algo que fez com que o jovem tivesse que cometer esse comportamento violento, ou seja, que o acto violento é uma consequência do comportamento de outros</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência à causalidade (do próprio ou alheia) do comportamento violento.</p>

	<p>(<i>locus</i> externo).  (e.g., “porque se calhar ou o rapaz ou a rapariga ofendeu o outro”, F2 V B1)  (e.g., “quando mexem com a minha família”, M18 V A6)</p>	
<b>B.4. Objectivos da violência</b>	<p><b>B.4.1. Defesa pessoal</b>  Quando o objectivo é a defesa pessoal, i.e., quando a pessoa se sente em risco, e o seu comportamento violento é reacção à violência do outro.  (e.g., “se uma pessoa me der eu também dou”, F4 V A6)  (e.g., “se tiverem para me bater ou isso, “a gente” tenta-se sempre defender”, M10 V A6)</p> <p><b>B.4.2. Proveito próprio</b>  Quando o objectivo é em proveito do próprio, i.e., quando se trata da maneira encontrada para conseguir o que se quer.  (e.g., “ou roubaram alguma coisa um ao outro e aí começaram a lutar”, F4 V B1)  (e.g., “para impor respeito, também pode ser”, M11 V A2)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência ao que o entrevistado pensa acerca dos ganhos que uma pessoa pretende alcançar com a prática de actos violentos.</p>
<b>B.5. Vivência da violência</b>	<p><b>B.5.1. O próprio</b>  Quando o entrevistado se refere à sua própria pessoa, como sendo (ou considerando-se) violento, ou não.  (e.g., “eu era muito compulsiva”, F6 V A3)  (e.g., “lá fora era, qualquer nervoso assim e era logo descarregar logo, assim «bum bum»”, M15 V A6)</p> <p><b>B.5.2. Na família</b>  Quando o entrevistado se refere à violência no seio familiar.  (e.g.,)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência às vivências, ou não vivências, de violência do entrevistado, seja ele autor, vítima, ou observador.</p>

	<p><b>B.5.3. Noutras instituições</b> Quando o entrevistado se refere à violência no contexto da passagem por outras instituições anteriores. (e.g.,)</p> <p><b>B.5.4. No meio envolvente/ no bairro/ no grupo de pares</b> Quando o entrevistado se refere à violência, no contexto do meio abrangente, do bairro, à violência entre amigos no seio do grupo. (e.g., “depende, se houvesse confusão entre bairros”, M14 V A3)</p> <p><b>B.5.5. No contexto da prática do comportamento ilícito</b> Quando o entrevistado se refere à prática da violência, no contexto da realização de comportamentos ilícitos. (e.g., “quando ia roubar”, F8 V A3) (e.g., “às vezes, quando ia roubar as pessoas e às vezes me chateava, uma pessoa tem de agredir”, M17 V A3)</p> <p><b>B.5.6. No Centro Educativo</b> Quando o entrevistado se refere à violência no Centro Educativo. (e.g., “já houve situações”, F9 V A4) (e.g., “cá dentro, há violência entre nós”, M13 V A4)</p> <p><b>B.5.7. A não vivência da violência</b> Quando o entrevistado refere que a violência não faz parte do seu dia-a-dia, i.e., seja em que contexto for, não refere qualquer tipo de vivência associada à violência.</p>	
--	---	--

	(e.g., não, era raro”, F9 V A3) (e.g., “não, eu era muito calmo”, M13 V A3)	
<b>B.6. Atribuição de sentimentos aos agressores</b>	<p><b>B.6.1. Positivos</b> Quando os sentimentos atribuídos ao elemento agressor têm uma valência positiva, ainda que por vezes com certo descomprometimento. (e.g., para se estarem a espancar devem-se estar a sentir bem”, F4 V B3) (e.g., “há pais que se sentem normais”, F6 V C3) (e.g., “sentem-se fortes para ‘tar a lutar”, M13 V B3)</p> <p><b>B.6.2. Negativos</b> Quando os sentimentos atribuídos ao elemento agressor têm uma valência negativa, ou quando se refere a uma preocupação posterior com a vítima. (e.g., “provavelmente sentem ódio um do outro”, F1 V B3) (e.g., “nervosos, não sabem o que é que ‘tão a fazer”, M13 V C3)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência ao tipo de sentimentos, ou estados emocionais, que são atribuídos ao elemento agressor.
<b>B.7. Atribuição de sentimentos à vítima</b>	(e.g., “uma criança magoada”, F5 V C6) (e.g., “com medo”, M12 V C4)	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência ao tipo de sentimentos, ou estados emocionais, que são atribuídos à vítima.
<b>B.8. Imagem dos agressores</b>	<p><b>B.8.1. Características físicas</b> Quando são apresentadas características físicas/estéticas dos elementos agressores. (e.g., “uma senhora que aparenta ter força”, F9 V C5) (e.g., “eram «buéda» fortes”, M13 V B4)</p> <p><b>B.8.2. Características psicológicas</b> Quando são apresentadas</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem os agressores, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico.

	<p>características, que se prendem com factores que possam ser de uma natureza interna, ou características pessoais. (e.g., “muito compulsivos”, F5 V B5) (e.g., “devem ser violentos”, M13 V B5)</p> <p><b>B.8.3. Não sei</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica. (e.g., “normal, como os outros”, F4 V B4) (e.g., “pode ser qualquer pessoa”, M11 V B4)</p>	
<p><b>B.9. Imagem da vítima objecto de violência</b></p>	<p><b>B.9.1. Características físicas</b> Quando são apresentadas características físicas/estéticas da/o filha/ filho agredida/o. (e.g., “é uma criança que tem 5, 6 anos”, F9 V C6) (e.g., “é pequenina”, M14 V C6)</p> <p><b>B.9.2. Características psicológicas</b> Quando são apresentadas características, que se prendem com factores que possam ser de uma natureza interna, ou características pessoais. (e.g., “uma pessoa traumatizada”, F8 V C6) (e.g., “ela [criança] vai ser uma pessoa revoltada quando crescer”, M12 V C8)</p> <p><b>B.9.3. Indiferenciado/ Não sei</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica. (e.g., “pode ser uma criança triste ou alegre”, F6 V C8) (e.g., “não sei, depende do que fez”, M14 V C8)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem a vítima objecto de violência, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico.</p>

<p><b>B.10. Relação prévia entre agressores</b></p>	<p><b>B.10.1. Sim</b> Quando o sujeito refere que os elementos em situação de agressão física, se conheciam previamente. (e.g., “podem-se conhecer”, F6 V B2) (e.g., “para andarem assim à batatada no meio da rua... devem-se conhecer”, M16 V B2)</p> <p><b>B.10.2. Não</b> Quando o sujeito refere que os elementos em situação de agressão física, não se conheciam previamente. (e.g., “as verdadeiras pessoas que se conhecem, por vezes não andam à luta, só mesmo se fosse um caso muito sério”, F6 V B2) (e.g., “não é preciso conhecer para andar à porrada”, M14 V B2)</p> <p><b>B.10.3. Indiferenciado/ Não sei</b> Quando o entrevistado refere não saber se há, ou não, relação prévia entre agressores. (e.g., “não sei”, F4 V B2) (e.g., “isso já não sei”, M12 V B2)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que referem a existência, ou não, de uma relação prévia entre protagonistas na situação de agressão física.</p>
<p><b>B.11. Previsão do resultado da agressão física</b></p>	<p><b>B.11.1. Quem toma a iniciativa da resolução do conflito?</b> Quando o entrevistado se refere à pessoa, que toma a iniciativa da resolução do conflito, chegando por vezes a justificar essa escolha. (e.g., “acho que os pais se vão arrepender e pedir desculpa ao filho”, F2 V C9) (e.g., “se o filho fez alguma coisa e os pais bateram, o filho tem de pedir desculpa”, M14 V C9) (e.g., “[pedem desculpa] os</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que se referem à previsão do resultado de situações de agressão física, ou seja, do que poderia acontecer.</p>

	<p>dois”, M11 V C9)</p> <p><b>B.11.2. Desfecho negativo</b>  Quando o entrevistado cria um fim essencialmente negativo, para a situação de agressão física.  (e.g., “Até um ficar no chão e desmaiar”, F1 V B6)  (e.g., “ou os dois saem todos «partidos»”, M12 V B6)</p> <p><b>B.11.3. Desfecho positivo</b>  Quando o entrevistado cria um fim essencialmente positivo para a situação de agressão física.  (e.g., “desculpam-no [ao filho]”, F7 V C10)  (e.g., “reagem bem”, M11 V C10)</p> <p><b>B.11.4. Implicação pessoal</b>  Quando o entrevistado refere que era capaz ou incapaz, de se implicar, de fazer ou não alguma coisa perante a ocorrência de uma luta.  (e.g., “chamava a polícia”, F5 V B7)  (e.g., “se conhecesse ia lá separar”, M11 V B7)  (e.g., “[não fazia] nada porque não sei o que se passou”, F2 V B7)  (e.g., “tão deixava ‘tar, não é comigo”, M17 V B7)</p>	
--	---	--

### C. Grelha categorial para o tema Mudança

Categories	Sub-categorias	Indicadores
<b>C.1. Definição de mudança</b>	<p><b>C.1.1. Tónica na mudança física/comportamental/contextual</b> Quando são enunciados aspectos ou características de um tipo de mudança essencialmente física, comportamental, ou contextual (variáveis extrínsecas). (e.g., “mudar de sítio”, F2 M A1<sup>3</sup>) (e.g., “para mim a palavra mudança, quer dizer por exemplo, antes de entrar cá para dentro, roubava e isso, depois vim cá para dentro mudei”, M10 M A1)</p> <p><b>C.1.2. Tónica na dimensão psicológica</b> Quando são enunciados aspectos ou características de um tipo de mudança essencialmente psicológica (variáveis intrínsecas). (e.g., “[quando uma pessoa muda] a maneira de ser”, F4 M A1) (e.g., “mudança é, por exemplo, sou criança hoje, tenho uma certa consciência, tenho umas certas atitudes e mudo, já sou adolescente, quase adulto e tenho outros sentimentos”, M12 M A1)</p> <p><b>C.1.3. Definição indiferenciada de mudança</b> Quando o entrevistado não consegue apresentar qualquer característica que defina mudança. (e.g., “isso depende da opinião das pessoas”, F9 M A1) (e.g., “uma pessoa mudar”, M13 M A1)</p>	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que se referem a uma possível definição do conceito de mudança.
<b>C.2. O lado mais positivo da experiência de internamento</b>	<b>C.2.1. Factores escolares/profissionais</b> Quando o sujeito refere conhecimentos que adquiriu, ou projectos relacionados com a escola, ou com a formação profissional, até ao momento de saída do Centro	Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência aos factores associados à experiência do internamento, que o entrevistado considera

<sup>3</sup> Sujeito do género feminino F2, guião do Mudança, resposta A1

	<p>Educativo. (e.g., “dão-me oportunidade de estudar”, F6 M A3) (e.g., “concluir a escola, que lá fora não fazia”, M14 M A4)</p> <p><b>C.2.2. Efeito lúdico</b> Quando o sujeito refere a dimensão lúdica inerente às actividades que o Centro Educativo lhe proporciona. (e.g., “aprendi barro”, M12 M B1) (e.g., “aprendi capoeira”, M12 M B1)</p> <p><b>C.2.3. Os olhos postos no outro lado do muro</b> Quando o sujeito refere as saídas ao exterior. (e.g., “o objectivo de estar aqui é sair daqui”, F3 M A2) (e.g., “as coisas boas é que vai-se de férias”, M11 M A4)</p> <p><b>C.2.4. Relações interpessoais ricas</b> Quando o sujeito refere relações desenvolvidas, seja com os outros colegas, ou com adultos, em que sobressai um carácter enriquecedor. (e.g., “[aqui só vale] as companhias”, F5 M B1) (e.g., “é «fixe» porque convivemos com outras pessoas”, M14 M B1)</p> <p><b>C.2.5. Efeito contentor</b> Quando o sujeito refere o efeito contentor que o Centro Educativo exerce sobre o educando, devido às regras e aos limites que impõe. (e.g., “podemos fazer de tudo um pouco mas dentro dessas regras”, F1 M A9) (e.g., “habituo-me a outras regras que lá fora conhecia mas não utilizava”, M14 M A3)</p> <p><b>C.2.6. Tempo de reflexão</b> Quando o sujeito se refere à experiência do internamento como sendo um momento de paragem, para pensar sobre a vida e o que o levou até ali. (e.g., “eu penso todos os dias”, F3 M</p>	<p>como mais positivos.</p>
--	---	-----------------------------

	<p>A6) (e.g., “aqui consigo pensar, reflectir nas coisas que fiz”, M16 M A3)</p> <p><b>C.2.7. Aspirações de mudança</b> Quando o sujeito se refere a desejos de mudança, àquilo que gostaria de mudar em si próprio. (e.g., “vou tentar fazer tudo para conseguir mudar e ter um comportamento melhor”, F2 M A3) (e.g., “não vou voltar a roubar e essas cenas aí”, M11 M A3)</p> <p><b>C.2.8. Efectiva mudança</b> Quando o sujeito se refere à mudança experienciada desde o início do internamento, tendo esta um carácter mais físico, ou mais psicológico. (e.g., “sim, já mudei bastante”, F7 M A3) (E.g., “porque fez-me a mim uma pessoa que eu não era lá fora”, M10 M B1)</p> <p><b>C.2.9. Uma visão optimista</b> Quando o sujeito traduz uma visão optimista do internamento de maneira geral, seja pela concordância com seus princípios, ou pela crença na verdadeira mudança que este proporciona. (e.g., “acho que isso é uma grande oportunidade, que o centro educativo dá aos jovens para mudar”, F7 M A9) (e.g., “acho bem, é uma boa forma de corrigir os jovens”, M16 M A9)</p>	
<p><b>C.3. O lado mais negativo da experiência de internamento</b></p>	<p><b>C.3.1. A privação da liberdade/ a duração da pena</b> Quando o sujeito se refere à dificuldade de estar preso, fechado, de lhe terem retirado a liberdade, podendo, ou não, fazer referência à duração da pena. (e.g., “vou pensar que tive muito tempo cá fechada”, F9 M A9) (e.g., “é mau não ter liberdade”, M12 M B1)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que façam referência aos factores associados à experiência do internamento, que o entrevistado considera como mais negativos.</p>

	<p><b>C.3.2. Relações interpessoais pobres</b>  Quando o sujeito refere relações desenvolvidas, seja com outros colegas, ou com adultos, em que sobressai o seu carácter pobre.  (e.g., “aqui há muita hipocrisia”, F3 M A3)  (e.g., “nós não «curtimos» muito dos monitores”, M13 V A4)</p> <p><b>C.3.3. Os deveres</b>  Quando o sujeito se refere aos vários deveres exigidos aos educandos, ou às várias regras e obrigações, e à dificuldade de os cumprir.  (e.g., “algumas regras não encaixam bem”, F5 M B1)  (e.g., “‘tou aqui a cumprir as minhas obrigações, paciência”, M11 M B1)</p> <p><b>C.3.4. Avaliação negativa sem especificação</b>  Quando o sujeito se refere à dificuldade e ao desagrado de se encontrar internado no Centro Educativo, sem contudo especificar o motivo de tal desagrado.  (e.g., “isto [centro educativo] não é vida para ninguém”, F5 M B1)  (e.g., “não gosto disto”, M17 M B1)</p> <p><b>C.3.5. Uma visão resistente</b>  Quando o sujeito traduz uma visão resistente face ao internamento de uma maneira geral, seja pela discordância com seus princípios, ou pela descrença na verdadeira mudança que este proporciona.  (e.g., “vêm para aqui e depois vão lá para fora e voltam a fazer o mesmo”, F4 M B1)  (e.g., “agora só muda quem quer, quem não quer fica sempre burro”, M13 M A9)</p>	
<p><b>C.4. À procura de um futuro</b></p>	<p><b>C.4.1. Projecto individual</b>  Quando as aspirações do sujeito quanto ao futuro, passam pela procura de um percurso próprio, individual e autónomo.  (e.g., “vou estar sozinha”, F2 M A8)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que se referem à perspectivação do futuro, relativamente à vida do entrevistado, depois do</p>

	<p><b>C.4.2. Família</b> Quando as aspirações do sujeito, quanto ao futuro, passam pela família. (e.g., “com a ajuda da minha família vai ser mais fácil”, F1 M A6) (e.g., “a única coisa, para mim, que vai ser igual à vida de antes é ‘tar com a minha família, mais nada”, M10 M A7)</p> <p><b>C.4.3. Grupo de pares</b> Quando as aspirações do sujeito, quanto ao futuro, passam pelo grupo de pares. (e.g., “‘tar com os amigos e fumar, só, mais nada”, M13 V A7) (e.g., “os amigos vão ser iguais”, M17 M A7)</p> <p><b>C.4.4. Projectos escolares/ profissionais</b> Quando as aspirações do sujeito, quanto ao futuro, passam pela escola, por um curso ou pela procura de trabalho. (e.g., “eu pelo menos quero estudar”, F5 M A6) (e.g., “quero tirar a carta”, F5 M A6) (e.g., “sair daqui e arranjar um trabalho”, M11 M A2)</p> <p><b>C.4.5. Receios</b> Quando o sujeito exprime receios associados às aspirações quanto ao futuro. (e.g., “mas quando sabes que está perto da tua medida acabar fica-se com uma ansiedade”, F3 M B1)</p>	<p>fim do período de internamento.</p>
<p><b>C.5. Reflexão</b></p>	<p><b>C.5.1. Jovem <i>versus</i> adulto</b> Quando o entrevistado se refere à comparação entre o jovem delinquente e o adulto criminoso. (e.g., “um jovem não sabe o que é que está a fazer”, F5 M B2) (e.g., “a prisão é muito pior e a pena é maior”, F4 M B2) (e.g., agora o maior já sabe o que é que faz”, M17 M B2)</p>	<p>Classificam-se nesta categoria todas as u.r. que se referem ao modo como foram experienciadas as várias entrevistas e os diferentes temas abordados e as reflexões que provocaram.</p>

	<p><b>C.5.2. Raparigas <i>versus</i> rapazes</b>  Quando o entrevistado se refere à comparação entre os rapazes e as raparigas delinquentes.  (e.g.,)</p> <p><b>C.5.3. O crime compensa?</b>  Quando o entrevistado conclui que o crime compensa, os ganhos secundários são tantos que vale a pena correr os riscos a ele associado, ou por outro lado, que o crime não compensa.  (e.g., “compensa porque tem dinheiro, se não tivesse dinheiro não compensava”, M13 M B3)  (e.g., “um ladrão acaba sempre por ser apanhado”, F9 M B3)  (e.g., “quando são «agarrados» para vir para aqui já não compensa”, M11 M B3)</p> <p><b>C.5.4. As entrevistas</b>  Quando o entrevistado refere comentários feitos especificamente sobre as perguntas efectuadas e os temas abordados.  (e.g., “ai isto é «bué» complicado”, F1 C A4)  (e.g., “é um bocadinho difícil dizer o que nós pensamos acerca disso”, F6 C B1)</p>	
--	---	--

Anexo 5. Tabelas correspondentes aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registro (u.r.) nas pré-categorias, do presente estudo e de Serrão (2004/2005)

Pré-categoria	$\Sigma$ u.r. Raparigas	Proporção u.r. Raparigas	$\Sigma$ u.r. Rapazes	Proporção u.r. Rapazes	$\Sigma$ u.r.	Proporção u.r.
Crime	619	0,49	660	0,47	1279	0,48
Violência	359	0,28	414	0,30	773	0,29
Mudança	283	0,22	323	0,23	606	0,23
Total	1261	0,47	1397	0,53	2658	1,00

Pré-categoria	$\Sigma$ u.r. Raparigas (Serrão, 2004/05)	Proporção u.r. Raparigas (Serrão, 2004/05)	$\Sigma$ u.r. Rapazes (Serrão, 2004/05)	Proporção u.r. Rapazes (Serrão, 2004/05)	$\Sigma$ u.r. (Serrão, 2004/05)	Proporção u.r. (Serrão, 2004/05)
Crime	709	0,46	704	0,46	1413	0,46
Violência	502	0,33	482	0,31	984	0,32
Mudança	325	0,21	358	0,23	683	0,22
Total	1536	0,50	1544	0,50	3080	1,00

Anexo 6. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas categorias

Pré-categ.	Categorias	$\Sigma e$ Proporçã o u.r. Raparigas	$\Sigma e$ Proporçã o u.r. Rapazes	$\Sigma e$ Proporçã o u.r. Categorias	$\Sigma e$ Proporçã o u.r. Raparigas	$\Sigma e$ Proporçã o u.r. Rapazes	$\Sigma$ u.r.
Crime	A.1. Definição do crime	82 (0,13)	94 (0,14)	176 (0,14)			
	A.2. Juízo moral sobre o crime	13 (0,02)	26 (0,04)	39 (0,03)			
	A.3. Atribuição causal dos crimes	62 (0,10)	34 (0,05)	96 (0,08)			
	A.4. Objectivos do crime	76 (0,12)	78 (0,12)	154 (0,12)			
	A.5. Em quem pensou - aquando da passagem ao acto	34 (0,05)	40 (0,06)	74 (0,06)			
	A.6. Atribuição de sentimentos ao jovem delinquente	70 (0,11)	68 (0,10)	138 (0,11)			
	A.7. Atribuição de sentimentos à vítima	25 (0,04)	28 (0,04)	53 (0,04)			
	A.8. Imagem do jovem autor de furtos	50 (0,08)	51 (0,08)	101 (0,08)			
	A.9. Imagem das vítimas de furto	39 (0,06)	33 (0,05)	72 (0,06)			
	A.10. Função negativa da droga	40 (0,06)	34 (0,05)	74 (0,06)			
	A.11. O outro lado da droga	28 (0,05)	60 (0,09)	88 (0,07)	1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658
	A.12. Imagem do jovem consumidor de droga	35 (0,06)	42 (0,06)	77 (0,06)			
	A.13. Imagem do jovem vendedor de droga	49 (0,08)	43 (0,07)	92 (0,07)			
	A.14. Tipo de crime praticado	16 (0,03)	29 (0,04)	45 (0,04)			
Total	619 (0,49)	660 (0,47)	1279 (0,48)				
Violência	B.1. Definição da violência	14 (0,04)	18 (0,04)	32 (0,04)			
	B.2. Juízo moral sobre a violência	47 (0,13)	53 (0,13)	100 (0,13)			
	B.3. Atribuição causal da violência	38 (0,11)	38 (0,09)	76 (0,10)			
	B.4. Objectivos da violência	14 (0,04)	20 (0,05)	34 (0,04)			
	B.5. Vivência da violência	34 (0,09)	47 (0,11)	81 (0,10)			
	B.6. Atribuição de sentimentos aos agressores	28 (0,08)	29 (0,07)	57 (0,07)			
	B.7. Atribuição de sentimentos à vítima	12 (0,03)	14 (0,03)	26 (0,03)			
	B.8. Imagem dos agressores	72 (0,20)	79 (0,19)	151 (0,20)			

Violência	B.9. Imagem de vítima objecto de violência	34 (0,09)	28 (0,07)	62 (0,08)			
	B.10. Relação prévia entre agressores	13 (0,04)	14 (0,03)	27 (0,03)			
	B.11. Previsão do resultado da agressão física	53 (0,15)	74 (0,18)	127 (0,16)			
	Total	359 (0,28)	414 (0,30)	773 (0,29)			
Mudança	C.1. Definição de mudança	16 (0,06)	21 (0,07)	37 (0,06)	1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658
	C.2. O lado mais positivo da experiência de internamento	153 (0,54)	162 (0,50)	315 (0,52)			
	C.3. O lado mais negativo da experiência de internamento	40 (0,14)	47 (0,15)	87 (0,14)			
	C.4. À procura de um futuro	30 (0,11)	34 (0,11)	64 (0,11)			
	C.5. Reflexão	44 (0,16)	59 (0,18)	103 (0,17)			
	Total	283 (0,22)	323 (0,23)	606 (0,23)			

Anexo 7. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas sub-categorias

Pré-categorias	Categorias	Sub-categorias	$\sum e$ Proporção u.r. Sub-cat. Raparias	$\sum e$ Proporção u.r. Sub-cat. Rapazes	$\sum e$ Proporção u.r. Sub-cat.	$\sum e$ Proporção u.r. Pré-cat. Raparias	$\sum e$ Proporção u.r. Pré-cat. Rapazes	$\sum e$ Proporção u.r. Raparias	$\sum e$ Proporção u.r. Rapazes	$\sum$ u.r.
Crime	A.1.	A.1.1.	6 (0,07)	5 (0,05)	11 (0,06)					
		A.1.2.	1 (0,01)	5 (0,05)	6 (0,03)					
		A.1.3.	5 (0,06)	7 (0,07)	12 (0,07)					
		A.1.4.	0 (0,06)	1 (0,01)	1 (0,01)					
		A.1.5.	24 (0,29)	26 (0,28)	50 (0,28)					
		A.1.6.	12 (0,15)	12 (0,13)	24 (0,14)					
		A.1.7.	12 (0,15)	11 (0,12)	23 (0,13)					
		A.1.8.	22 (0,27)	27 (0,29)	49 (0,28)					
	Total	82 (0,13)	94 (0,14)	176 (0,14)						
	A.2.	A.2.1.	8 (0,62)	22 (0,85)	30 (0,77)					
		A.2.2.	5 (0,38)	4 (0,15)	9 (0,23)					
	Total	13 (0,02)	26 (0,14)	39 (0,03)	619 (0,49)	660 (0,47)	1279 (0,48)	1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658
	A.3.	A.3.1.	37 (0,60)	18 (0,53)	55 (0,57)					
		A.3.2.	25 (0,40)	16 (0,47)	41 (0,043)					
	Total	62 (0,10)	34 (0,05)	96 (0,08)						
	A.4.	A.4.1.	32 (0,42)	51 (0,65)	83 (0,54)					
		A.4.2.	9 (0,12)	1 (0,01)	10 (0,06)					
		A.4.3.	4 (0,05)	3 (0,04)	7 (0,05)					
		A.4.4.	15 (0,20)	11 (0,14)	26 (0,17)					
		A.4.5.	3 (0,04)	2 (0,03)	5 (0,03)					
		A.4.6.	13 (0,17)	10 (0,13)	23 (0,15)					
	Total	76 (0,12)	78 (0,12)	154 (0,12)						
	A.5.	A.5.1.	6 (0,18)	2 (0,05)	8 (0,11)					

	A.5.2.	4 (0,12)	6 (0,15)	10 (0,14)						
	A.5.3.	1 (0,03)	2 (0,05)	3 (0,04)						
	A.5.4.	7 (0,21)	7 (0,18)	14 (0,19)						
	A.5.5.	7 (0,21)	14 (0,35)	21 (0,28)						
	A.5.6.	9 (0,26)	9 (0,23)	18 (0,24)						
	Total	34 (0,05)	40 (0,06)	74 (0,06)						
	A.6.1.	27 (0,39)	31 (0,46)	58 (0,42)						
A.	A.6.2.	37 (0,53)	27 (0,40)	64 (0,46)						
6.	A.6.3.	6 (0,09)	10 (0,15)	16 (0,12)						
	Total	70 (0,11)	68 (0,10)	138 (0,11)						
	A.7.	25 (0,04)	28 (0,04)	53 (0,04)						
	A.8.1.	19 (0,38)	23 (0,45)	42 (0,42)						
A.	A.8.2.	14 (0,28)	15 (0,29)	29 (0,29)						
8.	A.8.3.	17 (0,34)	13 (0,25)	30 (0,30)						
	Total	50 (0,08)	51 (0,08)	101 (0,08)						
Crime	A.9.1.	18 (0,46)	15 (0,45)	33 (0,46)	619 (0,49)	660 (0,47)	1279 (0,48)	1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658
	A.9.2.	9 (0,23)	12 (0,36)	21 (0,29)						
A.	A.9.3.	12 (0,31)	6 (0,18)	18 (0,25)						
9.	Total	39 (0,06)	33 (0,05)	72 (0,06)						
	A.10.1.	0 (0,00)	1 (0,03)	1 (0,01)						
	A.10.2.	9 (0,23)	6 (0,18)	15 (0,20)						
	A.10.3.	3 (0,08)	5 (0,15)	8 (0,11)						
A.	A.10.4.	2 (0,05)	0 (0,00)	2 (0,03)						
10.	A.10.5.	22 (0,55)	17 (0,50)	39 (0,53)						
	A.10.6.	4 (0,10)	5 (0,15)	9 (0,12)						
	Total	40 (0,06)	34 (0,05)	74 (0,06)						
	A.11.1.	28 (1,00)	53 (0,88)	81 (0,92)						
A.	A.11.2.	0 (0,00)	7 (0,12)	7 (0,08)						
11.	Total	28 (0,05)	60 (0,09)	88 (0,07)						
	A.12.1.	19 (0,54)	27 (0,64)	46 (0,60)						
A.										
12.										



	B.5.4.	0 (0,00)	5 (0,11)	5 (0,06)		1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658
	B.5.5.	3 (0,09)	9 (0,19)	12 (0,15)				
	B.5.6.	10 (0,29)	9 (0,19)	19 (0,23)				
	B.5.7.	5 (0,15)	8 (0,17)	13 (0,16)				
	Total	34 (0,09)	47 (0,11)	81 (0,10)				
	B.6.1.	10 (0,36)	6 (0,21)	16 (0,28)				
B.	B.6.2.	18 (0,64)	23 (0,79)	41 (0,72)				
6.	Total	28 (0,08)	29 (0,02)	57 (0,07)				
	B.7.	12 (0,03)	14 (0,03)	26 (0,03)				
	B.8.1.	19 (0,26)	28 (0,35)	47 (0,31)				
B.	B.8.2.	36 (0,50)	24 (0,30)	60 (0,40)				
8.	B.8.3.	17 (0,24)	27 (0,34)	44 (0,29)				
	Total	72 (0,20)	79 (0,19)	151 (0,20)	359 (0,28)	414 (0,30)	773 (0,29)	
	B.9.1.	17 (0,50)	12 (0,43)	29 (0,47)				
B.	B.9.2.	10 (0,29)	11 (0,39)	21 (0,34)				
9.	B.9.3.	7 (0,21)	5 (0,18)	12 (0,19)				
	Total	34 (0,09)	28 (0,07)	62 (0,08)				
	B.10.1.	8 (0,62)	8 (0,57)	16 (0,59)				
B.	B.10.2.	3 (0,23)	5 (0,36)	8 (0,30)				
10.	B.10.3.	2 (0,15)	1 (0,07)	3 (0,11)				
	Total	13 (0,04)	14 (0,03)	27 (0,03)				
	B.11.1.	11 (0,21)	11 (0,15)	22 (0,17)				
B.	B.11.2.	11 (0,21)	18 (0,24)	29 (0,23)				
11.	B.11.3.	13 (0,25)	22 (0,30)	35 (0,28)				
	B.11.4.	18 (0,34)	23 (0,31)	41 (0,32)				
	Total	53 (0,15)	74 (0,18)	127 (0,16)				
	C.1.1.	4 (0,25)	4 (0,19)	8 (0,22)	283 (0,22)	323 (0,23)	606 (0,23)	
	C.1.2.	4 (0,25)	7 (0,33)	11 (0,30)				
C.	C.1.3.	8 (0,50)	10 (0,48)	18 (0,49)				
1.	Total	16 (0,06)	21 (0,07)	37 (0,06)				

Mudança	C. 2.	C.2.1.	23 (0,15)	11 (0,07)	34 (0,11)							
		C.2.2.	0 (0,00)	5 (0,03)	5 (0,02)							
		C.2.3.	4 (0,03)	4 (0,02)	8 (0,03)							
		C.2.4.	15 (0,10)	6 (0,04)	21 (0,07)							
		C.2.5.	22 (0,14)	27 (0,17)	49 (0,16)							
		C.2.6.	10 (0,07)	9 (0,06)	19 (0,06)							
		C.2.7.	27 (0,18)	35 (0,22)	62 (0,20)							
		C.2.8.	20 (0,13)	40 (0,25)	60 (0,19)							
		C.2.9.	32 (0,21)	25 (0,15)	57 (0,18)							
	Total	153 (0,54)	162 (0,50)	315 (0,52)								
	C. 3.	C.3.1.	8 (0,20)	16 (0,34)	24 (0,28)							
		C.3.2.	4 (0,10)	2 (0,04)	6 (0,07)							
		C.3.3.	4 (0,10)	2 (0,04)	6 (0,07)							
		C.3.4.	14 (0,35)	18 (0,38)	32 (0,37)	283 (0,22)	323 (0,23)	606 (0,23)	1261 (0,47)	1397 (0,53)	2658	
		C.3.5.	10 (0,25)	9 (0,19)	19 (0,22)							
		Total	40 (0,14)	47 (0,15)	87 (0,14)							
	C. 4.	C.4.1.	13 (0,43)	1 (0,03)	14 (0,22)							
		C.4.2.	6 (0,20)	7 (0,21)	13 (0,20)							
		C.4.3.	1 (0,03)	9 (0,26)	10 (0,16)							
		C.4.4.	8 (0,27)	17 (0,50)	25 (0,39)							
		C.4.5.	2 (0,07)	0 (0,00)	2 (0,03)							
		Total	30 (0,11)	34 (0,11)	64 (0,11)							
	C. 5.	C.5.1.	19 (0,43)	25 (0,42)	44 (0,43)							
		C.5.2.	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)							
		C.5.3.	18 (0,41)	33 (0,56)	51 (0,50)							
		C.5.4.	7 (0,16)	1 (0,02)	8 (0,08)							
		Total	44 (0,16)	59 (0,18)	103 (0,17)							

Anexo 8. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registo (u.r.) nas categorias do estudo de Serrão (2004/2005)

Categorias	$\Sigma e$	$\Sigma e$	$\Sigma e$	$\Sigma e$	$\Sigma e$	$\Sigma$ u.r. (Serrão, 2004/05)	
	Proporçã o u.r. Raparigas (Serrão, 2004/05)	Proporção u.r. Rapazes (Serrão, 2004/05)	Proporção u.r. Categorias (Serrão, 2004/05)	Proporçã o u.r. Raparigas (Serrão, 2004/05)	Proporçã o u.r. Rapazes (Serrão, 2004/05)		
Crime	A.1. Definição do crime	89 (0,13)	85 (0,12)	174 (0,12)			
	A.2. Juízo moral sobre o crime	55 (0,08)	67 (0,10)	122 (0,09)			
	A.3. Atribuição causal dos crimes	32 (0,05)	25 (0,04)	57 (0,04)			
	A.4. Objectivos do crime	94 (0,13)	117 (0,17)	211 (0,15)			
	A.5. Em quem pensou - aquando da passagem ao acto	34 (0,05)	24 (0,03)	58 (0,04)			
	A.6. Atribuição de sentimentos ao jovem delincente	73 (0,10)	88 (0,13)	161 (0,11)			
	A.7. Atribuição de sentimentos à vítima	36 (0,05)	38 (0,05)	74 (0,05)			
	A.8. Imagem do jovem autor de furtos	50 (0,07)	54 (0,08)	104 (0,07)			
	A.9. Imagem das vítimas de furto	38 (0,05)	34 (0,05)	72 (0,05)			
	A.10. Função negativa da droga	54 (0,08)	53 (0,08)	107 (0,08)			
	A.11. O outro lado da droga	28 (0,04)	31 (0,04)	59 (0,04)	1536 (0,50)	1544 (0,50)	3080
	A.12. Imagem do jovem consumidor de droga	36 (0,05)	31 (0,04)	67 (0,05)			
	A.13. Imagem do jovem vendedor de droga	44 (0,06)	30 (0,04)	74 (0,05)			
	A.14. Tipo de crime praticado	46 (0,06)	27 (0,04)	73 (0,05)			
Total	709 (0,46)	704 (0,46)	1413 (0,46)				
Violência	B.1. Definição da violência	29 (0,06)	35 (0,07)	64 (0,07)			
	B.2. Juízo moral sobre a violência	69 (0,14)	43 (0,09)	112 (0,11)			
	B.3. Atribuição causal da violência	71 (0,14)	59 (0,12)	130 (0,13)			
	B.4. Objectivos da violência	37 (0,07)	35 (0,07)	72 (0,07)			
	B.5. Vivência da violência	104 (0,21)	106 (0,22)	210 (0,21)			
	B.6. Atribuição de sentimentos aos agressores	31 (0,06)	28 (0,06)	59 (0,05)			
	B.7. Atribuição de sentimentos à vítima	16 (0,03)	18 (0,04)	34 (0,03)			
	B.8. Imagem dos agressores	56 (0,11)	65 (0,13)	121 (0,12)			

Violência	B.9. Imagem de vítima objecto de violência	28 (0,06)	25 (0,05)	52 (0,05)			
	B.10. Relação prévia entre agressores	7 (0,01)	15 (0,03)	22 (0,02)			
	B.11. Previsão do resultado da agressão física	54 (0,11)	53 (0,11)	107 (0,11)			
	Total	502 (0,33)	482 (0,31)	984 (0,32)			
Mudança	C.1. Definição de mudança	8 (0,02)	13 (0,04)	21 (0,03)	1536 (0,50)	1544 (0,50)	3080
	C.2. O lado mais positivo da experiência de internamento	142 (0,44)	169 (0,47)	311 (0,46)			
	C.3. O lado mais negativo da experiência de internamento	63 (0,19)	75 (0,21)	138 (0,20)			
	C.4. À procura de um futuro	60 (0,18)	54 (0,15)	114 (0,17)			
	C.5. Reflexão	52 (0,16)	47 (0,13)	99 (0,14)			
	Total	325 (0,21)	358 (0,23)	683 (0,22)			

Anexo 9. Tabela correspondente aos totais de ocorrências e proporções de unidades de registro (u.r.) nas sub-categorias do estudo de Serrão (2004/2005)

Pré-categorias	Categorias	Sub-categorias	$\sum^e$ Proporção u.r. Sub-cat. Raparigas (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Sub-cat. Rapazes (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Sub-cat. (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Pré-cat. Raparigas (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Pré-cat. Rapazes (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Pré-cat. (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Raparigas (Serrão, 2004/05)	$\sum^e$ Proporção u.r. Rapazes (Serrão, 2004/05)	$\sum$ u.r. (Serrão, 2004/05)
A.1.		A.1.1.	7 (0,08)	6 (0,07)	13 (0,07)						
		A.1.2.	7 (0,08)	7 (0,08)	14 (0,08)						
		A.1.3.	13 (0,15)	9 (0,11)	22 (0,13)						
		A.1.4.	3 (0,03)	0 (0,00)	3 (0,02)						
		A.1.5.	26 (0,29)	26 (0,31)	52 (0,30)						
		A.1.6.	10 (0,11)	12 (0,14)	22 (0,13)						
		A.1.7.	9 (0,10)	9 (0,11)	18 (0,10)						
		A.1.8.	14 (0,16)	16 (0,19)	30 (0,17)						
		Total	89 (0,13)	85 (0,12)	174 (0,12)						
		A.2.		A.2.1.	38 (0,69)	28 (0,42)	66 (0,54)				
A.2.2.	17 (0,31)			39 (0,58)	56 (0,46)						
Total	55 (0,08)			67 (0,10)	122 (0,09)	709 (0,46)	704 (0,46)	1413 (0,46)	1536 (0,50)	1544 (0,50)	3080
A.3.		A.3.1.	8 (0,25)	5 (0,20)	13 (0,23)						
		A.3.2.	24 (0,75)	20 (0,80)	44 (0,77)						
		Total	32 (0,05)	25 (0,04)	57 (0,04)						
A.4.		A.4.1.	41 (0,44)	62 (0,53)	103 (0,49)						
		A.4.2.	9 (0,10)	4 (0,03)	13 (0,06)						
		A.4.3.	8 (0,09)	5 (0,04)	13 (0,06)						
		A.4.4.	25 (0,27)	33 (0,28)	58 (0,27)						
		A.4.5.	11 (0,12)	13 (0,11)	24 (0,11)						
		Total	94 (0,13)	117 (0,17)	211 (0,15)						
A.5.		A.5.1.	3 (0,09)	3 (0,13)	6 (0,10)						
		A.5.2.	8 (0,24)	4 (0,17)	12 (0,21)						

	A.5.3.	11 (0,32)	1 (0,04)	12 (0,21)						
	A.5.4.	12 (0,35)	16 (0,67)	28 (0,48)						
	Total	34 (0,05)	24 (0,03)	58 (0,04)						
	A.6.1.	28 (0,38)	47 (0,53)	75 (0,47)						
A.	A.6.2.	45 (0,62)	41 (0,47)	86 (0,53)						
6.	Total	73 (0,10)	88 (0,13)	161 (0,11)						
	A.7.	36 (0,05)	38 (0,05)	74 (0,05)						
	A.8.1.	18 (0,36)	41 (0,76)	59 (0,57)						
A.	A.8.2.	32 (0,64)	13 (0,24)	45 (0,43)						
8.	Total	50 (0,07)	54 (0,08)	104 (0,07)						
	A.9.1.	21 (0,55)	21 (0,62)	42 (0,58)						
A.	A.9.2.	17 (0,45)	13 (0,38)	30 (0,42)						
9.	Total	38 (0,05)	34 (0,05)	72 (0,05)						
	A.10.1.	5 (0,09)	6 (0,11)	11 (0,10)						
	A.10.2.	10 (0,19)	14 (0,26)	24 (0,22)	709 (0,46)	704 (0,46)	1413 (0,46)	1536 (0,50)	1544 (0,50)	3080
A.	A.10.3.	11 (0,20)	15 (0,28)	26 (0,24)						
10	A.10.4.	13 (0,24)	3 (0,06)	16 (0,15)						
.	A.10.5.	15 (0,28)	15 (0,28)	30 (0,28)						
	Total	54 (0,08)	53 (0,08)	107 (0,08)						
	A.11.1.	13 (0,46)	17 (0,55)	30 (0,51)						
A.	A.11.2.	15 (0,54)	14 (0,45)	29 (0,49)						
11	Total	28 (0,04)	31 (0,04)	59 (0,04)						
.	A.12.1.	22 (0,61)	17 (0,55)	39 (0,58)						
A.	A.12.2.	14 (0,39)	14 (0,45)	28 (0,42)						
12	Total	36 (0,05)	31 (0,04)	67 (0,05)						
.	A.13.1.	20 (0,45)	21 (0,70)	41 (0,55)						
A.	A.13.2.	24 (0,55)	9 (0,30)	33 (0,45)						
13	Total	44 (0,06)	30 (0,04)	74 (0,05)						
.	A.14.1.	7 (0,15)	11 (0,41)	18 (0,25)						
A.	A.14.2.	6 (0,13)	2 (0,07)	8 (0,11)						
14										

	A.14.3.	3 (0,07)	3 (0,11)	6 (0,08)			
	A.14.4.	2 (0,04)	1 (0,04)	3 (0,04)			
	A.14.5.	13 (0,28)	6 (0,22)	19 (0,26)			
	A.14.6.	15 (0,33)	4 (0,15)	19 (0,26)			
	Total	46 (0,06)	27 (0,04)	73 (0,05)			
	B.1.1.	2 (0,07)	1 (0,03)	3 (0,05)			
B.	B.1.2.	21 (0,72)	23 (0,66)	44 (0,69)			
1.	B.1.3.	6 (0,21)	11 (0,31)	17 (0,27)			
	Total	29 (0,06)	35 (0,07)	64 (0,07)			
	B.2.1.	52 (0,75)	28 (0,65)	80 (0,71)			
B.	B.2.2.	17 (0,25)	15 (0,35)	32 (0,29)			
2.	Total	69 (0,14)	43 (0,09)	112 (0,11)			
	B.3.1.	7 (0,10)	17 (0,29)	24 (0,18)			
B.	B.3.2.	64 (0,90)	42 (0,71)	106 (0,82)			
3.	Total	71 (0,14)	59 (0,12)	130 (0,13)			
	B.4.1.	20 (0,54)	16 (0,46)	36 (0,50)		1536 (0,50)	1544 (0,50)
B.	B.4.2.	17 (0,46)	19 (0,54)	36 (0,50)			3080
4.	Total	37 (0,07)	35 (0,07)	72 (0,07)	502 (0,33)	482 (0,31)	984 (0,32)
	B.5.1.	19 (0,18)	27 (0,25)	46 (0,22)			
	B.5.2.	11 (0,11)	13 (0,12)	24 (0,11)			
	B.5.3.	6 (0,06)	4 (0,04)	10 (0,05)			
B.	B.5.4.	20 (0,19)	18 (0,17)	38 (0,18)			
5.	B.5.5.	5 (0,05)	15 (0,14)	20 (0,10)			
	B.5.6.	43 (0,41)	29 (0,27)	72 (0,34)			
	Total	104 (0,21)	106 (0,22)	210 (0,21)			
	B.6.1.	2 (0,06)	8 (0,29)	10 (0,17)			
B.	B.6.2.	29 (0,94)	20 (0,71)	49 (0,83)			
6.	Total	31 (0,06)	28 (0,06)	59 (0,06)			
	B.7.	16 (0,03)	18 (0,04)	34 (0,03)			
B.	B.8.1.	27 (0,48)	27 (0,42)	54 (0,45)			
8.							

	B.8.2.	29 (0,52)	32 (0,49)	61 (0,50)			
	B.8.3.	0 (0,00)	6 (0,09)	6 (0,05)			
	Total	56 (0,11)	65 (0,13)	121 (0,12)			
	B.9.1.	9 (0,32)	14 (0,56)	23 (0,43)			
B.	B.9.2.	19 (0,68)	11 (0,44)	30 (0,57)			
9.	Total	28 (0,06)	25 (0,05)	53 (0,05)			
	B.10.1.	7 (1,00)	9 (0,60)	16 (0,73)	502 (0,33)	482 (0,31)	984 (0,32)
B.	B.10.2.	0 (0,00)	6 (0,40)	6 (0,27)			
10	Total	7 (0,01)	15 (0,03)	22 (0,02)			
	B.11.1.	12 (0,22)	9 (0,17)	21 (0,20)			
B.	B.11.2.	18 (0,33)	16 (0,30)	34 (0,32)			
11	B.11.3.	10 (0,19)	11 (0,21)	21 (0,20)			
	B.11.4.	14 (0,26)	17 (0,32)	31 (0,29)			
	Total	54 (0,11)	53 (0,11)	107 (0,11)			
	C.1.1.	4 (0,50)	6 (0,46)	10 (0,48)		1536 (0,50)	1544 (0,50)
C.	C.1.2.	4 (0,50)	7 (0,54)	11 (0,52)			3080
1.	Total	8 (0,02)	13 (0,04)	21 (0,03)			
	C.2.1.	21 (0,15)	18 (0,11)	39 (0,13)			
	C.2.2.	0 (0,00)	15 (0,09)	15 (0,05)			
	C.2.3.	11 (0,08)	5 (0,03)	16 (0,05)			
	C.2.4.	20 (0,14)	30 (0,18)	50 (0,16)			
C.	C.2.5.	7 (0,05)	9 (0,05)	16 (0,05)	325 (0,21)	358 (0,23)	683 (0,22)
2.	C.2.6.	18 (0,13)	9 (0,05)	27 (0,09)			
	C.2.7.	8 (0,06)	22 (0,13)	30 (0,10)			
	C.2.8.	31 (0,22)	31 (0,18)	62 (0,20)			
	C.2.9.	26 (0,18)	30 (0,18)	56 (0,18)			
	Total	142 (0,44)	169 (0,47)	311 (0,46)			
C.	C.3.1.	11 (0,17)	16 (0,21)	27 (0,20)			
3.	C.3.2.	2 (0,03)	27 (0,36)	29 (0,21)			

	C.3.3.	17	2	19						
		(0,27)	(0,03)	(0,14)						
	C.3.4.	10	6	16						
		(0,16)	(0,08)	(0,12)						
	C.3.5.	23	24	47						
		(0,37)	(0,32)	(0,34)						
	Total	63	75	138						
		(0,19)	(0,21)	(0,20)						
	C.4.1.	7	3	10						
		(0,12)	(0,06)	(0,09)						
	C.4.2.	12	13	25						
		(0,20)	(0,24)	(0,22)						
	C.4.3.	3	8	11						
		(0,05)	(0,15)	(0,10)						
	C.4.4.	25	23	48	325	358	683	1536	1544	3080
		(0,42)	(0,43)	(0,42)	(0,21)	(0,23)	(0,22)	(0,50)	(0,50)	
	C.4.5.	13	7	20						
		(0,22)	(0,13)	(0,18)						
	Total	60	54	114						
		(0,18)	(0,15)	(0,17)						
	C.5.1.	21	17	38						
		(0,40)	(0,36)	(0,38)						
	C.5.2.	16	17	33						
		(0,31)	(0,36)	(0,33)						
	C.5.3.	15	13	28						
		(0,29)	(0,28)	(0,28)						
	Total	52	47	99						
		(0,16)	(0,13)	(0,14)						

## Anexo 10. Glossário

Agarrado(s): pessoa que é considerada dependente de droga ou pessoa que foi apanhada pela polícia

À toa: despropositadamente, sem pensar

Bacano: pessoa simpática

Bacas: homens fortes e musculados

Basofes: adjectivo que caracteriza algo agradável ou pessoa considerada do mesmo estilo, nomeadamente *dread*

Basofaria: algo agradável, descontraído e pouco controlado

Bazar: acção de ir embora

Beto: pessoa normalmente pertencente à classe média-alta cujo estilo ou forma de vestir é caracterizado por roupa preferencialmente de marca, tentando demonstrar potencial económico

*Black*: pessoa de origem africana

Bófia: polícia

Branca: cocaína

Cafrico: aperto no pescoço, como forma de magoar alguém

Canado(s): acto de ser apanhado ou de ir preso

Carocho(s): pessoa que consome frequentemente drogas consideradas pesadas, como cocaína e heroína

Cavalo: heroína

Chamon: tipo de haxixe

Chibar: acto de denunciar alguém

Chunga: pessoa com um estilo ou forma de vestir caracterizado por roupa desportiva (fatos de treino, chapéus, ténis, etc.)

Curtir: divertir

Dama: rapariga, namorada

Dar um encosto: agredir

Deitar molho: sangrar

Descontra: estar relaxado

*Dread*: [do inglês *temível*] pessoa com um certo estilo de roupa e vida social normalmente ligada à prática de desportos, enveredando pela cultura *hip-hop* e seguindo os seus ídolos

Enfardar: bater

Espiga(do): facto de chamar a atenção quando não desejado

Estrilho: algo que chama a atenção

Fatela: algo pouco apreciado, termo depreciativo

Fixe: algo ou alguém agradável, simpático

Ganza: *cannabis* misturado com tabaco que se consome fumando

Guita: dinheiro

Locks: [*Dreadlocks*] forma de se manter os cabelos típica do movimento rastafari, consiste em bolos cilíndricos de cabelo que aparentam "cordas" pendendo do topo da cabeça

Mambo: acontecimento, facto ou situação

Moca: efeito imediato do consumo de drogas

Orientar: verbo que significa fornecer, roubar ou obter.

Paki: tipo de haxixe originário do Paquistão

Piercing(s): peça(s) de metal esterilizado que pode ser introduzida (furo) em todo o corpo humano, como o objectivo de modificá-lo

Picar: acto de provocar alguém

Picardia(s): diferentes pontos de vista que conduzem a uma zanga ou luta

Pólen: tipo de haxixe

Rasta: (ver *locks*)

Thug: bandido. [*Thug life*: estilo de vida cujo objectivo é direccionar os *thugs* sobre o que poderia e o que não poderia ser feito nas comunidades]

Topo: Telemóvel

Wrestling: desporto em que o praticante tenta derrotar um oponente sem atacá-lo com objectos inanimados; luta livre